



UNISUL

UNIVERSIDADE SUL DE SANTA CATARINA

LARISSA GOMES BEZ

“SE PASSAR DOS 18...”

**O PROCESSO DE ESTÉTICA DE SI DOS JOVENS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO
DE DROGAS**

Palhoça

2012

LARISSA GOMES BEZ

**“SE PASSAR DOS 18...”
O PROCESSO DE ESTÉTICA DE SI DOS JOVENS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO
DE DROGAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Psicóloga.

Orientador (a): Prof^a. Deise Maria do Nascimento, Dra.

Palhoça

2012

LARISSA GOMES BEZ

**“SE PASSAR DOS 18...”
O PROCESSO DE ESTÉTICA DE SI DOS JOVENS ENVOLVIDOS NO TRÁFICO
DE DROGAS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovado em sua forma final pelo curso de Psicologia, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 19 de novembro de 2012.

Profª Orientadora Deise Maria do Nascimento, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Profª Paulo Sandrini, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Profª Saidy Karolin Maciel, Dra.
Universidade do Sul de Santa Catarina

A todos os falcões, vapores, fortalecedores e endoladores, que trabalham na rotina violenta do tráfico de drogas.

AGRADECIMENTOS

*“Renda-se, como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento”
(Clarice Lispector).*

É inacreditável conseguir juntar o desejo com o trabalho. Esta pesquisa me propôs uma realidade maravilhosa de atingir aquilo que gosto e acredito. Após esses anos de faculdade, é imensamente gratificante estar aqui e poder agradecer aqueles que sempre estiveram do meu lado, e fizeram parte da minha caminhada, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional. Chegar aqui é obter a resposta daquilo em que eu mergulhei, num processo único, de mim para mim mesma, olhando para aquilo que eu quero e desejo. O amadurecimento é a palavra dessa etapa!

Aos meus pais, Rita e Anísio que sempre me incentivaram a buscar aquilo que acredito e desejo, em todos estes anos. A todo amor dedicado, perante todas as dificuldades encontradas pelo caminho. Amo vocês. Aos irmãos, Gilnei e Bruno, que sempre tiveram ao meu lado, independente de horas boas ou ruins, demonstrando amor e compreensão.

A meu namorado, Maicon, que com todo amor e carinho, compartilhou todas as angústias, ansiedades, no percorrer desta pesquisa, e se mostrou um verdadeiro amigo, me apoiando e incentivando em cada decisão tomada. Além de suas contribuições para o enriquecimento da pesquisa, a sua presença e compreensão foram grandes fortalecimentos para mim. Além de toda realização que você me ofertou nestes anos de relacionamento. TE AMO!

A minha orientadora, Deise, que aguentou todas as inseguranças, dúvidas, incertezas e, em sua atitude tranqüila, calma e confiante, acreditou em mim, em todos os momentos. Sem você, metade desse trabalho seria impossível. Obrigada por tudo.

A Vanessa, que sem sombra de dúvidas, foi o maior presente que a faculdade me proporcionou. A todos os momentos em que passamos e compartilhamos juntas, meu muito obrigada irmã. Dentro desse momento, você foi (e é) o meu melhor encontro. Com você descobri e realizei o meu crescimento como

pessoa. Sua amizade é mais que essencial em minha vida. Obrigada por todos os conselhos, puxões, avisos, amor e carinho nesses anos de amizade. Amo!

As minhas companheiras do grupo de mediação, que compartilharam e trocaram comigo experiências, vivências, dúvidas, e muito carinho no percorrer deste ano. A presença de vocês foi muito importante, em especial a da Joyce, que foi um bellissimo encontro no último ano de faculdade. Foi um prazer te conhecer e dividir com você todas as angústias, medos, inseguranças e coragens. Muito obrigada.

A família do meu coração Sara, Thaís, Bárbara, Maria Júlia, Fernando e Ewerton, que são os anjos que foram colocados no meu caminho. Sem vocês, eu não seria o que sou. Meu muito obrigada por cada desentendimento, reconciliação, confiança, amor por mais de 10 anos de amizade. Como já dizia Shakespeare, “amigos são a família que nos permitiram escolher”. E sem falsa modéstia, escolhi muito bem. Obrigada por tudo. Só cheguei até aqui, porque vocês estiveram ao meu lado.

A Diana e Vitória que no percurso da faculdade compartilharam esta etapa da minha vida, se estendendo para um contexto de amizade, força, coragem, graça e felicidade, a vocês, pessoas que levo em meu coração e quero sempre ao meu lado, meu muito obrigado.

A todos as outras pessoas não mencionadas que contribuíram para a minha caminhada até aqui. Muito, mas muito obrigada!

LISTA DE SIGLAS

CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FUNABEM – Fundação do Bem Estar do Menor

JIFE - Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes

LSD – Dietilamida do ácido lisérgico (Substância psicoativa)

OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUDC – O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime)

PNBEM – Política Nacional do Bem Estar para o Menor

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNICEF – O Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMÁTICA	11
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 OBJETIVOS	20
1.3.1 Objetivo Geral:	20
1.3.2 Objetivos Específicos:	20
2. MARCO TEÓRICO	21
2.1 CRIMINALIDADE E NARCOTRÁFICO: CONSTRUINDO SEU CONTEXTO HISTÓRICO.	21
2.1.1 Drogas: Compreendendo seu uso e proibição	28
2.2 ADOLESCÊNCIAS: OS MENORES DE ONTEM.....	30
2.2.1 Desmistificando a adolescência: conceito e ato infracional	36
2.3 O SUJEITO CONTEMPORÂNEO PELO CONCEITO DE BIOPODER	41
2.3.1 A estética de si	50
3. MÉTODO	58
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	58
3.2 FONTE DE PESQUISA.....	59
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS	61
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	63
4.1 ANÁLISE REFERENTE AO PRIMEIRO OBJETIVO	64
4.1.1 “Você vale o que tem”	64
4.1.1.1 “Escola e Trabalho”	69
4.1.2 “Crime é coisa de Macho”	73
4.1.2.1 “Ser bandido”	79
4.1.2.2 “Falcão não dorme”	83
4.2 ANÁLISE DO SEGUNDO OBJETIVO	90
4.2.1 “Os patriarcas”	90
4.2.2 “O palco da masculinidade”	93
4.2.2.1 “Também morre quem atira”	95
4.2.4 “Religião: o bom e o mau”	98
4.3 ANÁLISE DO TERCEIRO OBJETIVO.....	102
4.3.1 “Bandido versus Polícia”	102

4.3.2 “Drogas”	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE.....	128
APÊNDICE A – PROTOCOLO DE REGISTRO.....	129

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a abordar a temática envolvente entre adolescentes que atuam no tráfico de drogas, hoje considerada um problema de ordem mundial e com grande destaque nos meios de comunicação. O objetivo desta pesquisa é ir ao encontro desta realidade, para que estes sujeitos possam ser compreendidos perante o seu contexto, compreendendo como esses adolescentes se constituem como sujeitos. O conceito principal usado nesta pesquisa é o de Michel Foucault, estética de si, que para se compreender é necessário relacionar os modos de subjetivação, as práticas que objetivam esta subjetivação e as linhas de fuga e resistência. O delineamento desta pesquisa é documental, exploratória e qualitativa, e a fonte é o documentário *Falcão: meninos do tráfico*. A técnica da análise de dados foi análise do discurso. Esta pesquisa interpreta o poder a partir do biopoder e de suas ramificações como a disciplinarização e biopolítica em Foucault. A norma social é interpretada a partir daquilo que está dentre as relações humanas, as regras de relacionamento, o que está disseminado na cultura de cada momento histórico. Nessa direção a análise proporciona a reflexão “Quem são esses criminosos?” Pois perante a esta realidade, os resultados sobre os modos de subjetivação dos adolescentes que atuam no tráfico apresentaram mais assujeitamento do que resistências, proporcionando uma reflexão de que criminoso é uma construção social, disseminada e reproduzida por todos da população, frente ao sistema vigente, o capitalismo, reforçando os ideais de uma sociedade disciplinar, conforme Foucault aborda em seus estudos.

Palavras-chave: Adolescente; Tráfico de drogas; Estética de si.

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa caracteriza-se como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), e é uma condição para obtenção do título de Psicóloga. Esta pesquisa está diretamente vinculada ao Núcleo Orientado em Psicologia da Saúde, que se divide em três esferas, a hospitalar, saúde mental (Caps) e o social (Mediação).

A acadêmica optou por fazer parte do campo social, a partir da trajetória construída na graduação. Os estágios obrigatórios referentes a este núcleo estão pautados na mediação e são realizados, no Fórum de São José, na Vara da Família, e no Fórum da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis – SC. O primeiro está ligado com ao atendimento de pessoas que buscam o serviço de mediação familiar com intuito de resolver e formalizar situações pertinentes à Vara de família. Na Vara de infância e juventude o estágio se desenvolve no projeto de Justiça Restaurativa, que contempla em um de seus domínios a mediação com adolescentes autores de ato infracional, além de propor um olhar diferenciado sobre a Justiça convencional.

Dentre estes dois pólos de estágio emergiu o desejo de trabalhar com adolescentes que se encontram em conflito com a lei. As temáticas propostas por esta pesquisa, que inclui o tráfico de drogas e o processo de estética de si, apareceram posteriormente. O primeiro nasceu de um interesse da pesquisadora após ter lido o livro-documentário *“Falcão: meninos do tráfico”*, obra esta, selecionada pela autora para ser sua fonte de pesquisa. O processo de estética de si, foi uma construção entre a pesquisadora e sua orientadora, para compreender as relações que esses jovens estabelecem consigo mesmo, com o outro e com suas atividades diárias.

A presente pesquisa vai explanar as contribuições de autores que relacionaram esta temática, e os conceitos necessários para que se possa abordar o fenômeno em questão, logo compreender como o processo de estética de si ocorre com os jovens que se envolvem e atuam no tráfico de drogas.

1.1 PROBLEMÁTICA

Os meios de comunicação de massa, ao exporem a relação do tráfico de drogas com crianças e adolescentes, veiculam reportagens acerca de casos de polícia, visibilizando o mundo do tráfico e da adolescência considerada infratora, como uma relação de meros criminosos e perigosos. A mídia, e seus operadores, fortalecem essa relação, pois criam “uma associação de estigma entre o menor e o mundo da desordem”, e desse modo produzem os bodes expiatórios da atualidade (BRASILIENSE, 2007, p. 5). Nos noticiários os adolescentes são enfatizados pelos seus atos e fixam seus locais a partir das páginas policiais em jornais, revistas e televisões (COIMBRA, 2000).

A relação jovem-tráfico de drogas é foco de debates freqüentes, pois o uso e comércio de drogas são considerados no cenário mundial como um grave problema de ordem social, que vem crescendo ano a ano. Nessa perspectiva é possível afirmar que a preocupação com o uso e o combate às drogas tem ocupado lugar central na constituição do sujeito contemporâneo. Segundo Passos (2010) as drogas se encontram em evidência, seja pelo seu uso, seu comércio, ou por interesses sócio-econômico-políticos.

Bucher (1996) problematiza os motivos e sentidos envolvidos no contexto da droga contribuindo para um olhar mais atento a esta discussão, pois “a implantação de medidas adequadas de enfretamento, no entanto, tem como pré-requisito a compreensão profunda da função social da droga” (p. 11). Em contra partida a droga vai se constituindo como a chave-mestra do crime organizado, ocasionando um grave problema de ordem social mundial (PASSOS, 2010).

Bucher (1996) acrescenta que a compreensão da droga “deve ultrapassar a consideração dos fatores econômicos e mercadológicos envolvidos, das estipulações legais ou dos efeitos farmacológicos das substâncias psicoativas, quão perniciosas que sejam” (p. 11) para que aja mais proximidade dessa realidade e que busquem alternativas de intervenções compromissadas nas políticas públicas do país.

Em 2006, quando o livro do documentário *“Falcão: meninos do tráfico”* apresentou a história desses meninos à população, foi proporcionado à sociedade, produções reflexivas e manifestações a respeito desse envolvimento. As críticas apontavam para a fragilidade do sistema educacional do país que não atende ao seu

propósito e não faz sentido na vida desses jovens¹. Outros apontavam a falência das políticas públicas e a desigualdade social², tema que ocupa discussões contemporâneas sobre a realidade nacional. O título do trabalho “E se passar dos 18...” se refere a uma frase da música do autor do documentário, Mv Bill, que faz uma analogia frente à triste trajetória destes meninos, pois ao acabar o documentário, apenas um dos dezessete jovens entrevistados continuou vivo.

Eluf (2004) explicita que as drogas implicam no dano subjetivo de cada usuário, no rompimento do vínculo familiar e da influência no contexto da criminalidade, o que, conseqüentemente reflete na capacidade “laborativa” de um país. As crianças e os adolescentes pobres se tornam os culpados neste cenário. Nas classes pauperizadas a relação da droga com crianças e adolescentes é um dos fatores que contribuem para a entrada no crime, em especial o tráfico de drogas.

Nessa perspectiva o consumo de drogas é compreendido em sua construção histórica, pois a utilização destas substâncias em diversos momentos foi tolerada pela sociedade, mas foi a partir de meados do século XX que o consumo ganhou nova conotação. As mudanças na compreensão e enfrentamento ao uso de drogas se relacionam com o ápice do modo de produção capitalista, que tem em sua estrutura de manutenção o controle social. Nunes et al (2010) problematiza essa relação drogas-consumidor como fator gerado pela base onde o capitalismo está organizado, ou seja, pela via do consumo. “Numa sociedade que tem como base o capital, onde as relações se mercantilizam, e tudo gira em torno do consumo, o imediatismo e individualismo são produtora dos modos de subjetivação” (NUNES et al, 2010, p. 18).

Fefferman (2006) acrescenta que o tráfico de drogas se constrói “como o ramo de atividade mais importante do processo de globalidade do crime” (p. 37). A

¹ Quantos políticos, cidadãos ou educadores no Brasil estariam verdadeiramente dispostos a pôr a mão na massa? A deixar de consumir açúcar? – No nosso país hipócrita, muitos poucos, mesmo porque a questão é: estamos falando da educação do sistema, o nosso país precisa ser educado urgentemente. - quem educa um sistema? - o sistema estaria disposto a mudanças, a ser educado? É nessas questões que o foco das discussões deveriam estar apontando e não nas conseqüências, nas nossas crianças...Disponível em:

<http://www.caiofeijo.com.br/doc/interpretando_falcao_meninos_do_trafico.doc>.

² Particularmente é a primeira vez que leio algo que se refere ao tema em questão tão verdadeiro e ao mesmo tempo óbvio. Existem as exceções sim, mas, com tantos problemas sociais e indivíduos em situações de miserabilidade é fácil entender, não na visa cega e indiferente, mas com o olhar crítico, os anseios de quem ingressa neste caminho árduo. Disponível em:

<<http://pautajornalistica.blogspot.com.br/2009/07/eu-li-e-indico-falcao-meninos-do.html>>.

autora ainda pontua que este ato ilícito é a resposta ao sistema capitalista, pois este é devastador em seu exercício, sendo uma das atividades mais vantajosas da economia informal. Portanto o tráfico acaba gerando empregos a uma população que não está incluída nos requisitos da disciplina imposta pelas escolas, assim como do mercado de trabalho.

O tráfico de drogas, do mesmo modo que outros mercados ilegais aparece como resposta à marginalidade econômica dos países, regiões ou parcelas da população, vítimas do crescimento econômico desigual e da desilusão social; e das constelações de tensões, conflitos e antagonismos” (FERFERMAN, 2009, p. 35).

Conforme os autores é possível entender que o tráfico de drogas se organizou referente a um problema de consumo de drogas e de repressão a mesma conforme seu tempo histórico. Na contemporaneidade as drogas foram entendidas em seu processo de ação sobre o corpo humano e vieram às repressões, com suporte sócio-político-econômico, principalmente dos Estados Unidos da América (NUNES et al, 2010, p. 19 - 28).

Essas transformações políticas foram advindas do sistema capitalista, e devem ser compreendidas num processo histórico que, conforme Foucault, na passagem do século XVII para o XVIII, quando a forma de poder soberano, de vida e morte, não dava mais o suporte necessário. Após a revolução industrial, a ordem capitalista gerou em torno da produção, e com isso uma nova forma de poder foi se estruturando perante as relações sociais. Conforme Foucault (1997) abre-se assim, a era de um ‘biopoder’, ou seja, o poder de controle sobre a vida, do corpo, o que ele compreende como uma sociedade de controle dos corpos (sociedade disciplinar).

O biopoder para o autor é uma instância que se ramifica na disciplinarização e na biopolítica. A primeira se refere ao sujeito individual, a segunda ao sujeito em espécie.

Esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças (...) tudo isso assegurado por procedimentos que caracterizam as disciplinas: *anatomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no *corpo-espécie*, no corpo transpassado pela a mecânica do ser vivo e como suporte de processos

biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade(...) tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população (FOUCAULT, 2009, p.152)

É importante ressaltar que o poder em Foucault não é centralizado, ele é circular, se capilariza nas relações sociais. Outro conceito relevante em Foucault é a presença e a constituição do poder da norma e dos modos de subjetivação, que constituem as possibilidades do sujeito se assujeitar e/ou resistir às normas. As normas são os ideais disseminados pelo senso comum, pelas leis, pela ciência, e orientam as práticas de disciplinamento e docilização dos corpos (FOUCAULT, 1997; 2009; 2011).

A biopolítica, ou regulações das populações, agrupa as disciplinas em blocos e aborda os problemas populacionais como a criminalidade, a saúde e a doença, a educação, como possibilidade de controle e disciplina das populações. No objeto em análise, o estudo de como esses jovens se tornam sujeitos de biopolíticas e de tecnologias disciplinares, possibilitam esmiuçar as relações de poder que estão em volta nesse modo de subjetivação (FOUCAULT, 1997, 2009, 2011).

Dessa forma, Trassi (2006) afirma que para compreender o adolescente é necessário ver o contexto que o jovem está inserido e a sua forma de se apresentar e estar no mundo. Ozella (2002) compreende a adolescência como uma etapa do sujeito que irá ser construída historicamente, e que não há nenhuma característica inata, seja de ordem física ou psicológica que irá determinar no processo de subjetivação do indivíduo.

O autor acrescenta que as configurações da adolescência vão se construindo nas relações sociais, pois a adolescência nos dias de hoje se configura como:

[...] período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar da necessidade do preparo técnico e da necessidade de justificar o distanciamento do trabalho de um determinado grupo social (OZELLA, 2002, p. 22).

Rocha (2002) complementa a contextualização dos adolescentes nesse sistema capitalista que dilata a exclusão social, como a instantaneidade, refletida na globalização como um todo; o consumismo, que reflete na aquisição de bens materiais de última geração, ocasionando “a individualização e ao desinteresse na

esfera pública e política” (p. 25) e o processo disciplinatório, pois “a sociedade disciplinar requer que todos estejam em seus devidos lugares” (OLIVEIRA, 2002, p. 197).

Nesse sentido a relação tráfico de drogas e adolescência está interligada a um processo de subjetivação no sistema capitalista, logo na sociedade em que estão inseridos. Apesar de existir uma norma social correlacionando pobreza-criminalidade, Fefferman (2006) afirma que essa relação não é linear e que existem outros fatores conectados, mas acrescenta que essa camada da população está mais vulnerável aos descasos sociais, e por isso se encontram numa situação de desrespeito, limitações e de privações, e por estas circunstâncias, essa população está mais sujeita a ser o palco da criminalização.

Esta pesquisa buscou compreender o processo de envolvimento de jovens com o consumo e o comércio de drogas na perspectiva da estética de si, desenvolvida por Michel Foucault. A proposta é pensar quais as possibilidades de se constituir sujeito dentro dessa sociedade e seus conjuntos de normas, para que possa complementar em possíveis criações de políticas públicas para atender a esta demanda de envolvimento adolescente-crime, que na realidade faz deles mais vítimas do que verdadeiros agressores (ZALUAR, 1994).

Para compreender o processo de constituição dos adolescentes que se envolvem no tráfico de drogas, foi abordado o conceito de estética de si de Michel Foucault (2011). Este conceito se insere nos estudos sobre ética, que conforme Nardi (2009) é compreendida como a “problematização dos modos de existência” (p. 94). O autor acrescenta que Foucault faz uma distinção entre moral e ética, entendendo moral como o conjunto de regras e modos de subjetivação construídos e impostos pelas instituições sociais e a ética como a forma que nos posicionamos perante essas regras.

Nardi (2009) destaca que não podemos pensar estética como beleza ou prazer, mas em como esta estética nos remete a um exercício de sensibilidade em relação ao mundo, como somos afetados pelo outro, e como fazemos da vida a própria obra de arte. Foucault (1985) conceitua o processo de “conheces a ti mesmo” como o cuidado/estética de si. Para ele o cuidado de si está caracterizado na base filosófica, e se configura como “adoção de uma atitude geral na relação

consigo mesmo, só que em meio a um conjunto de práticas, de renúncia e de desprendimento dos prazeres” (WANZELER, 2011, p. 14).

O cuidado de si é compreendido como o processo de estética de si e que tem por finalidade entender como o sujeito se subjetiva e objetiva perante as normas que estão postas para si. Cabe destacar que estas normas são produzidas no interior de jogos de verdade, relações de saber, poder que se constroem no conjunto da sociedade. O trabalho sobre si se objetiva nas práticas dos sujeitos perante essas normas. No contexto da prática do tráfico de drogas, atividade considerada ilícita, essa adjetivação, aqui compreendida como uma verdade produzida no regime de produção de verdades vigente. Que conforme Nardi (2009):

A palavra jogo pode conduzir a um erro de interpretação: o jogo deve ser compreendido como o conjunto de procedimentos que conduzem a uma verdade, que pode ser considerada, em função de seus princípios e de suas regras, como válida ou não, como vencedora ou não. É assim que se inaugura um regime de verdades que, adquirindo uma legitimidade social, passa a sustentar e a caracterizar uma determinada forma de dominação (p. 95).

Refletir sobre o tráfico-adolescente, inserção social e a produção de subjetividades é compreender como essas relações se configuram, pois é uma demanda que necessita de novos olhares para que se efetive a quebra de paradigmas, visto que desta forma a relação vai se caracterizando como um problema social, onde só um pólo é criminalizado e culpabilizado, pois a realidade da perseguição do combate às drogas e a criminalização reportada aos usuários e aos traficantes cada vez mais se intensifica dentro de uma política repressiva que alimenta o mundo do crime, portanto esta pesquisa problematiza: **como os jovens do tráfico se constituem sujeitos a partir do conceito estética de si?**

1.2 JUSTIFICATIVA

O problema do tráfico de drogas e da inserção da adolescência nesse meio é um problema atual que contempla a ordem social mundial. O ONUDC³ é um

³ O UNODC é a agência das Nações Unidas com mandato de apoiar os países na implementação das três convenções da ONU sobre drogas e de apoiar os países a desenvolver respostas ao uso problemático de drogas e suas consequências adversas à saúde, por meio da implementação de ações de prevenção e da oferta de uma rede de serviços integrada de atenção e assistência, com base em evidências científicas, no respeito aos direitos humanos e em padrões éticos.

órgão mundial que trabalha com todas as demandas que discutem a temática das drogas. No Brasil existem vários órgãos competentes, entre eles o OBID⁴, o SENAD⁵ e o CONAD⁶ que trabalham na política sobre drogas lícitas e ilícitas, na sua prevenção e promoção de saúde a partir de políticas públicas para combater a criminalidade em relação a drogas e ao seu comércio.

Na segunda década do século XXI o Brasil se encontra com uma população de aproximadamente 190 milhões de habitantes, destes, 60 milhões tem idade igual ou menor á 18 anos. O UNICEF⁷ aponta estatística do ano de 2011 onde às crianças com recursos financeiros menos favoráveis, são as que estão mais vulneráveis à violência; “às crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer, em comparação às ricas, e as negras, 50% a mais, em relação às brancas”. A estatística traz que no Brasil, hoje existem 21 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos, destes, a cada dia, “129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados, em média, ao Disque Denúncia 100”. (UNICEF, 2011).

O UNICEF ainda pontua que as vulnerabilidades a que as crianças e adolescentes são submetidos se diferenciam por uma desigualdade social que o brasileiro ajudou a construir em sua história, em suas palavras “as desigualdades, determinadas, entre outros fatores, pela origem e identidade étnico-racial, pelo fato de ser menino ou menina, por sua condição pessoal relacionada a ter ou não alguma deficiência e pelo local onde vivem” (p. 28) são as características eminentes desta realidade segregadora, pois em pleno século XXI existem 38% de adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os dados pontuam que apesar da pobreza ter retrocedido no Brasil em outras dimensões, na realidade de meninas e meninos (12 – 17 anos) houve acréscimo de 1,3%, ou seja, de 16,3% para 17,6%, devido a outras vulnerabilidades que se submetem as pessoas que vivem nesta situação, pois “romper o ciclo da pobreza não é simples, mas fundamental para reduzir outras vulnerabilidades” (p. 30).

⁴ O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID foi lançado em 2002, durante a Semana Nacional Antidrogas.

⁵ Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

⁶ Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

⁷ O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF está presente no Brasil desde 1950.

Dentro dessa perspectiva os adolescentes das classes populares se encontram em situações vulneráveis para toda e qualquer tipo de violência, pois são reconhecidos como adolescentes problemas, e essa visão, que se encontra deturpada, ainda persiste no senso comum da sociedade. Neste contexto, os jovens que se agrupam em classes sociais mais baixa, não tem outras opções para adentrarem na sociedade, a não ser pela via do crime. Os sujeitos destas pesquisas padecem dessa realidade, são crianças e adolescentes, em sua maioria negra e pobre. Estes sujeitos são meninos que participaram do documentário “*Falcão: meninos do tráfico*”⁸.

Podemos situar a condição dos jovens pobres na sociedade brasileira na discussão proposta por Alessandro Baratta (2002) sobre a seletividade dos sistemas punitivos. Na perspectiva da criminologia crítica, o autor afirma que existem bens que são penalmente protegidos e os comportamentos ofensivos a estes bens são criminalizados, um segundo critério de seletividade, dizem respeito ao agente da ofensa, alguns indivíduos são estigmatizados e as ofensas por eles praticadas são penalmente sancionadas.

Apresentar as estatísticas sobre o tráfico de drogas se configura em tarefa difícil, pois por ser um dinheiro ilegal, ele adentra a economia formal via processos de lavagem de dinheiro, e não há estudos fidedignos sobre as verbas que o tráfico movimentam. Fefferman (2006) informa em sua pesquisa que o tráfico de drogas “movimenta cerca de 400 bilhões de dólares por ano. No ano de 2000 movimentou um trilhão e meio de dólares no mundo” (p. 25) firmando seu status econômico como a segunda potência ilegal em obter capital no mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas (FEFFERMAN, 2006; MAGALHÃES, 2000).

A relevância social desta pesquisa se justifica, pelas repercussões que o uso e o comércio de drogas ocupam no cotidiano dos brasileiros. Essa ênfase se registra nos telejornais diários, na ação de governantes sobre os grupos que ocupam as chamadas *cracolândias*. Essa prática vinculada a crianças e adolescentes reforça teses de rebaixamento da idade penal que dizem respeito às políticas de segurança pública e justiça. Também o uso de venda de drogas praticado por jovens apontam para déficits significativos na política educacional.

⁸ Sobre a fonte de pesquisa será debatida no capítulo método.

Essa pesquisa visou contribuir para a sensibilização no campo das ciências humanas para os dados das pesquisas que indicam a crescente mortalidade de jovens no Brasil, pois conforme afirma Carone (2006) “se a imprensa tem servido para colocá-los como matéria de pauta diária, as universidades nem mesmo tem feito isso. A sua absoluta falta de cidadania é comprovada pela ausência de menção a eles nas teses universitárias (p. 9).

Em pesquisa bibliográfica realizada no banco de teses do CAPES e da biblioteca pública, identificamos as dissertações e teses de Faria (2009), Oliveira (2009) e Pimentel (2007) que abordam o tráfico de drogas, e a inserção de pessoas nesse sistema ilegal, porém estudos nesta temática estão escassos e se encontram pautados em sensos comuns ou por matérias jornalísticas sensacionalistas (FEFFERMAN, 2006).

Fefferman (2006) acrescenta declarando que a dificuldade para fazer sua pesquisa, foi justamente a falta de estudos científicos que tinham essa demanda por base, pois há muita literatura sobre tráfico de drogas, porém não entendem o tráfico como um fenômeno sociológico. A autora ainda relata que o tráfico de drogas é “indicado como fenômeno de barbárie, apontando-se o lugar que o tráfico de drogas ocupa depois de término da Guerra Fria [...] é um fenômeno tão complexo que só e possível ser visto de forma fragmentada e tais fragmentos mantêm uma tensão entre si” (p. 16, 17).

É intuito dessa pesquisa contribuir para a elaboração de reflexões acerca das reproduções do sistema e constituições de subjetividades, para que seja possível reconhecer crianças e adolescentes, como sujeitos integrais e singulares. Aos profissionais que trabalham com esta demanda possam intervir na perspectiva da promoção e prevenção de saúde. Nicodemos (2009) discute esse olhar para a criança e o adolescente, e afirma que “o fato é que não temos percebido a criança e o adolescente como sujeitos efetivamente protagonistas de um debate sobre qual é a melhor política de segurança pública” (p. 37).

A juventude em si é a parcela da população que mais é ativada, através do consumo que é perpetuado pelo sistema capitalista. Trassi (2006) relata sobre essa concepção do adolescente como o grande sujeito do capitalismo, pois a constituição do jovem está baseada nos modelos, identificações, onde os valores da coletividade e da singularidade se evidenciam na incumbência do bem-comum.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral:

Verificar se o processo de estétização de si ocorre nos jovens que estão inseridos no comércio de drogas a partir dos relatos do livro *“Falcão: os meninos do tráfico”*.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- Identificar os modos de subjetivação de jovens trabalhadores do tráfico de drogas perante as normas sociais.
- Identificar as práticas que objetivam o processo desses sujeitos, em seus modos de subjetivação.
- Identificar as práticas de resistências e linhas de fuga a partir dos relatos do livro *“Falcão: meninos do tráfico”*.

2. MARCO TEÓRICO

Este capítulo da pesquisa se dividirá em três tópicos para melhor compreensão acerca das temáticas problematizadas, como o tráfico de drogas, a adolescência e o processo de estética de si, que já são produzidas e explanadas por diversos autores.

O capítulo destinado ao tráfico de drogas se divide em um capítulo e um subcapítulo, sendo que o primeiro está relacionado com o contexto histórico do surgimento da prática do tráfico de drogas e remete-se ao contexto da criminalidade. O segundo se refere às drogas, aos seus usos durante as épocas históricas e sua proibição, em seu caráter de ilegalidade.

O segundo capítulo estará relacionado com a adolescência, os jovens pobres ou “menores” como ficaram conhecidos. Este se divide em um capítulo, com um subcapítulo, o primeiro está relacionado com o contexto histórico da adolescência, da concepção cultural do menor para adolescente. O outro se refere à desmistificação da adolescência, compreendendo que esta se constituiu através dos anos, como uma fase genericamente caracterizada como problemática.

O terceiro e último capítulo está estritamente ligado aos conceitos que Michel Foucault formula em suas obras. Os conceitos de biopoder, disciplinarização, biopolítica, para que se possa chegar ao processo de estética de si dos sujeitos contemporâneos. Este também se divide em um capítulo, mais um subcapítulo, onde o primeiro se relaciona com os conceitos das relações de poder, e de como cada sujeito se subjetiva e objetiva a partir destas relações. O segundo conceitualiza o processo de estética de si, a partir de seu resgate do conceito de cuidado de si, que o autor vai buscar nas idades de ouro, na antiguidade clássica para demonstrar uma prática, um trabalho diário e contínuo na produção de subjetividades, além de trabalhar as práticas de resistência.

2.1 CRIMINALIDADE E NARCOTRÁFICO: CONSTRUINDO SEU CONTEXTO HISTÓRICO.

De acordo com Santos e Kassouf (2008) o Brasil é um país considerado subdesenvolvido, e a sua taxa de criminalidade vem crescendo abruptamente em todo o território nacional. Com essa crescente o país tem grande implicações

econômicas, sócias em seu desenvolvimento, acarretando na sociedade, cada vez mais, o medo e a insegurança como forma de controle social. Os autores assinalam a dificuldade em lidar com bases de dados que demonstrem, estatisticamente, fatores/aspectos associados à criminalidade, visto que a realidade de números legítimos de casos registrados é deficitária.

Os dados oficiais existentes, especialmente os registros policiais, são apenas estimativas subestimadas dos crimes ocorridos, devido às altas taxas de sub-registro de crimes, principalmente no caso de alguns tipos de crimes como, por exemplo, roubos, furtos, sequestros e estupros. Comprovadamente, a menor taxa de sub-registro é encontrada em dados de homicídios intencionais. Nesse tipo de crime, o sub-registro é relativamente pequeno por implicar perda de vida humana. Um homicídio não registrado é fruto, dentre outros motivos, do fato de que nem todas as mortes consideradas homicídios intencionais são corretamente classificadas e algumas mortes são simplesmente não reportadas. (SANTOS e KASSOUF, 2008, p. 9).

Fefferman (2006) acrescenta que o medo e a insegurança são estratégias de poder por parte do Estado para a manutenção da hierarquia de classes. Wacquant (2001) demonstra que esta forma de dominação é a forma com que o poder é representado em muitos países do mundo e no Brasil, visto que a repressão e o autoritarismo são as bases do governo, principalmente com pessoas que tem o estereótipo relacionado à miséria, proporcionando o preconceito “o que faz com que o conjunto das classes sociais tendam a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância à bandidagem” (p. 10).

Com relação à limitação de dados fidedignos, a autora reafirma que no caso do crime organizado, onde está fixado o tráfico de drogas, é quase impossível, definir quanto capital é derivado desta ação, mas pode garantir que o valor é alto “as atividades do tráfico aparece como uma das formas mais lucrativas da economia informal” (FEFFERMAN, 2006, p. 35). Em contrapartida, o Brasil é o país que apresenta o pior índice de distribuição de renda, dentre os países com mais de 10 milhões de habitantes, logo o empobrecimento das classes menos favorecidas é uma crescente para o país (FEFFERMAN, 2006), portanto a criminalidade se apresenta como possibilidade direta de ação para os jovens em situação de vulnerabilidade.

A criminalidade está relacionada aos tipos de condutas dos sujeitos. O sistema capitalista para ter funcionalidade, requer disciplina e individualidade como

aparatos sociais. Desta forma os sujeitos que não são considerados disciplinados, ou seja, se encontram nas ruas, fazem uso de drogas, não trabalham e nem estudam, são interpretados como desviantes e conseqüentemente percebidos como delinquentes, porém estes que são criminalizados têm nome, cor e idade, são os adolescentes pobres, pretos e moradores de favelas, que são classificados e estigmatizados no jargão popular de que há um estereótipo para a criminalidade, logo há um público alvo para os policiais reforçarem seu trabalho (OLIVEIRA, 2002).

O enclausuramento e a individualização da sociedade são concomitantes com o aparecimento da polícia. Este aparelho repressivo público que surgiu dos guardas de portos para andar nas ruas. A função da polícia é caçar o não-institucionalizado, aquele que não está em nenhuma das instituições fechadas, como a escola, a família, o orfanato, a fábrica, o asilo, o hospital, etc. Por isso a polícia não vai entrar na fábrica em busca do crime, não vai entrar na escola, no orfanato, no asilo, nos condomínios fechados, porque sua função é a de higienização das ruas. A clientela da polícia vai ser composta dos sem dono – o sem patrão, sem marido, sem pai, sem professor, etc. – em uma sociedade em que tudo – e todos – é mercadoria e deve ser apropriado (OLIVEIRA, 2002, p. 198).

O tráfico de drogas é considerado como crime organizado e uma atividade, que pode ser caracterizada como recente. No Brasil ganhou visibilidade a partir do final da década de 60 e início dos anos 70 e teve seu ápice na década de 80 do século XX. É importante salientar que o uso de substâncias psicoativas (drogas) é algo muito antigo no mundo, portanto o tráfico pode ser relacionado a uma organização que advém junto ao sistema vigente, o capitalismo e a repressão das drogas administrada pelos Estados Unidos da América, principalmente após a guerra fria, com o controle de abstinência e tolerância zero. (FEFFERMAN, 2006).

Adorno e Salla (2007) acrescentam que o aumento da violência e do crime no Brasil, se estabiliza com a chegada da globalização, das dissoluções dos Estados-nações, a partir da nova era, a da sociedade contemporânea. Os autores pontuam que esse modelo de sociedade discriminada pelas tecnologias adentrou no campo da criminalidade como forma de maior propagação da comunicação, se firmando como a pedra-chave para a influência de novos crimes, em especial o considerado crime organizado, que abrange em nossa legislação o tráfico de drogas.

[...] a rápida emergência e a disseminação da criminalidade organizada encontraram condições favoráveis nos padrões, também mundiais, de desenvolvimento urbano. O surgimento acelerado de megacidades, com mais de oito milhões de habitantes e com seus sistemas policêntricos

instituindo zonas de segregação social e espacial, tem sido palco do surgimento de novos padrões de pobreza e de novas formas de desigualdades sociais em especial desigualdades de direitos, que condenam parcelas expressivas de populações urbanas de baixa renda à vida social imersa no mundo das ilegalidades (ADORNO e SALLAS, 2007, p. 9).

Nesse cenário, Madrid (2004) explicita que o crime organizado é um fenômeno antigo e que na década de 70 do século XX, foi o auge desta criminalidade como organização, pois as máfias italianas começaram a se estruturar como grandes empresários proliferando “outras características semelhantes ao atual crime organizado, como a formação de hierarquias, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro” (p. 16).

No Brasil, o tráfico de drogas é considerado crime organizado e teve seu início no cenário brasileiro dentro dos presídios, na década de 60 e 70, quando os presos políticos foram colocados junto com os presos comuns nas penitenciárias. Desta forma os presos trocaram conhecimentos criminais e foram disseminando os ensinamentos, logo os presos foram se organizando (GOMES e CERVINI, 1997).

Insta ressaltar que no Brasil o crime se organizou na década de setenta, no presídio de Ilha Grande, em Angra dos Reis (Rio de Janeiro), no qual os presos políticos transmitiram seus discursos e técnicas de guerrilha aos demais detentos. Consta que em determinado momento dessa década, um grupo de traficantes presos, dentre eles William da Silva Lima, conhecido como Professor; Francisco Viriato, conhecido como Japonês; e Rogério Lengruber, também conhecido como Bagulhão, instaurou a Falange Vermelha depois de derrubar a Falange do Jacaré, que comandava o presídio naquele período (MADRID, 2004, p. 19).

A Falange Vermelha, hoje conhecida como Comando Vermelho, criada por volta de 1979, foi à pioneira da prática do tráfico de drogas de forma organizada. Os presos se juntaram para conquistar seus direitos, aperfeiçoando seus atos ilegais, com características de grupos coesos e com a finalidade “de diminuir a violência na solução de conflitos dentro dos presídios, aumentar a solidariedade entre os presos e reivindicar direitos na prisão – como fizeram os presos políticos” (MISSE, 2003, p. 4). O autor expõe que ficou conhecido como Comando Vermelho, pelo diretor do presídio, Capitão Nelson Bastos Salmon em seu relatório. O comando vermelho usa este nome como forma de homenagear “esses antigos prisioneiros terroristas, sob o lema paz, justiça e liberdade” (MADRID, 2004, p. 20).

Conforme fora citado, o crime organizado se correlaciona a estrutura do tráfico de drogas, porém existem discussões em estudiosos da área, onde há controvérsias em sua definição, pois não considera a exposição do tráfico como tal. Oliveira (2004) contribui para esta discussão pontuando características importantes, visto que o crime organizado possui em sua base a busca de apoio de instituições para que se possa atuar no campo ilegal, instituições do âmbito estatal; outro ponto é o capitalismo e sua propagação na sociedade pautada no consumo, pois abrange e influencia “a interação dos mercados financeiros, e é possível tornar as atividades das organizações criminosas bastante lucrativas” (p. 1). Desta forma o autor afirma que “a relação entre Estado e crime organizado está presente” (p. 1).

De acordo com Madrid (2004) o conceito de crime organizado tem grandes defensores doutrinários dentro do código penal brasileiro, ou seja, “não se sabe ao certo quando um crime receberá a marca de organizado” (p. 22). Até 1995 não havia na legislação brasileira a lei oficial que definisse o crime. A Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995, que foi a primeira a abordar esta temática, e ela “dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas” (BRASIL, 1995). Após discussões, debates, em 2001 se amplia, com a Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001, que “Altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas” (BRASIL, 2001).

O crime organizado contempla algumas atividades, entre elas o jogo do bicho. No Brasil esta atividade se destaca como a principal atividade das organizações criminosas, mas ainda é possível incluir no âmbito do crime organizado o tráfico de armas, de mulheres, crianças e drogas. Segundo Fefferman (2006) o tráfico de drogas tem como forma de organização, o poder em seu território, seja para controlar a entrada de outros traficantes que podem querer “tomar” seus locais, suas “bocas” ou para controlar as pessoas que estão em seu perímetro, a sociedade daquela região, muitas vezes os ajuda quando estes apresentam problemas e tem dificuldades de solucionarem pelas escassas possibilidades que o Estado proporciona em suas políticas públicas.

O crime e a violência no Brasil são atos que tiveram seu ápice a partir de políticas de seguranças despreparadas, ocasionando muitas impunidades e

injustiças e remetendo a uma objeção óbvia, crime e sociedade nasceram juntos (MADRID, 2004). Fefferman (2006) complementa que o crime organizado é um conceito que requer um olhar diferenciado, pois “é importante refletir sobre as singularidades locais da inserção social e da organização do tráfico de drogas, tornando mais concreta a análise com base em constantes que caracterizam sua situação geral” (p. 38).

Se o crime organizado é não estável, obviamente a legislação que trata, ou que venha a tratar, desse assunto, também não pode ser estática e deve acompanhar todo o desenrolar das atividades criminosas, caso contrário, nunca existirá uma lei realmente eficiente para sanar essa criminalidade. Portanto a lei que estabelece os mecanismos de controle sobre o crime organizado deve ser dinâmica, atual e trazer verdadeiro propósito de combate às organizações criminosas (MADRID, 2004, p. 30).

Segundo Zaluar (2004) esta concepção de crime, apesar de sua ilegalidade, se constrói nos moldes dos ramos empresariais e do mercado de trabalho, principalmente nos valores e regras em que se submetem para alcançar seus fins, na maioria das vezes, lucrativos. A autora reafirma a ideia de que para se instaurar no mundo do crime, as instituições jurídicas, que deveriam dar segurança e combater a criminalidade, são as que acabam por entrar em acordos com a criminalidade, corrompendo e facilitando a propagação do contrabando de drogas, e conseqüentemente a segregação de classes que cometem crimes. Em suas palavras:

É principalmente a discriminação básica do nosso sistema policial e jurídico, que só identifica como criminoso o delinqüente oriundo das classes populares, que convém ressaltar. A pobreza, então, deixa de ser a explicação para a criminalidade – afirmação comum entre cientistas sociais e que só aumenta os preconceitos contra os pobres – e passa a ser a razão para aplicar, com sucesso, o rótulo de criminoso no bandido pobre (p. 22).

De acordo com Zaluar (2004) quando o êxodo rural e as migrações urbanas se acentuaram no Brasil, concomitantemente o crime se perpetuou e aumentou no cenário brasileiro. Segundo Fefferman (2006) o processo de urbanização, se define pela falta de recursos na sua terra de origem, assim como pela busca de novas perspectivas de vida de cada indivíduo e/ou família em outra cidade. Com essa transitoriedade buscam-se as mais variadas formas de atender e suprir as necessidades desta massa populacional, que emerge com expectativas e necessidades de recursos humanos e financeiros.

Entretanto os recursos, esses que a região receptora muitas vezes não possui, facilitam a entrada desses sujeitos em locais precários para a sobrevivência. Dessa forma a urbanização influencia a segregação, pois as cidades neste processo passam a receber uma demanda imensa de famílias, que por sua vez buscam fixar residências, e pelo seu poder aquisitivo baixo são alojados nos locais mais afastados e degradados (FEFFERMAN, 2006).

[...] passaram a ser construídas, em loteamentos clandestinos, moradias com quase nenhuma infra-estrutura [...] Esta questão é bastante polêmica, pois desobriga o governo de executar uma política habitacional que responda à procura desta população, que construiu assim suas casas de forma desordenada, sem nenhuma forma de planejamento e auxílio do poder municipal ou estadual, tendo, como resultado, aglomerados de casa, muitas vezes sem ruas e saneamento básico. O desenvolvimento geográfico da cidade exarcebou o hiato existente entre a população com alto poder aquisitivo e aquela de escassa posse, que gasta horas para se locomover entre o trabalho e a residência, dada a precariedade dos transportes, pelo descaso do poder público (FEFFERMAN, 2006, p. 65).

A autora ainda pontua que essa população fica estigmatizada como população com alto nível de periculosidade, e acabam sendo alvos de segregação e discriminação, e “por serem constituintes desse processo, por vezes segregam e discriminam” (p. 66). A autora traz contribuições de Lúcio Kowarick (2000) sobre as populações dessas regiões periféricas, e explicita que esta classe fica a mercê dos preconceitos, depositando estereótipos nesta massa populacional.

[...] uma forma de controle social pela vistoria da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinqüente, é jovem, de tez morena ou escura, malvestido e de aparência desnutrida. De preferência não porta ou não tem carteira de trabalho, mora nos cortiços das áreas centrais ou nas favelas da periferia (KOWARICK (2000) apud FEFFERMAN (2006).

Nesta perspectiva a cidadania perde seu significado e o discurso predominante é o do medo, insegurança, correlacionando uma ideia de inimigo social que está localizado em locais distintos e separado, logo se procura a proteção contra este inimigo, “constituem-se padrões de territórios quanto à exclusão/inclusão social: de um lado o aumento dos condomínios fechados circunscritos em espaços controlados, protegidos e confinados; de outro, as favelas em espaços de extrema vulnerabilidade” (FEFFERMAN, 2006, p. 69).

Zaluar (2004) relata que para haver entendimento sobre estas causalidades e o aumento da violência, é necessário compreendê-lo a partir da

estrutura empresarial e como, as estruturas institucionais colaboram para a eficiência do crime, já que “as próprias instituições encarregadas de manter a lei tornam-se implicadas com o crime organizado. Sem isso não seria possível compreender a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares do Rio de Janeiro” (p. 31).

Fefferman (2006) complementa afirmando que o tráfico de drogas só é possível, porque o Estado age diretamente para a propagação deste crime, que mesmo no mercado informal, arrebate valores numéricos maiores do que a indústria petrolífera, e acaba por adentrar e de incrementar o capital financeiro no mercado legal, através da lavagem de dinheiro, dificultando assim, os valores reais de quanto o tráfico de drogas movimento no Brasil e no mundo.

2.1.1 Drogas: Compreendendo seu uso e proibição

O uso de drogas foi se transformando historicamente, perpassando todo e qualquer tipo de finalidade, entendendo aqui, todas as drogas, sem diferenciação em ilícitas e lícitas. Nunes et al (2006) remete a origem da sociedade e diz que é impossível falar da mesma, sem falar de uso de drogas. Os autores ainda pontuam que desde a antiguidade, a bebida alcoólica, como o vinho teve e tem grande valor perpetuado pelo cristianismo. Para os incas, a cocaína (folha de coca) tinha um valor maior que o ouro e a prata e para os Citas⁹ a maconha era adorada a partir do cheiro que exalava das plantas.

Na modernidade o ópio e a morfina tiveram ampla utilização na guerra civil americanas, o álcool passou a ser utilizado pelos patrões para contentar empregados e aumentar a produtividade e a cocaína e a heroína eram anunciados em jornais, caracterizando o Glamour relacionado à “loucura” das substâncias psicoativas e a maconha e o LSD passam a ser cultuadas na década de 60 nos movimentos de contracultura. Ainda na década de 70, por conta da Guerra do Vietnã, a heroína ganhou impulso no mercado negro das drogas. Juntamente com o ópio vindo do triângulo dourado (Camboja, Laos e Tailândia) passou a dividir a predileção da geração hippie. (NUNES et al, 2006, p. 18).

Oliveira (2009) afirma que a chegada do Cristianismo colaborou para a moral cristã ser dogmatizada, “que passou a perseguir e proibir os praticantes de cultos tidos como rivais, já que ameaçavam a supremacia e o poder cristão” (p.52).

⁹ Citas é um povo da antiguidade da Europa Oriental.

Oliveira (2009) acrescenta que as drogas, associadas a esses cultos religiosos, “passaram a ser estigmatizadas e vistas como diabólicas e sinônimos de feitiçaria” (p. 52). Nesta perspectiva o “emprego de drogas terapêuticas passou a ser condenado pela Inquisição, sob pena de torturas e morte, tornando-se sinônimo de heresia” (p. 52). Nos dias atuais essa repressão advém das legislações criminalizadoras, da polícia, do poder judiciário dos países, e de políticas internacionais e nacionais do combate ao uso e venda de drogas.

A JIFE¹⁰ em seu relatório anual de 2007 aponta o Brasil em 24 dos 739 parágrafos. No parágrafo 418 diz que o vínculo existente entre tráfico de drogas com a violência causou destroços em diversos países da América do Sul. “No Brasil, por exemplo, nos últimos anos, como resultado do crime organizado relacionado com as drogas, aumentaram os atos de violência e homicídios cometidos por quadrilhas nas grandes zonas urbanas” (p. 73).

Com o argumento de combater o crime organizado o poder governamental abusa de políticas para o combate ao uso de drogas e ao tráfico da mesma, de uma forma excludente e marginalizada, colocando no mesmo pacote o usuário e o traficante do varejo de droga na pauta da criminalização, da infração, e com o projeto equivocado, de ter uma sociedade sem drogas. Nunes et al (2006) afirma que existe a compreensão da sociedade que o uso abusivo de substâncias psicoativas pode remeter a problemas de saúde, levando até mesmo a morte. No mundo do tráfico a morte é compreendida como via direta, pois os traficantes assumem como estratégia para com a dívida, a morte como a resolução do problema, o que acarreta num emaranhado de crime, drogas – tráfico – homicídios – roubos.

Marginalidade não pode ser compreendida em uma representação psicopatológica, algo que deriva somente do indivíduo, todavia deve ser compreendido o que é chamado de marginal, como uma construção histórica, “como manifestação do processo de desestrutura dos modelos sociais” (FEFFERMAN, 2006, p. 33). Na sociedade capitalista, o discurso se refere à marginalidade como um excludor pautado na legalidade, âmbito do direito penal, que mantém

¹⁰ A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes é um órgão independente que monitora a implementação das convenções da ONU sobre o controle internacional de drogas. Fundada em 1968 pela Convenção Única sobre Drogas Entorpecentes, de 1961, a JIFE é totalmente independente dos governos, assim como das Nações Unidas.

posicionamentos antigos de controle e disciplina social, como nos mostra Fefferman (2006):

A marginalidade se determina com base na lei. Assim, a legalidade ou não de um produto psicoativo, num determinado contexto socioeconômico cultural, não se dá em relação à gravidade de problemas que suscita, mas em razão de critérios econômicos e políticos (p. 33).

Nunes et al (2006) completa a relação do homem com a droga na atualidade (século XXI) como forma de vivenciar o capitalismo, através da via do consumo, “que impõe ao homem contemporâneo uma cultura de consumo desenfreado e inconsequente como possibilidade de existência” (p. 18). Os questionamentos oriundos da problemática que envolve a droga e a contemporaneidade perpassam um mundo que intensifica a desigualdade social e, por sua vez, acaba por firmar a ideia do crime organizado “o mercado paralelo que acaba servindo como possibilidade de geração de renda para jovens em situação de vulnerabilidade” (NUNES et al, 2006, p. 19).

Bucher (1996) pontua que a repreensão ao uso de drogas se estabeleceu quando estas foram divididas entre “droga boa” ou “droga ruim”, ou seja, “lícita e ilícita”, segregando os tipos de drogas, sejam as boas como sendo algo prazeroso (álcool e cigarro) e a ruim, como algo nocivo (maconha, cocaína, crack, heroína, ópio, entre outras) e as pessoas que são usuárias destas consideradas ruins são excluídas e marginalizadas.

Nessa percepção os meninos do tráfico vão estar relacionado à ideia de ruins, de monstros, de sujeitos que detem a maldade, heranças essas de um poder pautado na Igreja. Dessa forma, as classes pauperizadas, jovens e negras, acabam virando o bode expiatório de uma sociedade disciplinarizante e excludente (ZALUAR, 1994; FEFFERMAN, 2006; FOUCAULT, 2009).

2.2 ADOLESCÊNCIAS: OS MENORES DE ONTEM

A história das crianças e adolescentes no país sempre foi marcada pela exclusão e pelo preconceito. Oliveira (2002) relata que só foram reconhecidos como adolescentes a partir do ECA¹¹, pois antes a nomenclatura utilizada era a do menor.

¹¹ Estatuto da Criança e do Adolescente.

“As crianças e adolescentes sempre foram presos, com nomes e roupagens assistencialistas, pedagógicas ou tutelares” (p. 196). O autor pontua que a nomenclatura “menor” por si só relacionada a alguma coisa, caracteriza-o como um sujeito que se encontra em desvantagem, por isso a estes menores se conecta a ideia de um controle por vias de instituições de apoio para fins disciplinares. Sader (2005) acrescenta que a criança e o adolescente sempre estiveram associados a adjetivos como “pivete, trombadinha, menor” (p. 8) na sociedade brasileira.

O menor na história brasileira está relacionado às crianças abandonadas, pobres, que foram recolhidas de suas famílias e das ruas desde a era colonial, e que não necessariamente cometiam crimes, mas eram percebidos como desviantes e sujos, e por isso deveriam ser excluídos em locais longínquos dos centros das cidades. Rizzini e Pilotti (2011) referem-se ao problema infantil, como um problema gravíssimo que perdura há pelo menos 100 anos, “e invariavelmente associado à pobreza, em momento algum foi enfrentado como uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde” (p. 16).

Os autores trabalham em seu livro a quem caberia a responsabilidade de cuidar das crianças que se encontravam “órfãs, abandonadas, negligenciadas, maltratadas e delinquentes” (RIZZINI e PILLOTTI, 2011, p. 17). A leitura histórica indica que crianças e adolescentes passaram por várias mãos, seja a dos jesuítas, dos senhores, das câmaras municipais e da Santa Casa da Misericórdia, dos asilos, dos higienistas e filantropos, dos tribunais, da polícia, dos patrões, da família, do estado, das forças armadas (segurança nacional), dos juízes de menores, e por fim, da sociedade civil, os identificando, pela primeira vez na história como sujeitos de direitos, a partir dos movimentos sociais da década de 80 do século XX (RIZZINI e PILLOTTI, 2011).

Oliveira (2002) relata que os cuidados que os menores passaram em sua historicidade, foi demarcado por três fases, que se relacionam estritamente com a pobreza, reforçando o estigma de grandes violentadores e criminosos. A primeira é a fase caritativa, que se caracteriza pela influência da igreja e de seu ideal de “ajuda ao próximo”. Aqui se recolhiam as crianças como filhos de criação, mas com um propósito, “nessa fase, as crianças eram tomadas em uma casa e lá recebiam de comer, vestir e dormir em troca de um trabalho doméstico” (p. 204). Nesta época os filhos que não eram provenientes do casamento não eram bem quistos e eram

abandonados assim como as crianças pobres que eram deixadas pelas portas das igrejas e de outras casas (RIZZONI e PILOTTI, 2011).

A segunda fase o autor classifica como filantrópica (meados do séc. XIX) que ainda permanece com características da fase acima e pelo uso maçante da roda¹². Os locais que as crianças eram depositadas tinham o ideal europeu de focar “o ensino, a disciplina e a formação de cidadãos úteis para o futuro” (p. 204), para as meninas havia de se ensinar a educação doméstica e para os meninos a educação industrial “preparando-os para ocupar o seu lugar na sociedade” (RIZZONI e PILOTTI, 2011, p. 20). Nesta fase o ideal da disciplina começou a ser difundido entre os operadores das instituições e do estado para dar ordem à criança que não introjetou as regras do convívio social. O autor pontua que essa realidade não é diferente da que vivemos na segunda década do século XXI (OLIVEIRA, 2002).

A terceira fase é interpretada como assistencialista e iniciou em 1941 com a criação do primeiro Serviço de Assistência a Menores (SAM), estruturando pela primeira vez na história “um órgão federal responsável pelo controle da assistência, oficial e privada, em escala nacional” (RIZZONI E PILOTTI, 2011, p. 25), mas as histórias que repercutem sobre o SAM se encontram no âmbito da corrupção, pois “verbas foram desviadas através de obras sociais fantasmas, nunca chegando a beneficiar as crianças” (p. 26).

Em 1964 instaurou-se a FUNABEM¹³ compartilhando o mesmo olhar para o adolescente pobre e em situação irregular, mas se diferenciando das demais, por falar pela primeira vez em políticas públicas e sociais, e repassando a competência ao governo militar, “este via na questão social e, no seio desta, na questão do menor, um problema de segurança nacional, julgando-o, portanto, objeto legítimo de sua intervenção e normalização” (RIZZONI e PILOTTI, 2011, p. 26). Além da criação da FUNABEM, criou-se a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, aonde agregava todas as possíveis ações desta questão infanto-juvenil.

Segundo Rizzoni e Pilotti (2011) o primeiro código de menores foi escrito em 1927, merece destaque nessa lei, a proibição do trabalho para menores de 12 anos. Oliveira (2002) acrescenta que a base da criação deste código foi falar sobre

¹² A roda “é um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa. O objetivo era esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. Tais crianças eram denominadas de enjeitadas ou expostas” (RIZZINI e PILOTTI, 2001, p. 18).

¹³ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

as condutas concebidas como desviantes. No código estavam descritas normas no trato para um tipo específico de crianças, aquelas “que estavam inseridas num quadro de patologia social. A situação irregular repetia toda ideia do menor, ou seja, criança ou adolescente pobre incapaz para responder penalmente” (p. 205).

O código de menores de 1927 foi reformado em 1979, o novo código institucionaliza a criança e o adolescente que se encontra em situação irregular estruturada nesta patologia social, e nomeava a funcionalidade do juiz, que era “intervir na suposta irregularidade, que englobava desde a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais, até a autoria de infração penal” (RIZZINI e PILOTTI, 2011, p. 28). Os autores pontuam que a vida desse código foi relativamente pequena, pois não poderia mais ser aceito com o término da ditadura no país na década de 80, mas é dentro dessa ideologia cultural que as penalidades dos atos infracionais destes adolescentes se configuram, as sanções penais são atribuídas aos menores como forma de punir aqueles que se encontram desviados na sociedade.

Segundo Lima e Paula (2004) o início da estatística criminal se concentrou no final do século XIX e começo do século XX, para tal realidade foram produzidas novas formas de intervenções pautadas em políticas de contenção, baseadas no primeiro código de menores. Essas novas interferências sobre o contexto de crimes praticados pelos menores deram origem à relação entre personalidade violenta de crianças e adolescentes, nas palavras dos autores:

A concepção moderna de indivíduo constituía-se a chave de interpretação da conduta violenta, de modo que a violência passou a ser vista como consequência de biografias individuais desviantes, isto é, que escapavam à socialização pelas vias da família, da escola e da fábrica e, portanto, tais desvios localizam-se entre os períodos da infância e juventude. Contudo, esse processo não se deu de forma equânime entre os vários segmentos socioeconômicos da população. Os jovens desviantes das classes média e alta foram inseridos na terapêutica médica e psicológica, nas quais o tratamento dispensado era responsabilidade da família. Ao contrário, os jovens das camadas pobres da população foram cercados por um complexo tutelar e de vigilância comandado pelo Estado, numa oposição entre privado e público (LIMA e PAULA, 2004, p. 96).

O momento histórico dessas três fases supracitadas era da instauração do sistema capitalista e da predominância da industrialização, o que ocasionou na base familiar uma desestrutura em seu eixo central deixando de ser “a base da produção material, da manutenção do patrimônio e do status” (LIMA e PAULA, 2004,

p. 95) e repassando para o Estado essas obrigações para com os jovens. Em contrapartida a inserção no mercado de trabalho necessitava (e necessita) de pessoas qualificadas, o que fortificou a instituição escolar, a partir da década de 1930, “quando a instrução pública passou a ser direito constitucional” (p. 96) e uma instituição que trabalha na disciplina do controle de corpos dóceis¹⁴ (FOUCAULT, 2011).

Oliveira (2002) reforça a ideia de que o sistema vigente pautado na teoria de controle social contribui para a criminalização de jovens que não tiveram o seu lugar ao sol iluminado, pois as crianças e adolescentes que são identificados como sem características e aptidões para o estudo e trabalho não tem lugar nesta sociedade contemporânea. No Brasil as dificuldades de inserção nestas duas instâncias disciplinadoras é abissal, pois “o desemprego é altíssimo. As condições de educação são ridículas. Os investimentos na saúde são irrisórios. A mortalidade infantil é altíssima e a miséria se alastra de forma aparentemente incontrolável” (p. 215).

Historicamente, se retomamos as contribuições dos historiadores sobre o espaço ocupado pelas crianças no Ocidente e consideramos a recente aparição e divulgação dos direitos das crianças, podemos, a partir do espaço histórico-social, entender que por milhares de anos elas não existiam senão como apêndice de seus pais, de sua família, da comunidade (VEZZULLA, 2006, p. 42).

Todo este cenário contribui para a criação de um novo código, e em julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente revoga o código revisto em 1979. Pela primeira vez na história se ampliam a visão da nomenclatura “menor” para crianças e adolescentes, com o intuito de homogenizar as classes, pelo menos em sua legislação. O ECA é resultado da “Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 20/11/1989 (FALEIROS, 2011, p. 81).

Barbetta et al. (2010) acrescenta que neste novo modo de compreender a criança e o adolescente preconizado pelo ECA, o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, é de responsabilidade estatal, familiar e social, delimitando a fase infantil até 12 anos completos, e a adolescência entre os 12 e 18 anos, diferente do outro código o trabalho legal só pode se formalizar com 14 anos

¹⁴ No próximo capítulo será descrito essa relação escola-disciplina pelo conceito de Michel Foucault.

completos. Como fora citado, as instituições de medidas protetivas e sócio-educativas serão fiscalizadas pelo poder judiciário, ministério público e conselheiros tutelares. O ECA em seu art. 103 conceitua o ato infracional: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 2009, p. 83) e no art. 104 a lei diz que são inimputáveis penalmente os menores de 18 anos, mas “sujeitos as medidas previstas nesta lei” (BRASIL, 2009, p. 83).

Barbetta et al. (2010) pontua que as novas aquisições do ECA distinguem o delinquente do adolescente que infringe uma lei, uma norma tornando essa nova visibilidade como de adolescentes que tem direitos a liberdade e igualdade, sejam eles de qualquer classe social e racial. Contini (2002) afirma a importância da luta dos setores sociais para uma proteção e melhor eficiência para lidar com os problemas que estão em volta das crianças e dos adolescentes, pois com este movimento foi possível criar “novo espaço político e jurídico para a criança e os adolescentes brasileiros [...] e visa o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes” (p. 11) propiciando a estes sujeitos conotação de pessoas de direitos, o que por si só é uma vitória a história desses jovens no Brasil.

Contudo Santos (2001) relata a importância e a ampliação dos direitos de crianças e adolescentes no ECA, porém o estatuto apesar de suas modificações, ainda traz o ideologismo dos antigos códigos de menores em suas práticas de intervenções. Para o autor mudaram-se as nomenclaturas mas não as ações, pois o que era visto como crime, hoje é ato infracional, a pena agora é vista como medida sócio-educativa e a privação de liberdade, a prisão, agora é vista como internação. O autor completa reafirmando que o adolescente pobre continua sendo visto como alguém que oferece medo aos demais, como uma conduta de alta periculosidade e que para com esses, as medidas são diferentes dos adolescentes infratores da classe média e alta.

Percebem-se deficiências do código atual, na discussão da redução da maioridade. Nesta nova postura de acalanto social, a sociedade, a partir do aumento da violência e da criminalidade, baseada ainda na lógica positivista, procura uma resposta a este aumento, e identifica na legislação “branda” para com os delitos de crianças e adolescentes, a responsabilidade por esse na taxa de criminalidade do país, afirmando que os crimes praticados por essa classe ficam impunes. A sociedade advoga esta tese e clama por proteção, aonde os ricos precisam de

segurança e os pobres precisam ser punidos, retrocedendo a ideia de efeito e causa do positivismo (SEGALIN e TRZCINSKI, 2006).

2.2.1 Desmistificando a adolescência: conceito e ato infracional

Com tantas reflexões sobre a adolescência, tem sido explicitado em diversos contextos, sejam as vias midiáticas, sejam as instâncias jurídicas e legislativas, tanto como no senso comum, e em textos acadêmicos de diferentes áreas, esta pesquisa tem por intuito, definir o adolescente a partir da ótica da psicologia social e das contribuições conceituais de Michel Foucault (COIMBRA e BOCCO, 2005).

Ozella (2002) conceitua a adolescência a partir de uma construção histórica, que contempla a saída da fase infantil e o preparo para a vida adulta. O autor relata que é um momento do desenvolvimento humano “significado e interpretado pelo homem” (p. 21), assim não há uma característica inata, seja de ordem fisiológica ou psicológica que influencie diretamente no processo de subjetivação, apesar de haver um corpo em desenvolvimento maturacional, o adolescente se configura nas relações sociais que estabelece com ele, com o outro e com o mundo (OZELLA, 2002).

Nesta perspectiva são as “condições sociais que constroem uma determinada adolescência” (OZELLA, 2002, p, 22), ou seja, é a cultura de determinada época que caracteriza os valores relacionados a momento. A legislação antiga (o código de menores de 1927 e 1979) e a atual (ECA), assim como contribuições da própria psicologia desenvolvimentista acarretaram e agregaram valores de uma “identidade adolescente”, em uma visão pejorativa que dificulta a vivência dessa fase, pois “também se acredita que é nesse período que se constrói a identidade do sujeito. Por isso, tal etapa seria o momento inaugural da personalidade que definiria o sujeito para o resto de sua vida” (COIMBRA E BOCCO, 2005, p. 2).

Essas questões sociais e históricas vão constituindo uma fase de afastamento do trabalho e de preparo para a vida adulta. As marcas do corpo e as possibilidades na relação com os adultos vão sendo pinçadas para a construção das significações, para a qual é básica a contradição, que se configura nesta vivência entre as necessidades dos jovens, as condições pessoais e as possibilidades sociais de satisfação delas. É dessa relação e

de sua vivência, enquanto contradição, que se retirará grande parte das significações que compõem a adolescência: a rebeldia, a moratória, a instabilidade, a busca da identidade e os conflitos. Essas características, tão bem anotadas pela Psicologia, ao contrário da naturalidade que se lhes atribui, são históricas, isto é, foram geradas como características dessa adolescência que aí está. Entende-se, assim, a adolescência como constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas e de características que vão se constituindo no processo (OZELLA, 2002, p. 22/23).

Os jovens da classe pauperizada são considerados com nível de vulnerabilidade ainda maior, pois sem ter reconhecimento social, e dificuldades de inserção no mercado de trabalho legal, acabam fazendo parte de estatísticas sobre a violência, seja como autor ou vítima, visto que nas pesquisas que relacionam tráfico a adolescentes o ponto em comum é a precisão que “esses jovens necessitam de reconhecimento social para construção de uma identidade” (FEFFERMAN, 2006, p.14), pois “tornam-se alvos fácil dos policiais, dos traficantes e da sociedade” (FEFFERMAN, 2006, p. 14), ocasionando mais segregação e exclusão social.

É importante salientar essas conceitualizações sobre o adolescente, pois “ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença” (COIMBRA E BOCCO, 2005, p. 2) e reafirma a segregação, o preconceito, assim como se predispõe uma sociedade pautada no controle social pela via da exclusão. As autoras debatem que a partir de um modelo que caracterize os aspectos da adolescência ela se reduz a meras caracterizações pressupostas pelo capitalismo, onde a mídia está “entre os equipamentos sociais mais poderosos para difundir e reforçar a idéia de adolescência, oferecendo-a como produto a ser consumido, necessariamente, para se ingressar no mundo dos bem-sucedidos e dos que têm valor, tanto material como simbolicamente” (COIMBRA E BOCCO, 2005, p. 3).

As autoras em seu estudo preferem compreender o escopo da adolescência pela via da juventude, se contrapondo a esta ideia de identidade adolescente expressada pela sociedade como um grande equívoco. De acordo com Coimbra e Bocco (2005) “pensar em juventude pareceu até agora a melhor forma de trazer uma intensidade juvenil em vez de uma identidade adolescente quando pensamos no público com o qual trabalhamos, ou seja, crianças e jovens caracterizados como perigosos em potencial” (p. 3). Nessa pesquisa foram

contemplados adolescentes, jovens e meninos, como forma de referenciar esse momento caracterizado como adolescência.

Essa distinção se faz importante para compreender como os atos infracionais se relacionam no momento caracterizado como adolescência. Vezzulla (2006) relata que para falar sobre adolescentes, é importante perceber o contexto em que este se encontra, pois a subjetividade, a base familiar e a social estão interligadas, e por isso, “não pode nos conduzir ao desrespeito, infelizmente expandido, de desconsiderar cada sujeito adolescente como um ser único, com identidade própria que interage com situações específicas pessoais, familiares e sociais” (p. 30).

O autor completa esta ideia do ser único, a partir da influência direta da família e da sociedade para se constituir como sujeito, ou seja, esses dois pólos são indissociáveis para o desenvolvimento subjetivo, pois a transição da fase de dependência infantil para a emancipação da vida adulta requer um local propício para o desenvolvimento de cada sujeito, “pois o centro da questão está precisamente em como é acolhido o adolescente por si mesmo, pela família, pela comunidade e pela sociedade em geral, que não respeitam essa situação” (p. 34).

No ponto de desenvolvimento de crianças e adolescentes de classes pobres, estes vão se desenvolvendo com suas dificuldades, pois “crescem sem a socialização do convívio familiar, sem a socialização do conhecimento e do lazer nas escolas, sem a socialização e a identidade dos grupos culturais e dos movimentos sociais, sem os partidos políticos e as lutas populares” (SADER, 2005, p. 8) e, dessa forma, acabam por se constituírem a partir de suas realidades deficitárias, de seus desejos e esperanças.

Eles crescem e geram suas identidades nas ruas, pelas esquinas das grandes cidades, nas suas periferias e nos seus centros, como os outros que ameaçam a sociedade de classe, mas sofrem brutalmente os influxos desta, sob a forma de discriminação, da exploração, do apelo ao consumismo das publicidades e da televisão, dos shoppings centers. Alguns afirmam suas músicas, sua cultura, mas o vendaval produzido pelas grandes marcas do consumo costuma povoar seu imaginário, desprezando seu mundo, seus valores, sua vida original. Socializam-se em meio ao risco, às religiões evangélicas e ao narcotráfico, entre as Febens e as prisões, entre o medo e os riscos (SADER, 2005, p.8-9).

O autor remete que são os jovens, para as gerações publicitárias, que incitam o consumo, e que estar no meio da criminalidade é uma possibilidade de

adquirirem bens e desejos dentro de uma sociedade “que nunca leva em conta a vida deles” (SADER, 2005, p. 8). Muito se fala sobre o mito que envolve o aumento da criminalidade e jovens, apesar das estatísticas demonstrarem o contrário, a mídia populariza a ideia de como esses jovens são potenciais criminosos, porém não se fala da violência cometida pelo Estado para com essa população, pois como nos lembra Trassi (2006) a FEBEM era um local com a ideologia carcerária, onde os jovens eram depositados e recebiam as piores condições de tratamento, maus-tratos, violência física e psicológica diária dos agentes carcerários, a tortura, ameaças.

Para compreender o ato infracional, é necessário conceituar a violência, pois esta sempre existiu e é interpretada por Trassi (2006) como resultante das relações do Estado para com o controle social, em suas palavras: “A disseminação da violência está articulada com o fracasso dos mecanismos sociais de regulação da vida coletiva: máquinas sociais de controle dos indivíduos e processos agregadores da coletividade” (p. 207).

A relação adolescente, aumento da taxa de criminalidade e o ato infracional, são interpretados a partir de um fenômeno histórico, universal e transversal perante a sociedade. Lima e Paula (2004) afirmam que esta relação ficou mais prejudicada quando o Brasil adentrou no comércio ilegal de drogas, e a criminalidade começou a aumentar e se relacionar com os jovens de periferias, pois os jovens de 15 – 24 anos estavam associados nestes crimes, sejam como vítimas ou como autores. Conforme os autores essa relação acaba por reduzir os aspectos envolventes nesta relação, pois:

Deixa-se de lado, por exemplo, a própria história da juventude no Brasil, a alta impunidade, a corrupção de operadores do sistema de justiça criminal, a violência policial e o desrespeito aos direitos humanos, a superpopulação carcerária, os maus-tratos e torturas em prisões e nas instituições de tutela de adolescentes em conflito com a lei, tudo isso entre outros tantos fatores que ajudam a criar o quadro atual da segurança pública no Brasil. Seja como for, esses são apenas alguns exemplos de como a associação entre juventude e violência é algo que deve ser contextualizado num cenário mais amplo, que traga à tona a forma como o Estado, em suas múltiplas esferas e poderes, está organizado para mediar e solucionar conflitos (LIMA e PAULA, 2004, p. 93).

Em uma distinta perspectiva Vezzulla (2006) demonstra que a transgressão aparece para o sujeito como forma de sinalização, no sentido que

estes jovens passam por diversas formas de rejeição, o ato infracional aparece como um sintoma a ser solucionado. O autor pontua que neste espaço culminado pela exclusão, seja familiar, social, a agressividade do adolescente se apresenta como uma forma de defesa a esta violência sofrida por eles. “Os adolescentes passam também por uma fase de experiência do que podem e o que não podem fazer. Uma fase de enquadramento no social de como lidar com seus desejos e até onde permitir sua realização” (VEZZULLA, 2006, p. 66).

A agressividade, a curiosidade, o experimento do adolescente em lidar com o mundo, acontece com todos os jovens, sejam de classes alta, média e baixa. É importante salientar para que entendam o equívoco existente entre pobreza e criminalidade. Nas classes altas quando os filhos recebem de seus pais dinheiro, carro, de certa forma, eles estão sendo desrespeitados, pois não possuem maturidade para lidar com essa realidade, e em muitos casos acabam por firmar suas dependências, visto que “quando nas famílias se usa o dinheiro como meio de inter-relação, se subestimam as trocas de carinho, de tempo e de atividades” (VEZZULLA, 2006, p. 69).

Nas classes pobres esse desrespeito também aparece em forma de exigência de ajudar em casa, com o dinheiro ou para com cuidados com irmãos menores ou pais que tenham envolvimento com doenças, drogas. Vezzula (2006) demonstra que “não há diferenças de identidade, não há diferenças de necessidades, nem de responsabilidades. Em ambos os casos, os adolescentes vêem negada sua passagem a independência por serem assegurados e mantidos como apêndices do poder familiar” (p. 69).

Santos (2001) contribui nessa perspectiva a discussão do ato infracional a partir da visão da criminologia contemporânea que comporta a teoria normal do desviante, onde a infração não é sinônimo de adolescência, mas que contempla o comportamento de todos os seres humanos, com maior evidência na adolescência, onde o ato não é determinante para o processo de subjetivação dos indivíduos. Em suas palavras “infrações de bagatela e de conflito do adolescente seriam expressão de comportamento experimental e transitório dentro de um mundo múltiplo e complexo, e não uma epidemia em alastramento, cuja ameaça exigiria estratégias de cerco e aniquilamento (p. 92).

Conforme o que fora citado, pode se entender o quão fantasiosa está a ideia de transgressão perante a sociedade. O capitalismo em sua base de controle continua a apontar culpados inexistentes, pela lógica da teoria do desviante, citada por Santos (2001) faz com que a população menos favorecida seja representada a partir de pudores e mitos, acarretados numa linearidade arcaica e positivista, que incita um comportamento anti-social do adolescente, em sua percepção:

[...] jovens cometem infrações ou para mostrar coragem, ou para testar a eficácia das normas ou mesmo, para ultrapassar limites – e negar essa verdade significa ou perda de memória, ou hipocrisia. O comportamento anti-social do adolescente parece ser aspecto necessário do desenvolvimento pessoal, que exige atitude de tolerância da comunidade e ações de proteção (SANTOS, 2001, p. 92).

Com todo esse debate sendo sugerido para melhor compreensão sobre os atos considerados infracionais, praticados pela parcela infanto-juvenil da população cai por terra, pois os adolescentes estão buscando suas formas de inserção no mundo, e considerar que o desvio pode ser compreendido como normal, a anormalidade estaria em punição deste ato, pois é contra o “direito constitucional da liberdade” (SANTOS, 2001, p. 93).

Se o adolescente é compreendido por uma fase completamente difícil de vivência, como determinar a conduta de algum destes jovens a partir de um único ato, considerado infracional? As concepções do Direito Penal se encontram antiquadas e propagam na sociedade o que estão instaurados no senso comum, aqueles que não se submetem as normas, regra de convívio tem que ser apontado e advertido para não dar o mau exemplo perante os demais.

2.3 O SUJEITO CONTEMPORÂNEO PELO CONCEITO DE BIOPODER

Neste capítulo abordamos os conceitos de Michel Foucault, e de autores que fazem leitura de suas obras, para a compreensão do que é o sujeito, seus modos de subjetivação, práticas de objetivação e suas linhas de fuga e resistência, para contemplar o processo de estética de si.

Em “O sujeito e o poder” Michel Foucault (2009) demonstra que se dedicou a produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura. Com essa finalidade, recomendou três modos de

objetivação “que transformam o ser humano em sujeito” (p. 1). Um primeiro momento refere-se à objetivação de sujeitos nos discursos de verdade e nas análises econômicas.

O segundo momento de seus textos trata da objetivação de sujeitos naquilo que Foucault (2009) chama de “práticas divergentes”, que se caracterizam em processos que os transformam em objeto. Nessa etapa de estudo do autor, se inserem as discussões sobre a divisão entre criminoso e bem comportados. Para a pesquisa, também é relevante o terceiro momento de estudos de Foucault, que é justamente a maneira como o ser humano se torna sujeito a partir do reconhecimento de sua sexualidade.

Foucault (2009) afirma que não fez uma teoria do poder, mas julgou que era preciso, para compreender os modos diferentes de subjetivação do ser humano, desenvolver instrumentos para estudar o poder e as relações de poder, nas quais o ser humano é frequentemente apanhado. O autor acrescenta que há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro através do controle e da dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou através do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita.

Foucault (1997) explica que para se apropriar do poder, é preciso quebrar paradigmas e se distanciar do “modelo jurídico da soberania” (p. 71), ou seja, aquele poder de dominação do súdito perante a sociedade, aonde cabia a ele todo poder sobre a vida e a morte (FOUCAULT, 2009). Entretanto o novo poder, para o autor, se incide e se materializa na relação, e “é ela que determina os elementos dos quais trata: mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos de seus poderes para se deixar sujeitar, é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos” (FOUCAULT, 1997, p. 71).

O autor acrescenta a necessidade de interpretar o poder a partir dos questionamentos, das inquietações, para que se possa compreender a multiplicidade de sujeitos que enaltecem a partir dessas relações constituídas de poder, que “remetem uma às outras, convergem ou, ao contrário, se opõe e tendem se anular” (FOUCAULT, 1997, p. 71).

O autor compreende esse poder relacional num mecanismo, nomeado biopoder, compreendendo-a como um poder que rege a vida, a morte e o corpo,

logo o poder de controle dos corpos, que advém junto ao sistema capitalista. Pelbart (2003) afirma que a noção de vida, na era contemporânea, é um paradoxo frente ao capital, provindo do capitalismo contemporâneo. “Pois é inegável: nunca o capital penetrou tão fundo e tão longe no corpo e na alma das pessoas, nos seus genes e na sua inteligência, no seu psiquismo e no seu imaginário, no núcleo da sua vitalidade [...] a vida é, afinal, um capital comum” (p. 13).

Foucault (1997) compreende que o biopoder aborda as inquietações relacionadas à vida humana, e Pelbart (2003) acrescenta que este termo nasce junto aos avanços da medicina, que previa “uma socialização dos corpos” (p. 55). O autor salienta que as noções de poder se modificam, enquanto o poder soberano tinha o controle da vida e da morte da população, desempoderando o povo de seu direito pessoal, pois tudo se devia ao súdito.

No regime da soberania (isto é, grosso modo até o século 17, em alguns casos até o 18) o poder, no fundo, é mais um mecanismo de retirada, de subtração, de extorsão, seja da riqueza, dos produtos, bens, serviços, trabalho, sangue. É um direito de apropriar-se de coisas, de tempo, de corpos, de vida, culminando com o privilégio de suprimir a própria vida. Trata-se de um poder negativo sobre a vida, um poder limitativo, restritivo, mecânico, expropriador (PELBART, 2003, p. 56).

A mudança acontece, na era clássica, enquanto o poder é designado não mais à morte como objeto do súdito, mas a gerência da própria vida, incitando aos sujeitos normas sociais de relacionamento perante a existência e vivência de cada sujeito. “Se antes tratava-se de defender a soberania de um Estado (lógica da soberania) trata-se agora de garantir a sobrevivência de uma população (lógica biológica)” (PELBART, 2003, p. 57). Neste sentido, Pelbart (2003) explicita que o poder está na base do controle, visando a sua própria legitimidade, pois “o poder é destinado a produzir forças e as fazer crescer e ordená-las, mais do que barrá-las ou destruí-las. Gerir a vida, mas do que exigir a morte” (p. 57).

Apesar da modificação na forma de poder, o controle social está sempre em evidência, para que seja administrada e adestrada uma população de modo que não traga problemas, reviravoltas, lutas e guerras. Foucault (2009) afirma:

[...] eu gostaria de enfatizar o fato de que o poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Acho que nunca, na história das sociedades humanas – mesmo na antiga sociedade chinesa –, houve, no interior das mesmas

estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa, duas técnicas, de individualização e dos procedimentos de totalização (p. 6).

De certa forma, podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização, e denominado como governamentalidade (FOUCAULT, 2009). Nesta perspectiva o poder estatal, parte do princípio individual, produzidos acima de táticas repletas de poderes, como as instituições “da família, da medicina, da psiquiatria; da educação e dos empregadores” (FOUCAULT, 2009, p. 7).

O biopoder se articula em duas estruturas a disciplina e a biopolítica. A temática desta pesquisa está estritamente relacionada com as técnicas disciplinares que se relaciona com os modelos a serem seguidos pela sociedade, que se identificam a partir das instituições de saúde, escola, estado, prisões, hospitais, visando a disciplinarização e docilização do sujeito considerado desordenado, desvirtuado (FOUCAULT, 1997, 2011).

Foucault (1997) refere-se à disciplinarização, como tecnologias imposta ao sujeito sobre seus corpos, através dos controles da medicina, do normal, do patológico, do certo, do errado, concebendo um homem máquina perpetuado pelas instituições de controle. O autor ainda acrescenta, que para compreender o normal, é necessário conhecer o louco, assim como compreender o legal, é necessário contextualizar o ilegal, visto que a relação é uma via de mão dupla, repleta de normas sociais, logo de relações de poderes.

Em seu texto “Vigiar e punir”, Foucault (2011) se detém a explicar sobre o conceito de disciplinarização. O autor compreende que durante a era clássica, o corpo é tomado como alvo de poder. Foucault (2011) define este poder sobre os corpos a partir de uma anatomia política. Em suas palavras:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 2011, p. 133).

Foucault (2011) refere-se à disciplina a partir de quatro técnicas, a primeira é a cerca, que se relaciona com as instituições como os colégios, os quartéis, a partir “de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (p. 137), ou seja, é o local à que são destinados a produção de corpos disciplinados. A segunda que ele destaca é o quadriculamento, onde cada sujeito individualmente está associado com o seu quadrado, seu próprio lugar, e evitando o convívio nos espaços sociais.

A terceira é a localização funcional, que se caracteriza dentro destes locais a um processo terapêutico, acarretando numa utilidade. Os hospitais foram o marco para relacionar esta prática, a partir dos sujeitos que ali estão, pode-se estudá-los e procurar a melhor forma de tratamento, “tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas” (p. 139). A quarta é a classificação, que se configura a partir do local que cada sujeito ocupa, ou seja, está relacionado com as classes. “Ela individualiza os corpos por uma localidade que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2011, p. 141).

Além da ação da disciplina diretamente sobre o corpo do indivíduo, ela se configura num espaço misto, que atinge o indivíduo e o classifica em quadros, ou seja, “transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2011, p. 143). Entretanto se classifica como o elo que relaciona o indivíduo ao coletivo. A finalidade desta pesquisa prevê a percepção da relação disciplinar com a exclusão dos jovens que aderem ao tráfico de drogas, quando a sociedade os rotula como os pobres, negros, que levam em seu sinônimo o estigma de futuros criminosos, num processo seletivo e excludente (BARATTA, 2002).

O sucesso do processo disciplinatório, na sociedade disciplinar, se dá pelos instrumentos utilizáveis para a manutenção da disciplina, como a vigilância, a norma e o exame. Nascimento (2001) acrescenta que nos estabelecimentos que objetivam a disciplina, se estrutura um modelo de vigilância constante. A vigilância se objetiva na rotina diária dos locais, com controles de horários, do que pode ou não ser feito pelo sujeito, com a funcionalidade vinculada ao controle perante os

corpos (desgovernados) que ali estão submetidos. A vigilância está materializada no olhar, que deve avistar, mas que não deve ser percebido (FOUCAULT, 2011).

A norma está conectada com a punição, que está descrita no corpo da justiça de cada sociedade. Este instrumento da disciplina se caracteriza como uma infrapenalidade, e servem para delinear aquilo que as leis não conseguem agrupar, rotulando conjuntos de comportamentos, condutas. O princípio da norma está em regular o que é considerado certo e errado, logo as faltas em escolas, à negligência nos cuidados para o com filho, ser grosseiro, desatento, injusto, padronizam o jeito “errado” de ser de cada um, e aqueles que não se encaixam nos modelos considerados corretos, precisam de um tratamento disciplinar seguido de uma sanção, para que possa se adequar a esta padronização do sujeito e negando a diferença individual (FOUCAULT, 2011).

A punição da norma está para todos os desviantes, os loucos, os criminosos, os ignorantes, todos estes que não seguem aquilo proposto por um poder que se caracteriza como hierárquico, pois a disciplina acaba por se fundamentar numa relação que distinguem certos e errados, ora incluídos e excluídos, e os considerados errados devem ter uma punição para que a ordem social seja mantida, zelada. Portanto a norma segue por um poder corretivo (FOUCAULT, 2011).

Segundo Nascimento (2011) o poder corretivo é o divisor entre os considerados bons e maus, loucos e sadios, e a cada um o poder se objetiva na demarcação de lugares destinados a determinado grupo, assim como fez o catolicismo em seu poder pastoral. O poder é caracterizado como corretivo, pois busca educar aquele que não está adequado aos ditames da norma social, logo sua função primária é de normalizar. O poder judiciário tem sua base nesta lógica, pois aos desviantes, há de se aplicar uma sanção, ou seja, a disciplinarização se materializa no momento em que a pena é referida ao apenado. “Por um lado, esse poder homogeneíza; por outro, individualiza, servindo para marcar os desvios, os níveis e os padrões de normalidade” (NASCIMENTO, 2011, p. 77).

O terceiro instrumento é o exame, e contempla tanto a vigilância quanto a sanção normalizadora. Caracteriza-se como “a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 2011, p. 177). No exame as relações de poder e de saber se tornam visíveis. Nascimento (2011)

afirma que “é o exame que liga a formação de um saber ao exercício do poder, nele entra em cena o registro, a acumulação de documentos e a construção do arquivo” (p. 77). A autora ainda acrescenta que os documentos escritos sobre o sujeito “possibilita a constituição do indivíduo como objeto descritível singularizado. Possibilita igualmente a construção de um arquivo global de dados que podem ser comparados, cálculos de estimativas e a sua distribuição numa população” (p. 77-78).

Quando o âmbito individual relaciona-se com o coletivo, a outra ramificação do biopoder é a biopolítica. Esta compreende o sujeito individual e, ao mesmo tempo sua totalização populacional, ou seja, compreende o homem em espécie (PORTOCARRERO, 2008; FILHO, 2008). A biopolítica trata dos problemas decorrentes do coletivo, onde ocorre à massificação totalizadora refletida em problemas de ordem nacionais e mundiais, como as epidemias, a criminalidade, as drogadições, as dificuldades educacionais, as taxas de natalidade e mortalidade, ou seja, através da redução e controle individual, partem para a estratégia dos grupos maiores, como forma de reafirmarem seu controle de corpos.

Portanto a biopolítica procura “racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios, a um conjunto de seres vivos constituídos em população” (FOUCAULT, 1997, p. 89). Pelbart (2003) afirma que a biopolítica “designa, essa entrada do corpo e da vida, bem como de seus mecanismos, no domínio dos cálculos explícitos do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (p. 24).

A genealogia estuda não somente o poder disciplinar, que se exerce sobre o corpo e a alma do indivíduo, individualizando-o e ao mesmo tempo homogeneizando-o, mas também aquele que se exerce sobre a vida das populações, por meio da formação de uma biopolítica. A biopolítica opera com controles precisos, regulações de conjunto e mecanismos de segurança, para exigir mais vida, majorá-la, geri-la (PORTOCARRERO, 2008, p. 420).

Nesta perspectiva, Foucault (1997) fomenta a institucionalização deste poder, quando as guerras foram alteradas pelas instituições militares na sociedade moderna, pois o controle proveniente da biopolítica se estrutura nestas instituições. Para Foucault (1997) a guerra foi à principal forma de poder soberano da Idade Média e que a partir delas, foi possível estabelecer modelos atuais de ordem social.

[...] foi à guerra que presidiu o nascimento dos Estados: não a guerra ideal – imaginada pelos filósofos do estado de natureza – mas as guerras reais e as batalhas efetivas; as leis nasceram em meio às expedições, às conquistas e às cidades incendiadas; mas a guerra continua também a irromper no interior dos mecanismos de poder, ou, ao menos, a constituir um motor secreto das instituições, das leis e da ordem (p. 73)

Segundo Pelbart (2003) o contraponto está em relacionar a efetivação de uma guerra para obtenção da paz, da controvérsia, pois “ela divide o corpo social inteira e permanente” (p. 73), acarretando no que distingue um ser do outro e o demarcando em determinadas classes, grupos, sejam em pobres e ricos, adultos e jovens, legal e ilegal, reforçando a visão dicotômica (cartesiana).

A biopolítica é contemporânea do aparecimento e da proliferação das categorias de anormalidade – o delinqüente, o perverso, etc., do par normal-anormal, que as tecnologias do biopoder e os saberes investidos nessas tecnologias, supostamente, no limite, eliminariam (PORTOCARRERO, 2008, p. 421).

Insta ressaltar que os problemas decorrentes da população ganharam visibilidade a partir do século XIX, e permanecem até os dias atuais. O controle social decorrente da biopolítica é a resposta deste novo objeto político, o homem, em si e em espécie, que problematizou, pela primeira vez na história, a vida dos sujeitos como um bem-social (FOUCAULT, 1997; PORTOCARRERO, 2008).

Pelbart (2003) refere-se ao controle social dos homens (sobre os corpos) como uma forma de incluir uns e excluir outros, através dos meios de comunicação provenientes da globalização, que fortalecem ideais “através dos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividades” (p. 20), pois para o autor, o cotidiano estimula o tempo todo, um jeito de ser, de se colocar no mundo, de se vestir, de pensar, agir, perceber, por isso, não importa a nomenclatura utilizada pelos filósofos, o importante é capturar a nova forma de relação entre o capital e a subjetividade.

Conforme o autor, nem todos são privilegiados nesta nova etapa de conceber a vida, portanto os excluídos estarão imbricados em novas possibilidades de expressão em suas próprias vidas, por outras vias. O foco desta pesquisa é trabalhar com pessoas que se encontram à margem da sociedade, e para interpretar esta classe numa visão foucaultiana, é necessário enlaçar, explorar o que Pelbart

(2003) fala sobre estes grupos. Portanto o autor afirma que no Brasil, alguns movimentos contra culturais aparecem como possibilidades de inserção social, mesmo que por uma inclusão perversa.

Nesse sentido, os sujeitos envolvidos com a criminalidade, concomitantemente com as expressões de subjetividades providas, por exemplo, do movimento hip-hop, podem demonstrar uma forma de autovalorização desses sujeitos, numa sociedade que expropria, e os exclui, logo as letras das músicas de rap, não apresentam somente a sua vida em sofrimento, “mas seu estilo, sua singularidade, sua percepção, sua revolta, sua causticidade, sua maneira de vestir, de morar na prisão, de gesticular, de protestar, de rebelar-se – em suma sua vida” (PELBART, 2003, p. 22).

Pelbart (2003) acrescenta que essa forma de expressão, aparece como “seu único capital sendo sua vida, no seu estado extremo de sobrevida e resistência, é disso que fizeram um vetor de existencialização, é essa vida que eles capitalizaram e que assim se autovalorizou e produziu valor (p. 22).

A vida dentro da biopolítica fica exposta, considerada a vida nua¹⁵, pois ela é percebida como um fato natural. Neste sentido, o poder se relaciona diretamente com práticas de resistência, em suas palavras: “os atos de auto-imolação espetacularizada que esses jovens protagonizam em suas rebeliões, diante das tropas de choque e das câmaras de televisão, parecem ser a tentativa de reversão a partir desse mínimo que lhes resta, o corpo nu” (PELBART, 2003, p. 25).

Foucault (2009) afirma que em toda relação de poder há um assujeitamento a ela, configurando uma forma de produção de subjetividade, assim como uma prática de resistência, pois nessas relações o sujeito é um pólo que estará nas duas formas de objetivação dos sujeitos, pois para o autor, o poder é circular, e não estático e nem é exercido por uma instância, o poder está nas relações dos sujeitos, nos atos de uns sobre os outros perante as relações humanas, ou seja, é uma ação sobre outra ação.

Entretanto no momento em que o sujeito resiste, e faz o movimento de busca do autoconhecimento para modificar uma resposta habitual, ele exerce o processo de estética de si, pois o indivíduo se coloca no mundo em busca de sua verdade e se fazendo o sujeito ético, ou seja, aquele que detém o controle de sua

¹⁵ Conceito que Pelbart (2003) utiliza do autor Agabem.

vida, a autogerência da mesma em congruência com suas verdades, seu modo e estilo de vivência, logo o sujeito se faz sujeito livre nessa relação (FOUCAULT, 2009, 1985).

2.3.1 A estética de si

Foucault procura compreender como o sujeito se constitui e quais as relações que ele estabelece para si, a partir de relações de poder, num mundo que tem a preservação da vida como principal finalidade, que instiga a população a seguir padrões de qualidade para a manutenção da mesma, no âmbito de uma sociedade disciplinar. Abarcar o sujeito contemporâneo requer um conhecimento sobre as diversas práticas de se relacionar consigo mesmo, num processo contínuo e de posturas acerca dos próprios corpos, como verdadeiros cuidadores de si, governantes de si (PORTOCARRERO, 2008; PRADO FILHO, 2008; FONSECA, 2008).

Foucault (1985) relaciona o cuidado de si com os prazeres sexuais, remetendo a idade de ouro e, relatando em seu texto, que este prazer é o dever do sujeito de perceber como controlar e garantir o domínio sobre ele mesmo. Ele se remete à história da filosofia e à moral, presente nos escritos de filósofos da antiguidade, porém o conceito de cuidado de si aparece com maior visibilidade em Sócrates. O cuidado de si é compreendido como um processo de estética nomeado pelo autor como um processo de subjetivação, onde a sua efetivação está na relação do sujeito consigo mesmo em busca de uma verdade, a própria verdade, a forma eleita para viver por si, e se caracterizando como um trabalho contínuo na existência do sujeito.

Murad (2010) acrescenta que a historicidade deste processo está na transformação da relação de si para consigo através das culturas que perpassam os tempos históricos e da técnica, prática que envolve o cuidado de si. O autor cita que este exercício, técnica contínua realizada pelo próprio sujeito em busca de sua verdade, se relacionam com o que se pode ver na antiguidade como “os ritos de purificação, as técnicas de concentração da alma, as técnicas de retiro entre outros” (MURAD, 2010, p. 2).

Segundo Dantas (2010) o sujeito já passou por diversas compreensões perante a história da humanidade. A filosofia moderna buscou caracterizar o sujeito

a partir de uma “essência, o que constituiria uma natureza humana” (p. s/n). A autora pontua que diversos filósofos entenderam o sujeito por determinadas vertentes, mas com olhar “seguros de que descobriram a verdade acerca do sujeito” (p. s/n). Em suas palavras, “assim, tivemos sujeitos teóricos (Kant, Hegel), práticos (Marx), individuais (Kant), coletivos (Hegel, Marx), cuja essência podia ser a razão (Kant, Hegel), o trabalho (Marx)” (p. 1).

As visões destes autores, conforme Dantas (2010) reúnem uma forma de ser e estar do sujeito, uma fórmula universal que serve e servirá de modelos de inspirações para futuros sujeitos, ou seja, firmam modelos de sujeito a serem seguidos, padronizados, e caracterizando para Foucault (2009), uma filosofia inútil, que busca na historicidade da humanidade aquilo que somos sem perceber que cada sociedade requer uma forma atualizada das vivências dos sujeitos e buscam finalidades diferenciadas dentre as relações de poder, que estará adjacente a um sistema, no caso do século XXI, o capitalismo.

O autor pretende lançar um olhar diferenciado para este sujeito, perante as técnicas de se relacionarem consigo mesmos, referindo-se ao sujeito como produção de subjetividades contínua, em busca da verdade (DANTAS, 2010, p. 1). Foucault (2009) em “O sujeito e o poder” apresenta os motivos por não ter feito uma teoria do poder, mas que julgou necessário, portanto se envolveu com o poder, como forma de apresentar as relações humanas que são produtoras de subjetividades que estão envoltas do poder e de suas razões políticas, econômicas e culturais determinadas em cada época. Por esse motivo não formulou uma teoria do poder, mas necessidades conceituais para a compreensão das relações de poder.

Prado Filho (2008) afirma que a construção de subjetividade, é uma prática do sujeito para consigo mesmo. E que para Foucault, sujeito está ligado à ética, a liberdade e a verdade, num mundo que se estrutura, principalmente, em torno da disciplinarização e de biopolíticas. Este sujeito, conforme o autor, é um sujeito caracterizado por um poder sucessivo e renovado dentre as relações, seja em sua forma de assujeitamento, ou de resistência ao poder, que comporta a sua liberdade. “No desejo de liberdade não está, pois, a verdade da filosofia de Foucault? Algo assim já não nos sugeriu John Rajchman? O seu próprio uso da

história, para problematizar o sujeito, é um trabalho de pensamento da questão da liberdade” (p. 16).

Prado Filho (2008) afirma que o conceito de liberdade em Foucault traz a tona alguns questionamentos. Como compreender liberdade em um autor que fala tanto dos controles dos corpos e de uma sujeição a este controle por parte do sujeito? A liberdade em Foucault não é caracterizada por uma “liberação”, mas “é da ordem dos ensaios, das experiências, dos inventos, tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, inventarão seus próprios destinos” (p. 16). A liberdade está para o sujeito, como possibilidades de inserção, criação no mundo, como protagonistas em suas histórias, propondo a busca de reflexões, escolhas, opções de ser e estar na vida.

Dantas (2010) acrescenta que não há uma verdade universal acerca dos sujeitos, o que existe é a multiplicidade de formas de existência, que não estão pautadas numa origem ou fonte. “A subjetividade é o resultado de certo número de processos sociais, econômicos e históricos; e há tantas formas de subjetividade quantas são as formas históricas” (p. 2). Nesta perspectiva, Foucault parte em seu estudo em direção a uma genealogia do sujeito. “O sujeito para ele, constitui-se a partir de uma prática de si, ou seja, através de práticas de subjetivação. Foucault não propôs nenhuma teoria do sujeito” (p. 3), mas em seus estudos, busca compreender como o sujeito se constitui a partir do poder, da disciplina, saberes e de técnicas de linhas de fuga frente ao poder (DANTAS, 2010).

A investigação da constituição do sujeito é presente nas discussões do homem moderno. Dantas (2010) apresenta que Foucault busca compreender esta produção de subjetividades na antiguidade clássica para problematizar quais os modos de existência. Nessa perspectiva é preciso estabelecer as diferenças entre ética e moral para a constituição do sujeito.

A ética não é interpretada como um conjunto de normas, e se encontra associada à liberdade. A ética está estritamente conectada com a possibilidade de se autoconstituir, numa relação que cada sujeito deve ter para consigo e exercendo o poder sobre si mesmo. Nesta perspectiva a ética se diferencia da moral, visto que a primeira está conectada com o aspecto individual e a moral com os aspectos sociais de determinada sociedade. A ética está para a liberdade e verdade, que

cada sujeito tem em buscar sua melhor forma de ser e estar no mundo (DANTAS, 2010).

Assumir a autoconstituição implica numa recusa da moral. Esta compreende o domínio do comportamento efetivo das pessoas com relação ao código moral que lhes é imposto. É um conjunto de prescrições e interdições explícitas, proposto através de aparelhos como a família, as instituições educativas, a igreja, e que implica numa sanção, interna ou externa [...] A obediência ao código moral torna o indivíduo produtivo, mas o impede de tornar-se ético, ao impedir que ele relacione consigo mesmo, que estabeleça para si a normal, em função do indivíduo que deseja tornar-se (DANTAS, 2010, p. 3).

A ética para a constituição do sujeito denota como cada indivíduo se faz sujeito perante as normas a que está submetido. Em contrapartida a ideia da disciplinarização define modelos a serem seguidos de ser e estar no mundo, a partir da divisão entre bons e maus. Faz com que se remeta a um sujeito ético, em prol a demonstrar diversas formas de se relacionarem consigo e com o mundo, ou seja, “reinvente-se se você quiser, reinvente suas práticas desafiando aquelas práticas de poder que o constituíram. Este é um sujeito não submetido a um princípio de identidade, mas de diferenciação” (DANTAS, 2010, p. 4).

Dantas (2010) problematiza como compreender este sujeito segundo os conceitos de Foucault. Nessa perspectiva, o indivíduo ético será demarcado por perguntas como: o que devo fazer de mim mesmo? Pois este sujeito vai refletir como se posicionar perante as normas, sobre como quer ser, o que busca ser, a partir da liberdade que se formaliza como as possíveis formas de ser e estar no mundo.

A liberdade está para a ética de si como a criação que cada sujeito tem em sua vida perante as normas da sociedade, e por isso é uma invenção própria contínua, “de autodesprendimento, auto-invenção e na escolha de vida” (DANTAS, 2010, p. 5). As formas com as quais o sujeito pretende se posicionar no mundo se refere a um sujeito estético, “são essas regras éticas e estéticas que produzem a existência como obra de arte em torno de uma verdade, a própria verdade, não aquela que está socialmente difundida entre as instituições disciplinares” (DANTAS, 2010, p. 6).

Essa existência não cessa de se recriar, de se estilizar em formas ainda não pensadas de existência e, portanto, ainda não dominadas; não cessa de romper a semelhança e instigar diferentes maneiras de ver e ser visto; não cessa de problematizar o estabelecido [...] É esse desprender-se, inclusive

de si mesmo, que possibilita a criação de novos modos de existência, o viver como uma reinvenção contínua, o questionamento e a transformação constante do nosso eu (DANTAS, 2010, p. 8).

Prado Filho (2009) aborda a questão do cuidado de si na contemporaneidade. O autor diz que as práticas de si, do autoconhecimento, da autogerência, no século XXI recebem novas associações, pois houve uma banalização deste conceito, visto que o tempo histórico é diferenciado. Hoje está em evidência o culto ao corpo, a disseminação de livros de auto-ajuda, e por isso o autor não relaciona a produção de subjetividades com o processo de estética, ele nomeia na contemporaneidade a estética de subjetividades, “por entender que esse é o elemento mais destacado nas atuais formas de trabalho do sujeito sobre si mesmo” (p. 243), em suas palavras:

O cuidado de si mesmo contemporâneo implica numa medicalização mais apertada da vida e das relações consigo mesmo, que não se limita à prescrição de regimes e dietas, mas apoia-se numa poderosa tecnologia de exames, análises clínicas, varreduras e monitoramentos de taxas e índices ao nível dos indivíduos, mas também se utiliza de campanhas educacionais e estratégias biopolíticas de prevenção de doenças diversas – câncer, coração, AIDS – além de investir de forma mais intensa na melhoria de estatísticas e médias das populações: nascimento, crescimento e morte, renda per capita, nível de emprego, de instrução, de nutrição, qualidade e expectativa de vida, entre os reguladores mais finos (FILHO, 2009, p. 242).

Pode-se perceber que o autor compreende na atualidade que as formas de se posicionar no mundo estão associadas à biopolítica, percebem o homem-espécie, e as melhores possibilidades de buscarem a qualidade vida que está eminentemente ligado aos fatores do poder biomédico, e neste caminho o objetivo primário do cuidado de si, está numa recusa frente à moral imposta e, atualmente está camuflada perante os cuidados que os sujeitos devem ter com o corpo e com o subjetivo de formas separadas. Há uma busca incessante de se autoconhecer, e por isso este conhecimento que Foucault nos séculos II a.C e II d.C. acabaram por ficar banalizados, ora numa estética corporal e uma estetização da subjetividade, pois são os elementos mais destacados na prática do cuidado de si atuais (FILHO, 2008).

Na contemporaneidade a estetização corporal é confundida com o culto à beleza propagada pela cultura que difunde os padrões de condutas mundiais. Sua produção se localiza nos ambientes destinados a preservação da mesma, ou seja, em lugares como academias, salões de beleza, spas, que se destinam aos sujeitos

para a manutenção e busca do estereótipo de beleza. Confunde-se o processo de estética de si com o apelo a corpolatria (PRADO FILHO, 2008).

Em outro segmento como o da busca incessante da felicidade e do bem estar, cada vez mais se produzem lógicas de se conseguir viver na felicidade, pode-se encontrar receitas de felicidades em livros, revistas, jornais, televisão, redes sociais, pois a “estetização contemporânea da subjetividade desloca-se dos habituais espaços modernos de privacidade e intimidade – como os consultórios psi – para ganhar publicidade nas vitrines da internet [...] numa exposição narcísica de si aos olhares curiosos” (PRADO FILHO, 2008, p. 242).

Estes elementos que o autor evidencia em seu estudo, não visam substituir os cuidados de si descritos por Foucault, mas demonstrar que as transformações já são existentes e se reformulam, se renovam, conforme o tempo histórico que implicam na produção de subjetividades de cada um (PRADO FILHO, 2008). Como o processo de estética de si se relaciona com técnicas de si, ele é também compreendido como mecanismo referente às relações de poder e de estratégias (FOUCAULT, 2009, 1985).

Segundo Foucault (2009) existem três significados para estratégia em situações de confrontos, o primeiro são as escolhas eleitas pelo sujeito para que se possa chegar a um objetivo; o segundo é a partir da escolha que se busca as melhores possibilidade perante o outro para alcançar uma vantagem sobre este outro; e por fim para obter a vitória é necessário, “privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo à renuncia de luta” (p. 15). A estratégia se relaciona com as escolhas que irão produzir situações vencedoras. “Podemos então decifrar em termos de “estratégias” os mecanismos utilizados nas relações de poder. Porém, o ponto mais importante é evidentemente a relação entre relações de poder e estratégias de confronto” (p. 15).

Foucault (2009) afirma que as relações de poder podem ser relacionadas com as guerras, lutas, e por isto, por um lado há a busca pela vitória, porém numa relação, um sujeito sairá como o vencedor desta luta e o outro como perdedor, logo a estratégia materializada nessa relação de poder, prevê que para cada lado, ora um vai deter o poder, ora outro irá se assujeitar, submeter e resistir a este poder, num processo circular, este poder não será detido por uma única instância, ele irá percorrer em todas as relações humanas.

De fato, entre relação de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e em certos pontos se torna, um confronto entre adversários. A cada instante também as relações de adversidade, numa sociedade, abrem espaços para o emprego de mecanismos de poder. Instabilidade, portanto, que faz com que os mesmos processos, os mesmos acontecimentos, as mesmas transformações possam ser decifrados tanto no interior de uma história das lutas quanto na história das relações e dos dispositivos de poder. Não serão os mesmos elementos significativos, nem os mesmos encadeamentos, nem os mesmos tipos de inteligibilidade que aparecerão, apesar de se referirem a um mesmo tecido histórico e apesar de que cada uma das duas análises deva remeter à outra (FOUCAULT, 2009, p. 16).

Essa estratégia de confronto, de luta perante as relações de poder da norma, e o que evidencia esta relação de resistência, é se contrapor ao poder que advém do outro “é o fato de manifestarem, numa forma global e maciça, na escala do corpo social inteiro, o entrelaçamento das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de interação recíproca” (p. 16).

É nesse contraponto em que a resistência se opõe ao poder, e evidencia-se nas revoltas, guerras, agitações, tumultos oriundos da sociedade, tudo aquilo que pode derivar a resistência ao poder (FOUCAULT, 2009, 2011). “Foucault analisará o poder observando como as resistências atuam contra as diferentes formas de poder. As “resistências” do sujeito são uma recusa a qualquer forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos à. Elas incidem contra a submissão da subjetividade” (MURAD, 2010, p. 6). O poder só é legitimado a partir destas relações de poder, de ações sobre ações, logo não existe sequer uma relação de poder que não gere resistência (FOUCAULT, 2009).

Este tipo de poder é o que caracteriza a ordem do governo. “Trata-se do governo dos homens uns pelos outros. Governo é utilizado para designar maneira de dirigir a conduta dos indivíduos. Defende a arte de governar. A arte de governar implica dobrar as forças sobre si, numa relação consigo mesmo, para então exercer o poder sobre o outro” (MURAD, 2010, p. 7).

Segundo Murad (2010) as instituições que promovem modelos de dominação perante a sociedade, instituições destinadas a evidenciar a verdade, estão sendo ameaçadas por um novo instrumento de poder, as técnicas de resistência, que se caracterizam por ser a busca de outra possibilidade racional

perante as normas, regras de convívio sociais, que o sujeito é imposto, portanto o sujeito se faz sujeito a partir destas interações poder-resistência.

Através das “práticas de si” e do “cuidado de si” os homens tornam-se sujeitos de uma maneira ativa. Estas estão relacionadas aos “jogos de verdade”, isto é, como o indivíduo se posiciona, num exercício de si sobre si mesmo, se transformando, elaborando um modo de ser diante de valores instituídos como a loucura, a doença, o trabalho, o crime e a sexualidade. A “resistência” resulta em “práticas de si”, onde o sujeito exerce uma relação consigo mesmo e também com a cultura, possibilitando uma transformação e nova produção de “jogos de verdade” (MURAD, 2010, p. 8).

Nesta perspectiva, pode-se compreender que o sujeito se assujeita ao poder e exerce o poder, numa configuração dinâmica e circular, através de técnicas de resistência e de subjetivação, frente às normas impostas pela disciplina e pela biopolítica. O intuito desta pesquisa é identificar como os sujeitos, os adolescentes, que trabalham no tráfico de drogas, se constituem como sujeitos, ou seja, será que eles passam por um processo de estética de si? Quais as práticas de resistência que estes jovens usam para se subjetivarem e objetivarem no mundo ocidental caracterizado pela sociedade disciplinarizante?

3. MÉTODO

Neste capítulo será abordado o método utilizado para a pesquisa em questão. Serão abordadas as caracterizações da pesquisa, a sua fonte, a coleta de dados, para que se possa chegar à análise e interpretação dos dados, e assim pontuar as relações dos meninos do tráfico e suas constituições de subjetividades, a partir do conceito de estética de si.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho de conclusão do curso está caracterizado por uma pesquisa de natureza exploratória, pois se define como investigações sobre determinado fenômeno e com o intuito de esmiuçar, empreender este fenômeno, “são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade” (MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 77), como “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 77).

O delineamento da pesquisa será documental e qualitativa. A obra selecionada para análise é o livro-documentário, *Falcão: meninos do tráfico*, onde o Mv Bill e Celso Athayde (autores) acompanharam o dia a dia de adolescentes que participavam do tráfico de drogas. Como procedimento eles (autores) primeiramente gravaram as entrevistas com esses jovens e a suas rotinas perante o tráfico de drogas e, posteriormente transcreveram no livro os seus olhares e suas relações com adolescentes no mundo do crime. O livro se compõe das análises e observações dos autores, com a demonstração dos relatos e entrevistas dos jovens que participaram do documentário

Neste caso o delineamento documental se justifica, conforme Marconi e Lakatos (1996) como pesquisa documental por compartilhar os textos da ordem primária do documento, onde os autores publicaram seus relatos de viagens mesmo que “compilados após o acontecimento pelo autor” (p. 58) e se diferencia da pesquisa bibliográfica, que estuda o fenômeno a partir de registros secundários.

Define-se também como pesquisa qualitativa, pois abarca conforme Minayo (1994) “com um nível de realidade que não pode ser quantificado (p. 21),

que caracteriza as relações íntimas dos sujeitos, a partir de sua cultura, ideias, ações, motivações, e por isso não pode ser reduzida a variável de operacionalização. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22).

É justamente nesse ponto que a pesquisa irá verificar os processos de subjetivação, objetivação dos adolescentes que se envolvem com o tráfico de drogas.

3.2 FONTE DE PESQUISA

“*Falcão: Meninos do tráfico*” é um documentário produzido por Mv Bill e Celso Athayde com o intuito de demonstrar uma parcela dos jovens das periferias brasileiras que se envolveram com o tráfico de drogas. Este documentário foi discutido e apresentado pelo programa Fantástico da Rede Globo, e contribuiu para sua repercussão em âmbito nacional. Depois de apresentarem o documentário, os autores organizaram os seus relatos em um livro “dos bastidores das gravações” e transcreveram algumas das entrevistas na íntegra nesta obra (BILL, ATHAYDE, 2010).

A pesquisa destes autores ocorreu durante 1998 e 2006 com objetivo de “mostrar sem cortes ou edições espetaculares, o lado humano destes jovens. Suas razões, suas angústias, suas loucuras, seus sonhos, suas maldades, afabilidades e contradições” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 9). Os autores ainda pontuam que dos 17 selecionados para as entrevistas, apenas um permaneceu vivo após a finalização do documentário em 2006. Esta informação vem a calhar com o propósito dos autores, visto que seus desejos eram de demonstrar uma realidade por inteiro e, não somente, seus atos criminosos, mas a violência em que estão submetidos. “Este livro surge para ajudar você a refletir sobre a juventude que vive em situação de risco” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 9).

O conteúdo do livro apresenta as relações destes jovens com o tráfico de drogas, as suas posturas em seu território de existência frente ao sistema capitalista, detalham seus contextos e sua forma de estar e se apresentar no mundo, em sua relação de uso e comércio de drogas. Os autores relatam:

Esses jovens têm sua própria linguagem, tem suas próprias leis. Se realmente quer entendê-los, terá que fazer um esforço tanto para compreender suas expressões gramaticais, quanto suas atitudes, e para isso, cada um de nos tem que se despir de todo ódio que nutrimos e de todo medo que desenvolvemos a partir dele (p.10).

Este livro foi eleito como a fonte desta pesquisa, e está dividido por 16 casos, destes, oito são entrevistas realizadas ora por Mv Bill, ora por Celso Athayde. Os outros oito casos são relatos dos autores sobre cada local em que eles conheceram e a rotina desses jovens, acrescido das conversas dos autores com os meninos que circulam nas periferias e convivem com o tráfico de drogas, esmiuçando cada localidade em que foram buscar os jovens que poderiam participar do documentário. Existem dois casos no livro que são de crianças que brincam/imitam o mundo das “bocas de fumo”, sendo cada criança um personagem dentro do tráfico de drogas. Os autores do documentário pontuam que as brincadeiras são bem realistas.

Os autores relatam que foram selecionados dezessete jovens para este documentário, porém o livro traz na íntegra oito entrevistas. Cada caso contempla uma localidade diferente do país. Dos oito casos de entrevistas, cinco são realizadas individualmente e três coletivamente, neste caso, uma realizada em dupla, outra realizada com um menino que está brincando de boca de fumo, onde existem mais cinco pessoas que ficam rodeando o contexto da entrevista, e até mesmo contribuem para tal, e a terceira é realizada com cinco pessoas que trabalham como falcão¹⁶, vapor¹⁷, endolador¹⁸ e fortalecedor¹⁹, no tráfico e dão seus depoimentos.

Esta pesquisa buscou absorver este conteúdo e trabalhar com os casos que contém entrevistas realizadas com os jovens que se envolvem no tráfico. A acadêmica optou por trabalhar com estas entrevistas realizadas pelos autores, por

¹⁶ Falcão é comumente reconhecido como o olheiro e fogueteiro dentre as funções do tráfico. É jovem em sua maioria e tem a finalidade de avisar, seja por rádio e/ou foguetes a entrada de polícia na boca ou de facções inimigas.

¹⁷ É o traficante de maconha e de cocaína, que fica em pontos estratégicos na boca para o comércio de drogas. Este é o cargo maior na hierarquia que foi apresentada pelo documentário.

¹⁸ Endolar é quem divide as drogas e as coloca em sacolas, papelotes para serem comercializadas. Do endolador passa para o vapor.

¹⁹ São meninos que não atuam diretamente no tráfico, ficam ao lado dos vapores, falcão e do chefe da boca para fazer favor a eles, como comprar um sanduíche, refrigerante, e em troca, eles recebem dinheiro ou qualquer tido de ajuda quando necessitam, exemplo: quando alguém de sua família precisa comprar um remédio, ou um gás, eles fortalecem/ajudam esses meninos. É a primeira forma de contato de menores com o mundo do crime.

julgar que conseguiria se relacionar com o dado de forma mais bruta, sem o relato das percepções dos autores poluindo o conteúdo. As entrevistas encontram seu foco nos discursos dos jovens que se relacionam com o tráfico. É importante salientar que foi analisado um grupo de jovens que vivem numa localidade, logo não importa o relato de um dos jovens, mas sim o que o grupo relata em suas práticas discursivas frente à realidade vivenciada. As idades destes meninos não foram pontuadas nesta pesquisa, pois aparecem apenas três idades destes meninos, que são 13, 14 e 16 anos.

Para organizar os dados desta pesquisa foi criado um protocolo de registro (apêndice). A pesquisadora decidiu realizar duas etapas até chegar ao seu produto final. Na 1ª etapa foram selecionadas quais entrevistas poderiam suprir a realidade desta pesquisa, portanto a autora elegeu os casos que contemplam de 80 a 100% do preenchimento do protocolo. Isto se deu pelo fato que há uma entrevista realizada com um jovem incompleta, visto que o menino veio a falecer dias depois, e não foi possível finalizar a mesma. Outras não demonstram seus desejos, sonhos, projetos de futuro, que eram propostas eleitas pela acadêmica, para buscar compreender a realidade destes jovens e seus posicionamentos frente à norma, e mesmo não sendo preenchidas no protocolo, demonstram um silêncio que fala.

Na 2ª etapa, a pesquisadora após perceber esse impasse, elegeu os casos “pó de dez” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 68-73), “Até quando eu não sei” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 78-83), “Os terroristas” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 134-147), realizada com 6 meninos, “Vivendo a Vida” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 159-168), “Partida de futebol” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 183-189), esta realizada por uma dupla, e, por fim, “Um péssimo bom exemplo” BILL, ATHAYDE, 2010, p. 220-239), esta é realizada por um homem de 39 anos, que viveu toda a sua adolescência no crime, e em consequência disso, participou de um tiroteio, onde escapou com vida, mas em uma cadeira de rodas, e viveu 12 anos preso, e hoje não faz mais parte da criminalidade. Desta forma, foram selecionada seis dentre os oito casos com entrevistas, para serem a fonte desta pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

O protocolo está dividido em três etapas, conforme os três primeiros objetivos específicos propostos nesta pesquisa. O primeiro objetivo está relacionado

como os jovens do tráfico se subjetivam frente à norma, e para isso serão agrupadas as frases sublinhadas das entrevistas pela pesquisadora, com temáticas relacionadas às instituições normativas da família, trabalho, escola, assim como suas motivações para o crime, e como compreendem o crime e sua função dentro do tráfico, além de juventude (lazer) e o estigma de bandido.

O segundo objetivo contempla as práticas que objetivam esses jovens perante as normas, ou seja, foi relacionada com temáticas: morte, inimigo/amigo, religião, arma e sonhos, para compreender como os meninos do tráfico se percebem e agem frente à norma imposta.

O terceiro, e último objetivo, comportam as práticas de resistência e de linhas de fuga, que foram interpretadas a partir dos discursos dos jovens em suas relações com a polícia/justiça e drogas, visto que o livro não dá subsídios suficientes para contemplar outras possibilidades de linhas de fuga e resistência, como as vestimentas, as músicas e os dialetos.

A coleta foi realizada individualmente, e para cada um foi preenchido um protocolo de registro. Com o intuito de organizar as variáveis decorrentes, pois cada frase de um sujeito específico foi colocada no protocolo conforme as temáticas que configuram o processo de constituição do sujeito. A análise vai transitar pelas práticas discursivas destes jovens, buscando compreender suas formas de subjetivação.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada a partir da técnica da análise do discurso. Segundo Fischer (2001), que faz uma leitura sobre o autor Michel Foucault em suas diversas obras, com maior evidência em “A Análise do discurso: para além de palavras e coisas” de 1995, aborda como o sujeito é produto de suas práticas discursivas, que apresentam as suas subjetividades.

Conforme Fischer (2001) existe uma necessidade de se desvincular dos conceitos pré-estabelecidos para estudar o fenômeno apresentado nos discursos, pois é preciso estar atento ao discurso por completo, buscando observar além da fala, as condições de possibilidade de emergência do fenômeno, suas relações históricas e as práticas que o objetivam.

Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos. Por exemplo: analisar textos oficiais sobre educação infantil, nessa perspectiva, significará antes de tudo tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria por trás” dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas (FISCHER, 2001, p. 199-200).

Segundo Spink e Medrado (2004) o discurso se refere às regularidades linguísticas, a partir de processos de institucionalização do campo político e disciplinar, assim como para grupos sociais. O discurso no campo social ultrapassa a linguagem propriamente dita, e as práticas nas ações dentre as relações são o que configuram a trama social. Fischer (2001) acrescenta que a análise do discurso prevê a contextualização daquilo que está sendo dito, e é interpretado perante a observação integral da pesquisadora sem a incumbência de juízos de valores, para poder descrever, identificar o que está sendo dito. No caso desta pesquisa a análise foi ao encontro do discurso complexo que os jovens trabalhadores do tráfico de drogas relatam aos autores do livro “*Falcão: meninos do tráfico*”.

Na análise do primeiro objetivo da pesquisa, foram criadas duas categorias e três subcategorias de análise. A primeira categoria é “Você vale o que tem”, que se refere aos modos de subjetivação dos sujeitos no ideal do capitalismo, o consumo; Essa categoria contempla uma subcategoria, “escola e trabalho” que

comporta a mesma finalidade, porém referente às instituições escolares e organizacionais. A segunda categoria é o “O crime é coisa de macho”, e as duas subcategorias são “Ser bandido” e “Falcão não dorme”, que contemplam os ideais de masculinidade como formas de subjetivação dos meninos do documentário.

As categorias do segundo objetivo se referenciam as práticas que objetivam os sujeitos. Foram criadas três categorias e uma subcategoria. A primeira categoria é “Os patriarcas”, que relaciona a relação dos jovens com a comunidade, a segunda é “O palco da masculinidade” que aborda a temática do confronto entre bandidos *versus* facções inimigas. Essa detém uma subcategoria, denominada “também morre, quem atira”, onde foi abordada a relação desses jovens com as armas. A terceira e última é a “Religião: o bom e o mau”, que se refere à questão da religião como forma de contemplar esses adolescentes no contexto da maldade advinda da figura do diabo, além da identificação dos sonhos de cada menino do tráfico.

As categorias do terceiro objetivo estão pautadas nas práticas de resistências e, portanto, foram criadas duas categorias, a primeira é “Bandido *versus* Polícia”, que aborda como os sujeitos resistem a norma policial. A segunda prática de resistência debatida nesta pesquisa refere-se à categoria “Drogas” a qual relacionamos como prática resistente ao consumirem e venderem a mesma.

4.1 ANÁLISE REFERENTE AO PRIMEIRO OBJETIVO

4.1.1 “Você vale o que tem”

“Viver muito como rei, ou pouco como um Zé?”

Racionais Mc’s

Esta categoria foi criada a partir da realidade primária dos modos de subjetivação dos meninos do documentário que se constituem num mundo capitalista, mesmo que muitas vezes o sejam inseridos no social por uma via perversa de serem estigmatizados como os delinquentes.

A relação dos jovens com o tráfico aparente em todos os protocolos é o fator dinheiro/consumo. Esta realidade pode ser compreendida pela capilarização do sistema capitalista e seu modo de produção de subjetividades, que estão submersas

no consumo. Coimbra (2002) aborda em seu trabalho “Doutrinas de segurança Nacional” como as subjetividades são produzidas frente às questões sociais, econômicas e políticas do capitalismo. A autora pontua que o capitalismo passou por algumas etapas, e que a partir da década de 80 do século XX, ficou evidente o consumo como a base geral das interrelações.

Após a Segunda Guerra Mundial e com o fim da Guerra Fria, no Brasil houve um impacto na base das políticas militares repressivas e autoritárias, pois na década de 90 começaram a questionar esse modelo repressivo, porém a autora afirma “alguns permanecem sendo utilizados sob novas maquiagens, porém utilizando as mesmas estratégias” (COIMBRA, 2002, p. 16). O que modificou foi que da década de 60 até 80, a repressão do Estado e dos militares, estavam pautada aos opositores políticos, e nos anos 90, a busca incessante focou nos “segmento mais pauperizados” (p. 16).

Este segmento ao qual a autora se refere, é o do grupo que se encontra às margens da sociedade, localizado nas favelas, morros e periferias. Esses grupos foram relacionados como aqueles que não se adéquam a manutenção da ordem social, logo faz desta classe os principais “suspeitos” de provocar a tal desordem social a que os governantes eram (e continuam) contra, para que possa manter o controle. Pode-se perceber que este segmento se refere às crianças e adolescentes, pobres, e negros, compreendendo esta população como “os cometedores do crime”, logo esse grupo deve estar sob vigilância, pois são considerados como “os perigosos e ameaçadores” sociais (COIMBRA, 2002, p. 16).

A mídia acaba entrando nesta discussão, por ser o veículo que evidencia esse público como meros criminosos, porém não dá o mesmo enfoque nas dificuldades estruturais de vivência a que este público está acometido, “portanto, as notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação de massa produzem/reproduzem/fortalecem tais rótulos e identidades” (COIMBRA, 2002, p. 17). O foco nesta classe populacional ficou evidente quando o consumidor ganhou seus direitos e houve uma comparação com direito dos cidadãos.

As políticas neoliberais, os *‘mass-media’* e demais equipamentos sociais produzem a confusão entre *‘direitos do cidadão’* e *‘direitos do consumidor’*. O que mostra que só tem valor aquele que consome: os milhões de excluídos e miseráveis não são cidadãos, pois, por não consumirem, nada valem; são simples objetos (COIMBRA, 2002, p. 18).

Neste sentido, os sujeitos desta pesquisa são meninos que moram em favelas, pobres, e em sua maioria negros, e conforme denuncia Coimbra (2002), não são considerados sujeitos, mas objetos da sociedade capitalista. Frente a esta realidade, os meninos para se incluírem buscam adquirir o dinheiro no tráfico para entrar na sociedade pela via do consumo. Em suas palavras, *“Isso é um negocio pra arrumar um dinheiro, a gente não obriga ninguém a fumar ou cheirar”* (S1).

Esta justificativa se relaciona com as dificuldades estruturais vivenciadas por eles e os motivos que eles elegem para não sair da atividade ilegal, pois o consumo para eles não está só em coisas supérfluas de roupas e sapatos, mas no consumo primário, como a alimentação. *“Eu não posso morrer de fome, minha família não pode morrer de fome, nem eu quero que o meu filho morra de fome. O meu filho tem que ter pelo menos o leite. Eu fico com fome, mas ele não”* (S5).

A resenha de Caminha (2009), sobre o livro de Zygmunt Bauman²⁰ vai ao encontro dessa lógica, pois com tantas transformações no sistema capitalista, a partir de 1980, ficou evidente o consumo como base das relações humanas. E mais, o sujeito só é captado como tal, a partir de seus atos de consumo. Segundo Coimbra (2002) o principal atributo do capitalismo está na individualidade, logo cada sujeito é o responsável pelos seus sucessos e fracassos, portanto quem se encontra no âmbito fracassado, é culpado pela sua má administração, falta de responsabilidade em sua esfera de vivência, o que acaba por dicotomizar essa relação, pois não compreende o sujeito em seu meio.

Com esta realidade exposta no cenário brasileiro (e mundial), emerge a concepção de um novo homem, “na verdade o único possível” (CAMINHA, 2009, p. 206). Isto porque antes de 1980 o capitalismo estava baseado na era da produção, e a partir do início da década de 90, se baseou no consumo. Portanto para o sujeito se sentir incluído na sociedade, ele tem que entrar numa busca incessante de redefinições sobre sua própria concepção de sujeito, ou seja, para Bauman existem três perspectivas e Caminha (2009) as apresenta: “a percepção de uma nova maneira de experimentar o tempo; a forma vivenciada da felicidade/afetividade; e a relação Estado *versus* individualismo” (p. 207) e esses três aspectos se retroalimentam.

²⁰ A vida para o consumo: A transformação das pessoas em mercadoria. Zygmunt Bauman, 2008.

A primeira é que não existe mais o passado ou o futuro, existe o presente, o que configura a 'fase líquida da modernidade', pois as possíveis formas de satisfação estão no hoje, no aqui e agora. Entretanto uma das singularidades presente nesse sistema está estritamente relacionada com "a constante promoção de novas necessidades, projetando uma incessante remodelação dos desejos através de novos e melhores produtos" (CAMINHA, 2009, p. 208).

O modo de subjetivação que os meninos do tráfico desta pesquisa desenvolvem vão ao encontro com esta realidade, pois esta é a norma social embutida na população, logo a relação de subjetividade em Foucault (2009) está em como se constitui o sujeito frente à norma, seja se assujeitando ou resistindo, quando há a resistência existe a ocorrência do processo de estética de si. Nas palavras do adolescente irá aparecer futuro como sinônimo de presente e vice-versa, denotando seu modo de subjetivar-se no momento atual, no aqui e agora, e se submetendo a regra disseminada na via do consumo.

Futuro? O futuro é o que nós temos, né? Eu penso no quê? No melhor pra mim, pra minha família, pra minha vida [...] E no presente eu planejo uma família. Feliz, sem angústia, sem sofrimento, sem solidão. Sem nada do que eu passei. Quero isso, mas não vejo o momento não" (S2).

Esse relato também evidencia um segundo aspecto, que está envolvido com as formas de felicidades e afetividades no capitalismo. Segundo Caminha (2009) o autor Bauman compreende a felicidade junto ao discurso da liquidez moderna, ou seja, quando o sujeito está consumindo aparece no processo como próprio objeto de valor desta mercadoria, logo sujeito-mercadoria. A felicidade aparece como um aspecto inatingível e ilusório, e justamente por isso é que a busca de encontrar a tal felicidade é reativada a todo o momento.

Pode-se compreender que esse ideal da felicidade acaba por fortalecer os meninos no crime, pois conforme a música do grupo de rap do Racionais Mc's, que é, de certa forma a expressão dessa população que se encontra à margem da sociedade faz o questionamento "Viver muito como rei, ou pouco como um Zé?" Portanto, na realidade destes jovens, não importa a quantidade do tempo de vida, mas o que ela pode proporcionar para obter a qualidade desejada sejam nos alimentos, nas roupas, nas motos, nos carros, etc. "O que eu queria ter eu não podia ter. O carrinho de controle remoto, uma bicicleta... não podia ter" (S2).

O terceiro aspecto está ligado à relação entre Estado e individualidade. Nesta concepção, o Estado após o patriotismo compreendeu e propagou o ideal da liberdade com o enfraquecimento da soberania e da nova formulação de estado, que se baseia no “gerenciamento do divertimento/prazer a serviço de uma constante busca pela felicidade” (CAMINHA, 2009, p. 211). Pode-se relacionar aos conceitos de Michel Foucault (2009) de disciplinarização, biopolítica e biopoder, ou seja, a forma de controle da soberania se transformou na lógica do controle dos corpos, no individual (disciplinarização) e na espécie (biopolítica), de um poder sobre a vida, sobre o corpo (biopoder).

Partindo dessa ótica, essas três esferas de produção de subjetividade expostas por Caminha (2009) sobre suas leituras de Bauman, configuram uma realidade desse sistema conforme um ciclo, ou seja, se o sujeito se apresenta no mundo no aqui e agora, em busca da reativação da felicidade diária, só é possível através da ilusão que os sujeitos são capazes de escolher a melhor forma de viver a vida. Ilusão, pois para Foucault (2011) o sujeito pode buscar estratégias de se posicionar frente a esta norma vigente do capitalismo, e emitir respostas diferentes, contudo, nessa categoria os meninos do tráfico se assujeitam frente essa norma.

A dificuldade encontrada é que esses jovens se inserem no tráfico para a obtenção de seus meios de consumos, porém o jovem que adentra este mundo tem uma expectativa de vida, em muitos casos, reduzidas. Zaluar (1994) afirma que a estimativa dos meninos pobres que entram no tráfico de drogas está na média dos 25 anos. O rapper e autor Mv Bill faz essa analogia em sua música “O bagulho é doido”, onde após o documentário *Falcão: Meninos do tráfico*, ele compôs essa música para expressar o que sentiu e vivenciou com estes meninos. “16 é a média [...] Já vou ficar no lucro se passar dos 18, depois que escurece o bagulho é doido, o mesmo dinheiro que salva também mata, jovem com ódio na cara, terror que fica na esquina esperando você chegar, se passar de 18” (BILL, 2010, p. 248).

Conforme Sader (2005), os jovens do comércio de drogas, não sobrevivem muito tempo, pois suas vidas estão pautadas em pequenas possibilidades de inserção, no caso do crime, a violência cometida pode ser compreendida pela violência sofrida pelos meninos do tráfico. “A vida para eles costuma ser uma aventura curta, vivida entre o desamparo e as tentações não-conquistadas ou efemeramente vividas” (SADER, 2005, p.8-9).

Dentro dessa realidade como rotular esse grupo como aquela classe populacional que tem um alto índice de periculosidade? Será que são estes meninos os verdadeiros criminosos? Ou podemos pensar como nos aponta Bauman (2005), que eles são o refugio inerente ao modelo capitalista globalizado. Ou eles se submetem ao mundo capitalista e buscam formas de se incluírem na sociedade? Pois é relevante enfatizar que dos meninos do documentário, no caso dezessete meninos, somente um continuou vivo ao término do mesmo, os outros 16 morreram ao longo das gravações.

É importante ressaltar que a partir dessa configuração social advinda do capitalismo, é que as relações do cotidiano se organizam, em torno de normas sociais de relacionamento. Logo, o sujeito está no mundo e é interpretado e avaliado por aquilo que ele tem. No caso dos meninos da favela, é necessário perceber que eles são considerados meros objetos, pois não tem o dinheiro para adquirir, logo o crime passa a ser uma realidade possível de inserção no mundo pela via do consumo que o capitalismo proporciona, visto que esta população não é ativa dentro do sistema, logo podem ser excluídos do mesmo, porque não tem valia (COIMBRA, 2002; FEFFERMAN, 2006; BAUMAN, 2005).

Isto fica evidente também nas próximas categorias, onde o capitalismo está por trás de todas as relações humanas do cotidiano e nos modos de subjetivação que serão expostos durante este capítulo, pois vivenciamos a era da globalização, mesmo os meninos pobres que não são incluídos na sociedade capitalista, sofrem dos mesmos ideais disseminados pela cultura, portanto, como diferenciá-los simplesmente por suas condições de etnia, idade e classe social?

4.1.1.1 “Escola e Trabalho”

Essa subcategoria foi criada para compreender suas formas de subjetivação frente a estas instituições, escola e trabalho, no mundo onde o sujeito é avaliado pelo que tem. O dado coletado que complementa esta realidade vem da dificuldade de encontrar um trabalho dito decente, das suas relações com a instituição escolar e com o mundo do trabalho. A maioria dos participantes do documentário informa que não estudam. A entrada no tráfico de drogas ocorre concomitante com a idade da escolarização e, entrar no crime significa a possibilidade de conseguir obter dinheiro para o seu sustento e o da família, e

também como alternativa para os que não estudaram, em sua fala: *“Nós tem pouco estudo, se pá, tem até uns amigos que não estudou”* (S5).

No mundo capitalista, a escola e o trabalho, ganharam conotações específicas. Segundo Oliveira (2002) aos jovens que não tiveram estudos e não tem trabalhos ditos formais, não tem espaço perante a sociedade, logo não há outras possibilidades de se inserirem no social, se não pela via do crime. Nessa perspectiva, como adquirir um bom trabalho, com boa remuneração, se esses jovens não tem estudo? Quais seriam suas possibilidades?

Faria (2009) em sua dissertação intitulada *“Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas”* aborda essa realidade, pois os sujeitos que não foram disciplinarizados conforme o sistema vigente, ou seja, não são freqüentadores das escolas, estão fadados a trabalhos operários ou ao crime.

Zaluar (1994) afirma que em sua pesquisa entre os traficantes e os trabalhadores da comunidade, denotam a diferença entre um e outro, justamente pela concepção acerca do capital, ou seja, enquanto os trabalhadores afirmam serem controladores de seu dinheiro *“suas despesas são controladas semana a semana, mês a mês para que o dinheiro chegue e não falte comida em casa no final do período”* (p. 141), os considerados criminosos, são *“movidos pela necessidade”* (p. 142), logo seus consumos são imediatistas, conforme os ditames da globalização, preocupados com aqui e agora (FARIA, 2009; CAMINHA, 2009).

Nos relatos se evidencia que ao se envolver com o tráfico e uso de drogas é o momento em que eles saem da escola, pois precisam trabalhar para conseguirem dinheiro e não chamar atenção da polícia e de outras facções em ambientes externos a seu território, *“eu estudava, estudava mesmo, aí depois comecei a fumar maconha, aí deu na minha cabeça pra mim parar de estudar, parei de estudar. Aí depois fui traficando”* (S1).

Um aspecto que merece destaque nesse debate são as condições das escolas públicas e a organização do ensino no Brasil. Escolas sem condições estruturais e dificuldade em encontrar vagas nestas escolas. Além da estrutura, o ensino é muito desqualificado (SANTOS, 2001). Arruda (2011) faz um estudo em cima da tese de Eveline Algebaile (2009), que problematizou a questão das escolas públicas no Brasil, enfatizando que a qualidade prevista para estas escolas nunca foi concretizado e sua função era única.

Arruda (2011) acrescenta que na década de 90, houve uma ampliação no ensino, porém “foi embasada não por uma proposta educacional consistente, mas por haver um entendimento de que a educação é um fator minimizador de riscos e de tensões sociais” (p. 665). Com esta finalidade não se busca a implantação de escolas sofisticadas e com função educativa, mas o propósito está numa junção com a assistência social para diminuir a pobreza, fazendo da qualidade do ensino público um lugar secundário no Brasil.

Algebaile chama a atenção para uma política educacional oculta, que atua nas brechas da legislação, beneficiada pela deficiência do sistema de ensino. É desse modo que o mínimo previsto se transforma no máximo ofertado. Isso ocorre não só com a carga horária prevista em lei, mas também com os espaços em que o processo de ensino-aprendizagem se consubstancia. É dentro dessa dinâmica que o processo de expansão escolar passa a dialogar com ações de manipulação de tempo e de espaço que, mesmo não sendo previstas legalmente, vêm se materializando em diferentes administrações (ARRUDA, 2011, p. 665).

Essa realidade pode ser compreendida no dia a dia dos meninos do documentário, pois em suas palavras:

“Tu chega só pra tentar estudar, pra ser alguém na vida, chega lá no colégio, não tem vaga, é a mesma discriminação de sempre, olham pra nós meio atravessado, volta mês que vem, e aí vai, né, mano. Quando tu vê, tu já tá na metade do ano, já não adianta mais nada. Então tu tem que correr atrás do teu meio de vida” (S5).

Nos relatos destes meninos do tráfico, essa realidade é um dificultador para sair da atividade ilegal, pois se por um lado existe a dificuldade de encontrar um emprego que dará um retorno financeiro positivo pela falta de estudos, por outro lado esse impasse em encontrar um trabalho digno é a grande justificativa deles se encontrarem no crime, *“pô, salário decente, um salário decente que dê para sustentar a minha família. Pô, meu salário de hoje. Ganha bem quem teve, uma inteligência boa para trabalhar e ganhar um dinheiro bom” (S4).*

Neste relato é possível perceber a descrição da norma social referente às instituições das organizações, trabalho e escola, pois para conseguir um salário mais alto e digno, as pessoas têm que ter estudo e inteligência. E no mundo capitalista, se o sujeito não teve estudo ele está fadado a ser um assalariado de serviços gerais e braçais ou ao próprio fracasso e é culpabilizado por isso, pela

individualidade que está envolta da era da globalização (OLIVEIRA, 2002; FARIA, 2009).

Guareschi (1999) reflete sobre as estratégias de culpabilização da sociedade contemporânea (consumista) a aqueles que não conseguem êxito e sucesso. Segue o autor afirmando que há uma “individualização do social” e que problemas estruturais da organização da sociedade conduzem a exclusão de milhões de pessoas que são culpabilizadas individualmente por sua condição.

Os relatos expressam a discriminação a que estão submetidos os jovens, que se percebem como desprovidos de inteligência, por não ter estudado. E a estratégia que ele encontra para sustentar a sua família e se constituir sujeito é do dinheiro que vem do tráfico, e para essa realidade, suas rotinas ficam restritas, e suas saídas da boca podem ser compreendidas como “cavar o próprio buraco”, pois os meninos do documentário expõem que a partir do momento que adentram ao crime, as suas dificuldades de sair do território, da boca, são grandes e que quando saem, estão com medo. *“Saio raramente. Mas com medo. Saio olhando pros lados, com medo dos home²¹, com medo dos alemão²², com medo de tudo [...] Medo de ganhar tiro, medo de ser morto, de ser aleijado, medo de tudo” (sic).*

Zaluar (2002) compreende a realidade desses meninos que atuam no tráfico, como sendo a dificuldade financeira o principal motivo das causas da criminalidade para a sociedade. A norma social imposta é que pobreza e crime são sinônimos. Portanto, pobreza é compreendida como a condição humana que está autorizada a entrar na vida do crime para conseguir o sustento, o pão de cada dia, e a esta realidade, os meninos do documentário acabam se submetendo novamente a norma, porém essa norma é perversa em sua ação, pois é um pensamento social contraditório.

Conforme a autora, compreender que esta classe está mais suscetível ao crime, é perdoar este grupo pelo ato cometido, mas ao mesmo tempo, é estigmatizá-la como a única classe criminosa, logo o menino da favela que está no crime é compreendido como fator proveniente da condição natural destes jovens (ZALUAR, 2002). Infelizmente esta realidade é o que configura a sociedade disciplinar, que por si só, inclui para excluir, numa relação perversa do que é e não é permitido (FOUCAULT, 2009).

²¹ Home é a forma que eles se referem à polícia, assim como gambá, porco.

²² Alemão é a forma que eles chamam quem são seus inimigos, seja a polícia ou outras facções.

4.1.2 “Crime é coisa de Macho”

Esta categoria irá relacionar os modos de subjetivação dos meninos do documentário com a concepção da masculinidade envolvida nos mesmos que fazem do crime suas práticas diárias.

A análise dos dados possibilitou a compreensão de que os jovens que atuam no tráfico de drogas, se posicionam frente à normatividade da instituição familiar como provedor, conforme os ditames propostos ao gênero masculino. Este modo de se subjetivar ficou evidente em todos os protocolos. Os discursos dos meninos do tráfico relacionam suas entradas, manutenções e dificuldades de saída do crime, a partir da relação que estabelecem com o ser masculino, o consumo e o crime. Em suas palavras:

”Pô, minha infância foi tipo, até uns tempos foi tranqüila, depois eu perdi meu pai. Aí tipo pra não deixar minha mãe segurar tudo, eu fui e entrei pra vida do crime” (S3 – Motivação para o crime).

“[...] a gente morava, num barraquinho de madeira, pegou fogo [...] Até hoje minha família não pode, mas eu tento o que eu posso. Não vou chegar até um lugar que eu não alcanço. Só vou até o lugar que eu alcanço pra poder dar de melhor e de bom pra minha família e ela não passar o reflexo que passou, o sufoco que passava” (S2 – Manutenção do crime).

“Minha mulher tá lá no hospital agora. Teve neném quase agora. Aí, tá lá no hospital com o neném, aí mesmo é que eu não posso sair mesmo, porque tenho que ajudar ela mais ainda e ajudar minha filha que nasceu agora, entendeu? Se eu sair para ficar procurando emprego, como que eu vou sustentar minha filha? Não tem como” (S1 – Dificuldade apresentada na saída do crime).

Nesta relação, pode-se compreender que os meninos do tráfico se posicionam frente às questões familiares, se submetendo a norma vigente de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2009), pois os homens, no contexto familiar moderno, tem o dever de prover, sustentar a família, apresentando sua autonomia, seu poder perante os demais membros. Esta norma está vinculada ao modelo familiar que se caracteriza como o patriarcal, o qual divide as funções, papéis que cada gênero tem que desempenhar em casa e socialmente. No modelo masculino, conforme Santos (2010) o homem sempre foi associado com o “sexo forte, dominador e viril” (p. 60).

Esses padrões de gênero predominantes pensam e fazem do homem o mais forte, o mais responsável, o mais inteligente e, por isso, o mais capacitado e habilitado para funções ditas “superiores”, que se justificam pela condição e posição social que ocupam no espaço público (SANTOS, 2010, p. 60).

A família patriarcal é compreendida como uma construção social, que emergiu da aquisição da propriedade privada e do controle do homem frente à mulher. Narvaz e Koller (2006) ao falar sobre o modelo patriarcal fazem um resgate da origem da palavra família, que vem do latim “famulus” e significa “escravo doméstico” (p. 50). As autoras ainda pontuam que este modelo familiar não denotava o poder ao pai, mas a masculinidade em si, como “categoria social” (p. 50) ao conjunto das características do ser homem. As autoras acrescentam que este modelo se refere a dois objetivos, o poder do homem frente à mulher e o poder masculino frente às crianças e adolescentes, perante a hierarquia dos mais velhos sobre os mais jovens.

Segundo Narvaz e Koller (2006) existe um modelo patriarcal contemporâneo, pois apesar deste modelo familiar existir antes do capitalismo, com o advento deste sistema houve uma ampliação “o triunfo do capitalismo, imperial, neoliberal, militarista e depredador revela uma das formas mais elaboradas do patriarcado, que têm mostrado, nos diversos atentados terroristas, nas últimas guerras e na crescente “feminização” da pobreza, sua pior face” (p. 51).

Adiante as autoras afirmam que após a segunda Guerra Mundial, foi fixado o ideal de que o homem deve ser o provedor e a mulher a cuidadora do lar, o que evidencia a relação da masculinidade desses meninos frente ao consumo, além de ter o capital para o sustento, tem as características, jeito de se apresentar e estar no mundo, como homem (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Os papéis femininos e masculinos identificados na análise dos relatos apresentam a realidade prática do homem provedor, e a mulher cuidadora dos filhos e organizadora do lar (FREITAS et al, 2009; SANTOS, 2010). No relato dos adolescentes que tem esposa e filhos, *“poxa, minha mulher trabalhava, mas agora ela cuida do meu filho. Trabalha em casa” (S4). “Nosso pagamento de cento e pouco, quando chegar em casa vai fortalecer à vera²³. Vou dar na mão da patroa²⁴ lá, pra comprar um leite, umas fralda, porque a situação tá precária, né, Mané?”*

²³ Vera pode ser entendida como muito.

²⁴ Patroa – gíria usada para se referenciar a esposa, companheira.

(S5). Nesta perspectiva, enquanto o homem está na rua, no crime, arrecadando capital para o sustento familiar, suas esposas ficam em casa, mantendo os afazeres domésticos e cuidando dos filhos, como configura a norma social (SANTOS, 2010; FREITAS et al, 2009).

Apesar desta realidade, estes meninos se subjetivam, se desenvolvem como os homens que detém essas responsabilidades, mesmo sendo jovens, adolescentes em suas famílias de origem. No discurso dos meninos, a maioria deles se desenvolve no meio familiar composto de mulheres, e, com ausência paterna. Essa realidade apresentada pode ser compreendida a partir de como estes jovens acabam assumindo este papel masculino antecipado na sua própria família.

Estes jovens acabam assumindo esta postura antes da maioridade. O que modifica o processo de desenvolvimento destes meninos. Pode-se perceber através dos relatos sobre suas composições familiares. *“Minha família é minha mãe, meus irmão, e só. Meu pai morreu quando eu tinha 6 anos de idade. Agora vai fazer o que?”* (S2), *noutros relatos, “Minha família? Minha mãe. Minha mãe e meu irmão e minha tia. Só”* (S1), *“Minha família mora num buraco velho. Eu, minha avó, minhas tias e minhas primas. E minha irmã. Meu pai morreu, há um tempão já”* (S3).

Pode-se perceber que este grupo de meninos que atuam no tráfico necessita de adjetivos como honra, autonomia, coragem, principalmente em sua independência financeira, gerando a característica de provedor, pois assim adquire o status social que a norma lhe impõe. Dessa forma, os meninos do tráfico se assujeitam a regra, encontrando no crime a forma de exercer os atributos pertencentes à masculinidade, e também ao consumo. É importante ressaltar, que para estes jovens, essa é a forma de inclusão nas expectativas e demandas da sociedade contemporânea.

Santos (2010) afirma que há um movimento que vem no contraponto do modelo patriarcal, pois na modernidade e através das lutas feministas, a mulher vem em uma luta incessante de conquista de espaço, porém na prática ainda resistem, e as regra dos papéis que os homens e mulheres devem desempenhar socialmente, estão encharcados da dicotomia presente no modelo patriarcal. O senso comum disseminado na cultura constrói e afirma os papéis de gênero, relaciona o homem a ideia de provedor e chefe da família, logo são a figura central, e a mulher a cuidadora do lar é secundária, pois a esta cabe ser submissa (SANTOS, 2010).

Outro aspecto que reafirma o crime como um *locus* de masculinidade refere-se aos ganhos suficientes para manter a família. Os meninos do tráfico relatam ganhar mais no tráfico do que nos trabalhos formais, para manter sua posição social de provedor, por isso, justificam sua permanência no crime, *“pô, cara, to nessa aí porque esse aqui é o único meio mesmo de nós levar a vida [...] Então nosso único recurso é recorrer à boca de fumo, tá ligado, pra gente sobreviver, sustentar nossa família”* (S5).

Nesse modelo, o homem é o chefe da casa, é responsável pelo trabalho remunerado, exercendo autoridade sobre a mulher e os filhos. A mulher entra nesse contexto como a responsável pelas funções domésticas, dedicando-se aos filhos e ao marido (PINHEIRO, 2008, p.2).

O adolescente incorpora essa postura masculina, não mais sendo uma criança, um adolescente ou um jovem, mas se apresenta como um autêntico homem dentro deste contexto, conforme a realidade está exposta para ele. Essa realidade é uma violência contra os direitos de desenvolvimentos das crianças e adolescentes propostos pelo ECA. Em todos os casos relatados pelos meninos aparece a relação de cumplicidade para com a mãe, nos assuntos financeiros e de sobrevivência da família. A configuração familiar predominante é a monoparental – constituída nesses casos pela presença apenas da mãe.

Dentre os meninos que tiveram seus relatos analisados, oito não tiveram a presença do pai durante seu desenvolvimento, somente um jovem atua no tráfico relata a existência de um pai, porém este demonstra na sua relação para com seu filho, a importância de seu papel, para que ele não se sinta rejeitado, em sua fala *“Já dou mais carinho a ele, porque penso também, essa vida que eu levo, pode acontecer alguma coisa aí, ser preso, ganhar um tiro, morrer aí, e um filho sem pai. Isso não é minha vontade”* (S4), e depois ele acrescenta, *“O carinho de pai, que toda criança quer ter eu procuro dar pro meu filho também, pra ele não se sentir uma pessoa largada, sozinha, não achar que não tem amor de pai nem de mãe, saber que tá sendo rejeitado”* (sic).

Pode-se compreender que a presença paterna, não se dá somente no campo da existência, às vezes, você pode ter um pai, mas ele não ser presente, logo a rejeição, a sensação de largado, como o S4 afirma, é interpretada como uma forma de valorizar sua função como pai.

Essa realidade nos remete a compreensão de que estes jovens em certo momento de suas vidas assumem precocemente as funções de homem da casa. *“Pelo menos uma defesa nós tem. Se a minha coroa²⁵ precisar de um dinheiro assim, tem como mandar pra ela um dinheiro”* (S3). Pode-se perceber que eles se referem à mãe, como a figura central a qual deve se direcionar e justificar pela entrada no mundo do crime, a partir das dificuldades financeiras a que estes meninos e suas famílias são expostos.

Fazendo um contraponto a esta realidade, Oliveira et al (2008) completa, se por um lado temos resquícios do poder patriarcal, por outro a Constituição da República Federativa Brasileira²⁶ determina a igualdade de direitos entre os cidadãos, seja no gênero, na cor, na idade, nas classes sociais, porém na prática isto se diferencia e se perpetua com os ideais expostos pelo modelo patriarcal, mesmo em outra configuração familiar como as monoparentais, muitas vezes consideradas “desviantes, instáveis ou desintegradas” (YUNES et al, 2005, p. 26) e dificilmente compreendidas como outra possibilidade de existência familiar.

Destaca-se também nessa análise a referência ao modelo de família proletária (REIS, 1983) que se apropria dos padrões burgueses de família, diferenciando os papéis de homens e mulheres no interior da família, de forma semelhante à patriarcal, pois as mães passam a se ocupar da educação dos filhos e os homens se ocupam do trabalho e freqüentam os bares, que são espaços do masculino. No século XX esses papéis se afirmam e a mulher tem sua vida isolada no interior da casa e o homem tem um reforço na sua autoridade paterna. O modelo burguês nuclear é reconhecido e legitimado como modelo normal e adequado da família. As transformações do pós-guerra impõem algumas mudanças, e os direitos das mulheres se transformam em bandeira de lutas, mas os modelos de família da ordem normatizada são ainda muito potentes.

Segundo Yunes et al (2005) as famílias monoparentais de classes menos favorecida economicamente apresentam a realidade de mulheres que se tornam as

²⁵ Coroa se refere à mãe.

²⁶ No art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, descreve que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. s/n). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Esse artigo revoga o antigo Código de 1916, onde denotava ao homem o poder frente às mulheres, crianças e adolescentes, regularizando a igualdade tanto para um quanto para o outro.

gestoras do seio familiar, ocasionando num processo de feminização da classe pobre e extremamente pobre. Os autores afirmam que essas famílias são regidas pela figura feminina e que vem em crescente nacionalmente. Os autores problematizam que este tipo de família é muitas vezes compreendido erroneamente e vista com muito preconceito.

Os autores acrescentam que a realidade da classe empobrecida, é que o fato de ter só uma referência (neste caso maternal) prejudica o processo econômico da família, e sobrecarrega a mãe, e conseqüentemente os filhos, e a esta realidade, os meninos do tráfico, assumem este papel antecipadamente dentro do seu processo de desenvolvimento, com a finalidade de ajudar financeiramente a mãe, e os outros membros familiares, assumindo o lugar de provedor que emerge do modelo patriarcal (YUNES et al, 2005; OLIVEIRA, 2004).

A monoparentalidade na realidade das favelas, periferias, se relaciona e se apresenta, no discurso destes meninos, em interface, com a família patriarcal, portanto isto nos leva a compreensão de que estes jovens, para conseguirem se desenvolver numa sociedade de consumo, proposta pelo sistema capitalista, transitam entre dois modos de subjetivação perante as normas impostas das instituições familiares e da produção de subjetividades possíveis frente à globalização. Aqui aparece a interconexão destes dois modelos familiares, o nuclear patriarcal e o monoparental, percebido na fala dos meninos, *“Pô, minha infância foi tipo, até uns tempos foi tranqüila, depois eu perdi meu pai. Aí tipo pra não deixar minha mãe segurar tudo, eu fui e entrei pra vida do crime”* (S2).

É importante salientar, que não há um determinismo que configure estes meninos nestes dois modelos familiares, o patriarcal nuclear e o monoparental, porém é necessário perceber que esta relação é interpretada nos discursos dos meninos que entram no tráfico de drogas referente aos dados provenientes desta pesquisa.

Partindo do conceito de estética de si e de sujeito em Foucault, Mansano (2009) fala sobre o sujeito, o novo homem moderno, que é aquele que detém o poder de transformar o mundo e a si, a partir do ato da relação para com o outro. Ele só se faz sujeito no momento da troca com o outro, e só é compreendido como estética de si, quando este mesmo sujeito emite uma resposta diferente neste encontro. No caso dos modos de subjetivação desses meninos aparece o

assujeitamento deles perante aquilo que lhes está imposto. Portanto, eles encontram no crime um *locus* da masculinidade para responder socialmente as responsabilidades, as verdades que advêm da norma dos papéis de gênero e da instituição familiar, e conseqüentemente do capitalismo.

4.1.2.1 “Ser bandido”

Essa subcategoria foi criada a partir de outro modo de subjetivação que aparece, pois eles são relacionados com o ser bandido, e se apresentam como tais, confirmando sua masculinidade no sujeito criminoso. Estes meninos também se apresentam no mundo como os criminosos, os bandidos, os considerados delinquentes e que possuem alto nível de periculosidade.

Oliveira (2004) em seu estudo sobre a construção social da masculinidade faz um levantamento de como, em seu tempo histórico, ela foi se enraizado nas relações sociais. A masculinidade é um conceito produzido pelo campo social, com a função de distinguir os sexos. O símbolo de sua transição são os duelos, os combates, as guerras entre os homens. A masculinidade começou a ser cristalizada em meados do século XVIII, no final da revolução industrial e com advento do sistema capitalista.

Na modernidade houve uma valorização das características masculinas que estavam envoltas da honra e do poder. Para o autor, a honra é uma das características predominantes, e acoplada a ela, estão à ousadia e a coragem. Os aristocratas em seus duelos tinham que se portar desta forma, para que a honra, a força, a virilidade girassem em torno do ideal da masculinidade, para que ela fosse efetivada em suas relações no cotidiano, demonstrando poder e superioridade. Para os aristocratas, a honra era o símbolo da autonomia (OLIVEIRA, 2004).

Neste sentido, o autor acrescenta, que fora nas guerras o verdadeiro palco das características provenientes da masculinidade. Oliveira (2004) a partir dos conceitos de Weber demonstra que o exército, a proteção do Estado, vivia no monopólio da utilização da força, pois os homens eram convidados (ou convocados?) pelo ilusório ideal disseminado entre a sociedade, que por uma “causa nobre”, pela “defesa da pátria”, estes homens eram as figuras consagradas por suas virilidades e atos de coragem (repleto de violência), que consagrou o ideal

do patriotismo. Dessa forma, o patriotismo, militarização e masculinidade caminharam juntos, lado a lado (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Portanto o *ethos* guerreiro foi disseminado socialmente e ganhou destaque mundial perante as populações. No século XIX, o ápice da masculinidade se encontrou nos “três ‘P’: potência, poder e posse, que definiram a ideologia masculina” (OLIVEIRA, 2004, p. 27). Na entrada do século XX, a honra está no auge e a moral em débito, pois a violência dos atos fora compreendida e difundida socialmente, como confirmação do jeito de ser homem (OLIVEIRA, 2004) e pode-se compreender que a sociedade autoriza que o homem possa vir a ser violento, ou espera dele que o seja.

Pode-se compreender que a norma social foi se configurado nas relações das populações, assim como compreendia Michel Foucault em seu texto, “o sujeito e o poder” (2009), pois se estas relações são de um poder circulante, que ora está com um, ora com o outro, faz com o modo de subjetivação do ser bandido, delinqüente, se confirmar neste momento, onde o ideal masculino está no senso comum, e que para a sua constituição de sujeito encontra essa formação na relação de cada homem perante a norma, o saber, a verdade imposta. Isto porque, se no mundo globalizado não há espaço para esses meninos, suas formas de se sentirem denotados de algum valor social, pode ser compreendido pelo fator da masculinidade e do crime, mesmo que pela via contrária, estes meninos se incluem na sociedade por este corredor.

Nos relatos dos meninos frente à temática do protocolo bandido podem-se perceber as características da masculinidade que se subjetiva sendo parte integrante do crime, acaba por aparecer adjetivos positivos. O S5 apresenta uma controvérsia entre se perceber como bandido, em suas falas, “*Eu não sou bandido não, eu tô aqui porque eu preciso, certo, ajudar dentro de casa, porque eu não quero ver minha coroa sofrendo*” (sic), e depois ele refaz a sua fala:

“Pô, ser bandido pra mim é procurar conviver com todo mundo, agir da melhor forma, nós não podemos vacilar. Ser bandido para nós é o que nós tamos fazendo aí, nós tamo correndo atrás do nosso ganha-pão aí, ajudando, fortalecendo nossa família [...] Ser bandido pra mim é ser um homem sagaz, do jeito que nós é” (S5).

Pode-se perceber que a criminalidade está por ser um homem sagaz, esperto, e a possibilidade de ajudar nas despesas domésticas, encontrando no

crime a opção de desenvolvimento econômico e subjetivo, se legitimando destes frente às normas sociais que definem o ser homem.

Em contrapartida, a única entrevista realizada com um adulto, fala sobre sua vida adolescente no mundo do crime, e que há cinco anos não está mais envolvido. Em relação ao se considerar bandido, ele diz que *“Antigamente eu achava que malandragem era ser bandido”* (S6) e acrescenta que quando virou bandido foi porque *“Na minha época era difícil. Pra tu ganhar mulher tu tinha que ser bandido”* (S6).

Foucault (2011) em seu texto *“Vigiar e punir”* ao abordar o criminoso, o dito delinqüente, apresenta as ambivalências das relações sociais, pois de um lado ele é punido, por outro ele é glorificado. E nesta relação que coloca o bandido como aquele que deve ser vigiado e controlado, por aquele que é considerado o investigador, o policial, aquele que detém o poder autorizado da higienização da manutenção do controle da ordem, em prol do bem estar da sociedade.

Foucault (2011) acrescenta que o criminoso também denota uma beleza, e que quando isto foi detectado, foi atribuído um poder glorificado aos praticantes do crime. *“Porque é uma das belas-artes, porque só pode ser obra de seres de exceção, porque revela a monstruosidade dos fortes e dos poderosos, porque a perversidade é ainda uma maneira de ser privilegiado”* (p. 66). E de ser homem, masculino, logo *“o crime é para os machos”*.

As características do crime são privilégios de grandes homens *“por suas astúcias, sutilezas e extrema vivacidade de sua inteligência, o criminoso se tornou insuspeitável; e a luta entre dois puros espíritos – o de assassino e detetive – constituirá a forma do confronto”* (FOUCAULT, 2011, p. 66) e assim, se instaura uma nova forma de controle social, pois *“está feita a divisão: que o povo se despoje do antigo orgulho de seus crimes, os grandes assassinatos se tornaram o jogo silencioso dos sábios”* (FOUCAULT, 2011, p. 67).

A população compreende o ser bandido, como uma identidade bandida, o que dificulta a superação dos ditos criminosos, pois se preenchem determinados requisitos, os sujeitos já são demarcados como os futuros delinquentes. E a norma social referente a esta realidade está na classe social, cor e idade. No caso destes meninos, eles pertencem às chamadas classes pobres ou extremamente pobres,

são menores de idade, e a cor é negra ou mestiça²⁷. Neste sentido a um novo assujeitamento destes meninos frente à norma, pois se em sua maioria são negros, pobres e jovens provindos de periferia, a sociedade os reconhece como os futuros criminosos (TERRA, 2010).

Outro dado relevante apresentado pelos meninos é que eles sabem que ser bandido não é considerado algo positivo, muito menos um bom exemplo. *“Eu não sou um bom exemplo por eu ser bandido” (S4)*. Por outro lado, o estar no crime faz com que o título desta categoria fora construído, pois para ser do crime é preciso ser macho. Estes meninos se submetem a norma ao ocuparem o lugar do masculino em sua família, ao trabalho, ao crime, porém a recompensa é a dificuldade encontrada ao assumir esta vida, prisão, morte, cadeira de rodas, entre outros: *“É um negócio sério mesmo, e aí já na língua do tráfico de droga e do nosso entendimento que o bagulho é sério, não pode ter erro que gera morte” (S2)*. *“[...]a gente tá na vida do crime pra isso, pra matar ou pra morrer” (S3)*.

Essa realidade apresentada por estes meninos é o palco da guerra, do confronto, que o autor Oliveira (2004) cita em seu livro, pois no combate é afirmada a virilidade, no ato de violência, o homem em prol da honra, tem que estar pronto tanto para matar quanto para morrer, tem que estar pronto para o duelo.

Neste sentido, Oliveira (2004) descreve sobre a ambigüidade destes locais de duelos (guerras), pois por um lado existe o sacrifício, de se encontrar diante com a morte e, por outro lado, o encorajamento da possibilidade de enfrentá-la. Essa ambigüidade está no âmbito sacrifício-sabedoria, pois aos sujeitos que voltavam das guerras, havia homenagens, a qual lhe era referenciado o respeito, a admiração, a bravura, a honra.

A masculinidade estava diretamente relacionada ao sacrifício, a uma ascese que levava à purificação pessoal. A base disso era a conexão, a estreita imbricação entre ela e elevados ideais societários traduzidos como liberdade, soberania, capacidade de resistência, potência, entre tantos outros, todos girando em torno de uma glorificação do socius, identificado como a pátria, a terra natal, a nação (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

Essas relações aparecem como alternativa de confirmar a virilidade e o consumo destes meninos que são praticantes do tráfico, pois adquirem aquilo que

²⁷ Esta realidade da cor dos meninos só foi possível a partir do acompanhamento do vídeo do documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*, pois o livro não dá suporte para esta informação.

não está proposto para eles, de roupas e sapatos de grife, a alimentos de diversas marcas, a possibilidade de obterem seus bens como casa, carro e, conseqüentemente as mulheres, logo uma nova submissão desses meninos referente à norma aparece. Entretanto há um preço a pagar, pois suas vidas são entendidas como mercadorias, podendo desaparecer a qualquer momento.

Nos relatos dos meninos, o tráfico é uma atividade séria e a demissão não é do ambiente de trabalho, mas do campo de existência social, ou seja, a morte. E ao crime tem respeito, fidelidade para com os demais da firma²⁸. Outro dado apresentado nos relatos, foi que por serem menores de idade não podem trabalhar, logo não podem ajudar em casa, e isto acaba sendo uma relação que demonstra que o tráfico pode ser uma possibilidade para estes meninos de se inserirem na via do consumo que o capitalismo propaga. *“Porque é uma maneira de ganhar um dinheiro, que nós menor, nós não vai conseguir uma batalha maneira, não tem como” (S3).*

4.1.2.2 “Falcão não dorme”

Jovem, preto, novo, pequeno. Falcão fica na laje de plantão no sereno. Drogas, armas, sem futuro. Moleque cheio de ódio invisível no escuro, puro. É fácil vir aqui me mandar matar, difícil é dar uma chance a vida. Não vai ser a solução mandar blindar. O menino foi pra vida bandida. Falcão – Mv Bill (2006).

Essa subcategoria vai ao encontro com a categoria e subcategoria acima, porém está pautada nas funções que cada adolescente desenvolve no tráfico, quais os cargos que eles exercem.

Um dado importante, na construção da masculinidade do ser bandido está na função que esses meninos exercem perante o tráfico de drogas. Apareceram nos relatos a função de falcão, vapor, fortalecedor e endolador. Esses meninos, apesar de parecerem estar bastante envolvido com o crime, na verdade tem cargos baixos e estão submetidos tanto a violência dos gerentes e patrões das bocas, como são os principais alvos da polícia e da mídia, e são os que morrem com mais freqüência (FEFFERMAN, 2006; ZALUAR, 1994).

²⁸ É como eles se referem à boca de fumo.

Insta ressaltar, que as funções exercidas se modificam de uma boca de fumo para outra, pois cada uma tem seus valores e princípios, o que contrapõe a ideia do tráfico de drogas como o crime organizado, que nem o jogo do bicho (OLIVEIRA, 2002, FEFFERMAN, 2006). Segundo Magalhães (2000) em seu livro “O narcotráfico” apresenta qual a finalidade do Brasil no comércio ilegal de drogas, afirma que “não há registro de que, por exemplo, traficantes de dez morros próximos alguma vez tenham se reunido, como fazem os bicheiros, para planejar os negócios em conjunto” (p. 18), o que pode ser percebido que cada favela terá sua hierarquia na função do tráfico, e cada boca tentará defender seu território de outra facção e da polícia.

Organizações como CV (Comando Vermelho), CVJ (Comando Vermelho Jovem), 3º Comando e ADA (Amigos dos amigos) não tem um vínculo que permita ações amplas e coordenadas. As quadrilhas se unem para tarefas pontuais. No dia a dia, é cada um por si: O ‘movimento’ de um local compete com o vizinho, cobiçando o controle da boca alheia (MAGALHÃES, 2000, p. 18).

Quando o documentário estava sendo gravado, os dezessete meninos não se conheciam, e cada um era de uma região específica no Brasil, lugares como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Campo Grande e Santa Catarina, entre outros, foram locais de abordar os meninos que estavam envolvidos com o crime.

A função mais recorrente desses meninos é a do Falcão, que é semelhante aos olheiros, fogueteiros. Falcão é proporcionar a segurança de quem está fazendo a transação do comércio de drogas. Através de rádios, foguetes, eles acionam aos outros membros da firma, alertam sobre a entrada de policiais ou facções inimigas (BILL e ATHAYDE, 2010). *“Eu fico na contenção do vapor, entendeu? O vapor traficando, e eu na contenção deles. Se os home brotar ali, eu solto fogos, corro, e eles se escondem” (S1).*

Segundo Magalhães (2000), os ‘olheiros’, ‘fogueteiros’ e ‘soldados’ do morro de Laranjeiras do Rio de Janeiro, se configuram da seguinte maneira, os dois primeiros estão sob a função de indicar a entrada dos inimigos, compreendendo tanto polícia quanto outras gangues, facções. “Normalmente são crianças ou adolescentes. Soltam rojões, fazem manobras com pipas, anunciando as ameaças” (p. 17). Soldados para o autor “fazem a segurança – armados, naturalmente” (p.17).

Nesse sentido, pode-se compreender que Falcão, na realidade dos meninos do documentário, é a junção do olheiro com o soldado, pois os meninos do documentário, além de fazer a contenção, de ficar sempre em estado alerta para visualizar a entrada de terceiros, eles estão sempre armados. A descrição do Athayde (2010) sob o menino que atuava no tráfico como falcão “Falcão, em cima da laje, com uma AR – 15 na mão” (p. 79). Sobre a arma será debatido na subcategoria, “também morre quem atira” do próximo capítulo.

A segunda função mais recorrente é a do Vapor, que é o menino que faz o tráfico de drogas, de maconha e pó, considerado traficante, porém não é chamado como traficante, pois o traficante não é quem sempre está na pista, vendendo, mas é também aquele que fornece ao vapor a droga, que mantém o contato direto com o chefe, o patrão. No livro, vapor é compreendido por essa nomenclatura, porque ele tem que evaporar quando a ameaça aparece, a polícia (BILL e ATHAYDE, 2010).

Segundo Magalhães (2000) “os vapores atendem os clientes” (p. 17), ou seja, é o cargo do tráfico que está em contato com o usuário, é o que está mais suscetível a ser pego pela polícia, pois é o que fica mais em evidência, o que confirma a ideia da nomenclatura. Nos relatos dos meninos também pode perceber que eles não se sentem vendendo o mal para as pessoas, e compreende isso como um trabalho comercial, que vende um produto destinado a um grupo de consumidores. *“Quem quiser cheirar, vai cheirar, quem quiser fumar, vai fumar. Isso é um negócio para arrumar dinheiro, a gente não obriga ninguém a fumar ou cheirar” (S1), “Usa quem quer. A gente não tá pedindo pra ninguém comprar não” (S3).*

Vale ressaltar que essa função do tráfico de drogas é mais valorizada tendo mais visibilidade hierárquica do que as outras funções que estes meninos exercem, seja de falcão, fortalecedor ou endolador. *“Ser vapor é vender o café e a farinha, fazer dinheiro pra boca, ficar num pronto estratégico” (S4).*

Dessa forma, Magalhães (2000) acrescenta que a mercadoria (droga) também recorre ao *marketing*, proporcionando a concorrência entre as bocas. No caso, nos pacotes em que as drogas chegam à mão do consumidor, vem com carimbos, ou figuras “já foram populares a cocaína ‘Viagra’ (‘levanta qualquer um’), ‘Titanic’ (‘tão boa que afunda’), ‘Maradona’ (‘pura como a que derrubou o argentino’), e ‘A Indomada’ (‘essa na época da novela homônima da Rede Globo’)” (p. 22).

Essa realidade apresenta como o consumo também é proporcionado por esses meninos, visto que suas mercadorias são tratadas como um trabalho formal, seguindo as normas sociais do trabalho. Em um dos casos relatados no livro-documentário, aparece a droga do Osama Bin Laden, porém eles não entram a fundo nesta relação.

As outras duas funções são o fortalecedor, *“eu fortaleço os amigo da minha forma, e eles fortalece da forma deles, se precisar de uma ajuda pra comprar um negócio, eu vou. Fazer um favor [...] e pretendo ser do crime”* (S3). O fortalecedor ainda não está no crime, mas está sendo recrutado pelo chefe para o ser, é um tipo de aprendiz. Esses meninos elegeram seus fiéis²⁹ como seus exemplos. Quando o entrevistador pergunta ao S3 quem é seu ídolo, ele responde: *“É nosso fiel... nossos fiel, tipo assim, fortalece a gente”* (sic), *“Quem mais gosto? Do meu fiel. Do meu fiel, pô”* (sic).

A última função que aparece no documentário é a endolação, que segundo Magalhães (2000), é o local onde a droga é dividida e empacotada, um processo anterior a venda da droga, ou seja, eles trabalham na etapa anterior ao vapor. Conforme o relato, *“nós tamos aqui só pra endolar. Daqui a droga tem outro destino, tá ligado? Daqui ela já vai pra mão do vapor, de outros amigos [...] Daqui o bagulho já vai pras mãos de outros amigos. Não tem nada a ver com nós”* (S4).

No final desta entrevista, o entrevistador, Mv Bill, descreve como eles estavam trabalhando, *“enquanto isso, eles colocam pó nos pratos cheios de cocaína. Um joga os sacolés, e outro vai dando nó”* (BILL; ATHAYDE, 2010, p. 189). Insta ressaltar que a endolação é tanto para cocaína como para outras drogas (MAGALHÃES, 2000).

Outro dado importante é que estes meninos por exercerem essas funções, suas rotina são de dedicação exclusiva ao meio do tráfico. Conforme seus relatos: *“meu dia a dia é dormindo nas lajes, nas casas das tias, e assim eu vou vivendo a vida”* (S3). Na fala de S3 pode ser compreendida que seus dias é estar dos lados dos amigos, amigos compreendidos em suas falas como o fiel, o patrão, o chefe, o modelo, *“Não faço nada, fico o dia a dia junto com os amigos. Se pedir pra fazer um negócio eu faço. E é isso”* (sic).

²⁹ Forma como eles referenciam ao chefe, patrão, gerente da boca e demonstram sua admiração e idolatrismo.

Nesse sentido, pode-se compreender que os modelos desses meninos aprendizes do crime são acerca das pessoas que estão atuando crime e possuem cargos altos, com os gerentes e chefes de boca, pois é interpretado como suas possibilidades de se incluírem no sistema, de uma forma não humilhante, pela via do trabalho escravo (ZALUAR, 1994). A autora ainda afirma que, esse desejo de acender no crime, vem com uma ideia que prevalece no campo do trabalho, a maioria dos sujeitos deseja cargos mais altos, que lhe darão mais status e dinheiro, portanto “o prestígio entre os bandidos no mundo dos tóxicos, porque é de tóxicos que se trata, significa poder controlar bocas e subir na hierarquia que vai do avião ao vapor e por fim ao traficante, tendo assim acesso a parcelas crescentes na divisão de lucros” (p. 10).

Outra realidade interpretada é o fato que além de se dedicarem totalmente ao tráfico, abrindo mão de seu espaço de desenvolvimento infantil e juvenil, esses meninos sempre estão colocados frente a agressões e até mesmo a morte. O S1 afirma que se errar em sua função muita coisa ruim pode acontecer, em suas palavras: *“Pô, ganho porrada. Ou então, sai desativado, saio da boca, já me tiram da boca. Se eu dormir, se tiver um amigo, tipo responsa, tipo que te considera, vai te tirar da boca. Mas se for um amigo tipo neurótico, se for um amigo neurótico, vai te meter a porrada [...] Pode morrer por isso? Morre” (sic).*

Nesse caso, amigo é como ele denomina seus aliados do crime, “Os amigo é o crime” (S1), porém sua concepção de amigo responsa é aquele que não precisará te matar, mas te despedirá da sua função, pois você errou naquilo que lhe foi dado como responsabilidade, logo é visto como uma saída vantajosa, por outro lado, ele pode agredir fisicamente o menino e até mesmo matá-lo, contextualizando desse jeito a realidade violenta que esses meninos são expostos diariamente.

Magalhães (2000) afirma que a realidade de crianças e adolescentes no crime, é a classe que mais está suscetível a morte. Referente a isto, a temática juventude (lazer) do protocolo, foi preenchida duas vezes somente, o que demonstra que esses meninos não tem atividades extras, pois neste caso, o silêncio deles pode ser traduzido, pelo fato que atividades fora do tráfico não são convenientes. O S1 explicita que *“não tem como sair da favela. É o que eu to falando, os polícia é safado. A gente sai da favela, já tem um X-9 escutando a gente, já falam que a gente vai sair da favela [...] É melhor ficar aqui mesmo” (sic).* O S2 reforça esse relato

ao dizer que ao entrar no crime muitas necessidades foram supridas, porém muitas foram anuladas, em suas palavras:

“antes eu tinha uma vida com algumas necessidade, mas até então eu podia andar tranqüilo, não se escondia de polícia, não tinha inimigo nenhum, então eu andava tranqüilo. Agora já não é mais a mesma coisa. Agora a minha vida não é mais a que era antes. Eu não passo mais as necessidade que eu passei, mas agora eu sou escondido, eu tenho que fugir da polícia” (sic).

Os relatos nos apontam para um impedimento a vivência da infância e da adolescência. Eles são tomados por compromissos e responsabilidades, com suas famílias, com seus patrões e com seus parceiros de atividade. O S6 aponta como funcionam as normas do crime:

O cara é bandido não tem liberdade pra ir e vim. Você não vê vagabundo com a namorada no shopping. Porra, então é maneiro, você vim do trabalho, pegar a tua namorada e ir no shopping. Tá entendendo? Ficar à vontade? Você não pode. Você vê que no crime, você anda escondido, porque você pode rodar³⁰ (sic).

A esta realidade o S6 ainda contribui para a percepção da entrada de crianças e adolescentes no mundo do tráfico, e de como esta realidade se dá, em suas palavras:

Os menor vai entrando mesmo. Mas com 14 anos os moleque já tá fazendo filho. Eu acho um absurdo uma criancinha de 7 anos, que outro dia, passou na revista, um bagulho montado. Sei lá, eu acho que claro que vai vir um molequinho de 7 anos e eu não vou aceitar na boca. Agora, 13, 14 anos... Tem nego aí de 13, 14 anos que é frente numa boca, irmão. Aí, o cara já tem disposição. Não é que você vai proibir, o cara já é um homem, já faz filho, já briga na mão. Então não tem como tu proibir. Se você sabe, se ele botou na cabeça que ele quer ser bandido, irmão, se ele não fumar aqui vai fumar noutro lugar. Aí melhor ele fumar no lugar em que ele foi criado. Agora esse papo, de 7, 8 ano isso é cão. Em toda minha vida do crime eu não vi (sic).

Estes meninos se subjetivam como homens, adultos. E por quê? Se na sociedade contemporânea, as classes médias e altas priorizam aos jovens, a diversão, o lazer como temas centrais na constituição dos sujeitos. Pode-se perceber que esta realidade está ligada à desigualdade social, ao lugar reservado a

³⁰ Rodar é como eles se referem a possibilidade de serem pegos pela polícia, logo ser preso ou morrer.

esses jovens na sociedade e as possibilidades que eles reconhecem como a forma de participar dessa sociedade – vendendo um produto que muitos querem a droga.

Outro dado importante é o fato de que esses meninos, quando são questionados pelos entrevistadores, do porque continuam no crime, quais as vantagens, eles respondem: *“As vantagens? Pô, eu não vejo vantagem nenhuma, porque até então a gente só ganha mesmo o que pode ganhar nessa vida: cadeia e morte. Ou então uma cadeira de roda”* (S2), e mesmo não vendo vantagens eles continuam no crime, e eles acrescentam, *“isso daí é nosso único objetivo, sair dessa vida. Mas como? A sociedade não dá oportunidade pra nós, pô, nós temos que viver nessa aí mesmo, de drogas, tráfico. Porra, se um dia eles derem oportunidade, eu pretendo sair dessa”* (S5), o outro afirma: *“É errado. É errado, mas é a vida que eu quero, é assim mesmo. Pô, escolhi essa vida pra mim, é assim mesmo que eu quero. Trabalhar, eu vou trabalhar, não vou conseguir emprego. Pô, irmão é fogo”* (S1).

Zaluar (1994) em sua pesquisa problematizou a questão que uns sujeitos dizem estar no crime porque escolheram, porém a uma contradição, pois ao mesmo tempo dizem querer, eles também dizem não agüentar mais essa violência e a vida que levam. Nos relatos acima percebe-se essa contradição, o S5 diz que está exercendo sua função porque é aquilo que os governantes querem, ou seja, que a norma quer, o S1 diz que é uma escolha, mas termina sua justificativa dizendo que um trabalho ele não conseguirá, porque não tem emprego, e mais a frente ele relata que sairia dessa vida por um emprego que desse um salário decente *“Só se for um emprego bem...bem...pra arrumar um dinheiro bem grande [...] Mil e quinhentos. Mil e quinhentos tá bom. Que sustente a minha família”* (sic).

Dessa forma pode-se compreender que estes meninos não escolheram diretamente esta vida, outros atributos influenciam a sua entrada nessa realidade, logo não é um desejo ser um criminoso, mas uma necessidade de se incluir num sistema tão excludente. E ainda são os algozes sociais e se percebem como tais, pois eles percebem o quanto são desqualificados e excluídos pela sociedade em geral, em suas palavras *“a gente é visto como um animal, não como um ser humano”* (S2).

Isto é interpretado como outra forma de se submeterem a regra imposta, de aos pobres há duas saídas trabalhador operário com baixos salários ou

criminosos, que tem aquisição de mais capital, porém suas vidas são tomadas pela instituição que é o crime, e suas regras. Os adolescentes do documentário se voltam para o crime como forma de se assujeitarem a realidade da exclusão social e se incluírem pela via perversa do consumo (ZALUAR, 1994; FEFFERMAN, 2006).

Outro dado relevante é o fato que eles sofrem por ser o único grupo perseguido e vigiado pelos dispositivos de poder (polícia), e por isso criticam o país e a justiça, em sua palavra *“País injusto. Injusto. País injusto. O que nós tem é isso aí. Mas os verdadeiro marginal mesmo tá de terno e gravata. De terno e gravata e a justiça não vê isso”* (S1).

A essa realidade, pode-se interpretar que este sofrimento de padecer da perseguição do ódio social (ZALUAR, 1994) como forma de confirmar uma relação pobreza-criminalidade é a realidade no Brasil, pois rico não vai preso, mas pobre é enjaulado. Diariamente pessoas morrem em frente aos hospitais, em bancos e supermercados o troco do pagamento não é equivalente, ou seja, a moeda de um centavo dificilmente é entregue ao comprador, e a esta realidade não há questionamentos, porém a estes meninos o bode expiatório é reativado todos os dias em noticiários, jornais, revistas, criando a classe criminosa dentro de uma biopolítica (ZALUAR, 1994; FOUCAULT, 1997).

4.2 ANÁLISE DO SEGUNDO OBJETIVO

Esse capítulo se refere ao segundo objetivo dessa pesquisa, de identificar às práticas que objetivam os meninos do documentário em seus modos de subjetivação acima expostos.

As práticas foram analisadas em temáticas como comunidade, armas, religião, amigos/inimigos, sonhos e morte.

4.2.1 “Os patriarcas”

As práticas que objetivam os meninos do tráfico se relacionam com a rotina e as regras estabelecidas com o tráfico de drogas. A entrada no mundo do crime lhes impõem mudanças, mudam-se as regras, e as suas atitudes tem que estar compatível com essa realidade. A forma de se objetivar no mundo é a afirmação de seus modos de subjetivação. (FOUCAULT, 2011, 2009; MANSANO,

2009). As relações do capitalismo, e seu consumo, juntamente com a masculinidade aparecem como um grande fator para a entrada destes meninos no tráfico, e é possível percebê-las em suas práticas objetivas, logo em seus atos viris e suas relações com a igreja. Por outro lado, o ato viril também é compreendido como uma forma de resistência desses meninos perante o poder e será melhor debatido na análise do terceiro objetivo.

Um dado coletado que vai ao encontro com esta realidade, é a relação dos meninos do tráfico com a comunidade. Eles também aparecem como benfeitores, porém em troca, necessitam de favores. *“Se tiver faltando gás em casa, pedem dinheiro para comprar gás, a gente vai fortalecer pra comprar gás. Se tiver faltando alguma coisa de comida, a gente fortalece. Se tiver alguém doente, a gente vai dar também remédio [...] A troca? Só respeito. Só isso” (S1).*

O respeito a que este menino se refere é o de não denunciarem eles a polícia, e os ajudarem quando preciso, conforme o relato:

“Dentro das casa do morador. Qualquer porta que tiver aberta a gente entra. Tem alguns que não abrem a porta pra gente não. É esses que caquetam a gente pros policia, entendeu? Se não abrir a porta pra gente, vai ter que se mudar pra outra comunidade melhor, entendeu? [...] A gente só vai entrar pra casa deles se esconder, e aguardar os home sair da favela. Só isso só” (S1).

Zaluar (1994) expõe que não existe consenso entre a relação da comunidade trabalhadora e pobre com os considerados criminosos, no sentido de que a convivência com o crime trouxe, ou não, mais prejuízo a esta classe. Entretanto a realidade é que este grupo está à margem do sistema, expostos ao sofrimento diário. *“Além dos baixos salários, da inflação, do emprego irregular, da doença, agora também a preocupação com os filhos, com o roubo, com as balas perdidas, com quem se fala, com o que se diz, com o samba desfeito pelo tiroteio, com o lazer azedado pela insegurança” (p. 137).*

A autora fez uma pesquisa em duas etapas, a primeira com trabalhadores de uma comunidade do Rio de Janeiro, e a segunda com pessoas que já se envolveram com o crime, e o propósito era o de comparar e caracterizar a relação comunidade-criminoso³¹. Os considerados criminosos responderam questões sobre

³¹ Dado retirado do livro: O condomínio do diabo, de 1994, onde Alba Zaluar fala sobre esta pesquisa. Ver capítulo “Nem líderes nem heróis: a verdade da história oral” (p. 136).

o que eles consideram ser bandidos, e o resultado foi “uma identidade social construída em torno da característica pessoal e interna: a disposição para matar” (p. 139), para a comunidade o bandido é aquele que usa diariamente “a arma na cintura” (p. 139) e está diariamente conectado ao crime, o que a autora compreende de “características externas” (p.139).

Pode-se perceber que os meninos do documentário *Falcão: meninos do tráfico*, também apresentam o discurso da disposição para matar, e usufruem dessa disposição para manter a ordem e o exemplo perante a comunidade. Para manter a ordem eles oferecem segurança à comunidade “*Ah, porque tipo assim, a gente luta pela comunidade ficar na moral. Se tiver roubo à gente corrige. A gente luta pela comunidade, se tiver roubo, estupro, a gente corrige*” (S1).

Nessa perspectiva de manter a ordem e segurança da comunidade, a aliança entre comunidade e criminoso, acontece. Zaluar (1994) afirma que paradoxalmente essa segurança é provinda do traficante, e não dos governantes. Porém a autora destaca que a comunidade os caracteriza como “protetores” “um bom bandido” (p. 139) o que não faz do criminoso um herói da comunidade, mas alguém que pode sanar algum problema.

Todavia nessa relação de territorialismo, também aparece outra realidade, visto que os donos da boca são o padrinho da comunidade, no quesito, apoiar e assegurar. A autora pontua que a relação dos moradores com os criminosos, também se dá numa via de mão dupla, que às vezes apanha o trabalhador comum para a realidade do crime, e acaba configurando a cultura viril e criminosa, e relacionando a ideia de favela como fabricação de bandidos.

Como um homem não pode deixar provocações ou ofensas sem respostas, a invasão do espaço também é interpretada como tentativa de emasculação. Um trabalhador, provocado por pessoa de fora, pode encontrar, no bandido, aquele que vai revidar por ele ou que lhe empresta a arma para que ele mesmo revide [...] O narcisismo masculino é uma faca de dois gumes: ao ser satisfeito, pode destruir o trabalhador, que acaba perdendo sua identidade. O bandido seria, neste caso, o que se perdeu na tentação de nunca ser humilhado (ZALUAR, 1994, p. 140).

É nesse momento em que a autora descreve o título de seu livro “*O condomínio do diabo*”, pois se o trabalhador da comunidade recorre ao bandido a este tipo de ajuda, ele está diretamente sendo envolvido no crime, compreendendo assim, a ocorrência em busca de sua masculinidade, em não se deixar humilhar,

logo pode ser o ponto que relaciona favela ao lugar de bandido. Consequentemente faz do trabalhador comum, a partir de um único ato, o verdadeiro criminoso, monstro social.

Outro ponto importante é que a relação do criminoso com a comunidade não está pautada só nos ditames masculinos, mas nos ideais consumistas, pois o que diferencia o criminoso da comunidade trabalhadora, é que ambos dão conotações diferentes para o dinheiro, e por isso, frente à norma social, os meninos do documentário inclinam para a realidade do crime. Enquanto a comunidade está dedicada a lidar com o orçamento familiar, os bandidos gastam tudo, que nem é usado em seus jargões como “vem fácil, vai fácil³²”, logo “é orientado para o prazer imediatista, sem precauções com o futuro” (ZALUAR, 1994, p. 142).

Dessa forma, os meninos do documentário, se assujeitam mais as normas, na medida em que reproduz nas suas relações sociais a norma vigente, mas tem uma norma que eles não se assujeitam – cumprir a lei – respeitar a autoridade policial, eis aí uma prática de resistência, que será abordado na análise do terceiro objetivo, na categoria “Bandido *versus* Polícia”.

4.2.2 “O palco da masculinidade”

Os meninos do tráfico descrevem os confrontos, duelos nas relações entre os que são eleitos como amigos e inimigos. Os inimigos aparecem com as facções inimigas que querem disputar a boca, o território. A essas facções eles denominam de terceiros. Os outros inimigos eleitos por esses meninos é a polícia, porém será debatido na análise do terceiro objetivo, compreendendo essa relação como prática de resistência.

Nos relatos desses meninos aparece que essa guerra entre as facções já está tão naturalizada que o S1 relata, que ao encontrar o inimigo, a ação dele estará pautada em matar ele e vice-versa, em sua fala: “*Me mata. É a mesma coisa de a gente pegar eles: a gente mata eles também. É tipo já é rival nosso e a gente já é rival deles*” (sic).

É importante ressaltar que estes duelos não estão pautados somente no ato, mas o que deles deriva. Oliveira (2004) fala sobre essa relação de poder, pois

³² Retirada da música “Vida loka” do grupo Racionais Mc’s.

“injúria, sarcasmo, ironia e provocação, ou mesmo um desafio direto ao oponente, é o que implica da parte do desafiador a dúvida quanto ao caráter da honra do desafiado” (p. 24).

Nesse sentido, as relações estabelecidas entre o bandido *versus* facções inimigas, estão pautadas na desvalorização dos sujeitos perante os atos, ou seja, quando aquele quer vir tomar o espaço do outro, as características da masculinidade, como a honra é que está em jogo. Essa relação de poder na prática de lutas de um sobre o outro, coloca em questão os modos de subjetivação frente às práticas objetivas, pois a questão masculina está por volta deste duelo e seus atos viris nas resoluções de conflitos.

Em *Falcão: os meninos do tráfico* esta realidade é enfatizada, quando eles falam sobre as outras facções que querem invadir seu território de ação. “Guerra é assim. Uma área que foi nossa dá golpe de Estado. Daqui a pouco, eles dão um ataque na gente, a gente tem que se mandar da nossa área por causa deles, depois fazer de tudo pra gente voltar pra nossa área, expulsar eles [...] É né? Tem que defender o nosso território” (S4). Quando o menino se refere “É né?” é porque o entrevistador questiona “O preço disso são vidas?”.

A relação com as outras facções são embasadas nas relações de lutas masculinas pelo seu território, e do que deriva esse duelo, muitas vezes envolta da relação do capital, logo confirma também a relação do consumo, além da masculinidade, conforme o relato de S4, “Porra, de quem é essa guerra? Nem sei dizer de quem é essa guerra. Eles tentam tomar o nosso ponto de venda. Eles crescem o olho, na nossa venda, e a gente não pode deixar eles invadir a nossa área para arrumar o dinheiro que nós arruma” (sic).

Pode-se compreender que essa relação que eles mantêm com seus inimigos, as outras facções, são práticas que objetivam esses meninos no mundo, ao ingressarem na vida do crime, submetendo-se as regras impostas, “a gente tá na vida do crime pra isso, pra matar ou pra morrer” (S3), a partir disso entende-se que quando entram no tráfico, o duelo, a guerra é uma realidade, e que eles tem que estar preparados para morrer ou para matar. E estar preparado para o combate é a objetivação desses meninos no mundo, a partir do modo de subjetivação da masculinidade, logo do ser bandido.

Esta realidade pode ser melhor compreendida, quando os meninos relatam que o ato de matar está mais em uma defesa, pois a norma que está no tráfico de drogas é que é preciso matar para se manter vivo, e quando praticam tal ato, o S1 expõe: *“A gente mata, mas tem aquele pensamento ruim pra deitar, tá ligado? Pra deitar, a gente para pra pensar legal o que a gente fez. As vez pra deitar assim é fogo...A gente vê a pessoa viva, depois vê a pessoa morta. É sinistro” (sic)*

Esse relato leva a compreensão, de que esses meninos não tem desejo, prazer em matar, acabam fazendo por reafirmarem um ideal, uma proposta a qual estão imbricados que é o comércio de drogas. Numa realidade que os coloca a frente, ou seja, se eles não matarem, eles sentem a ameaça continuamente, e por isso se colocam nessa disposição para matar, que Zaluar (1994) afirma que é a maior característica dos sujeitos que adentram ao tráfico e conseqüentemente a criminalidade, pois em sua pesquisa, a autora obteve resultados em que a maldade era a resposta mais recorrente no senso comum que conectava o homem bandido com lugares demoníacos, e os faziam de verdadeiros criminosos, monstros.

Nessa perspectiva, a próxima categoria aborda essa relação bandido-maldade, a partir dos resquícios do poder estabelecido pela igreja, e abordado no sistema capitalista, como um dispositivo de controle, que faz com que algumas pessoas da sociedade sejam eleitas como demoníacas. Entretanto, além de assumirem tais locais, a arma aparece como o principal instrumento da masculinidade na resolução dos conflitos entre as facções.

4.2.2.1 “Também morre quem atira”

“Meu irmão é só desse jeito consegui impor minha moral, eu sei que sou caçado e visto sempre como um animal” (Hey Joe – O Rappa).

As armas são os instrumentos mais utilizados por esses garotos, seja para indicar respeito, defesa, honra com propósito de utilizar a vida como meio para atingir seus objetivos, compreendendo a morte, como algo que está sempre colocado a prova, e eles tem que estar sempre em alerta. Os duelos antigos e suas espadas foram substituídos por guerras entre as gangues, facções inimigas, e policia através do domínio de um sobre o outro, a partir da utilização da arma (ZALUAR, 1994; OLIVEIRA, 2004).

No documentário *“Falcão: os meninos do tráfico”*, a maioria sempre está com um revólver na mão, na cintura, ou em qualquer outro lugar, mas que esteja exposta. A descrição do Celso Athayde sobre o S2 *“Falcão, em cima da laje com um AR-15 na mão”* (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 79). Dos seis protocolos, apenas em um dos sujeitos não apareceu esta temática.

A arma aparece como forma de defesa dos meninos frente à morte que é uma constante em suas vidas, já que no crime estão se subjetivando, *“Uso (arma). Pra trocar tiro com os polícia. É uma defesa também né?”* (S3), porém ela fica evidente como forma de impor respeito, poder, *“Eu joga o revólver na cara da vítima, ela para, nós pega o carro, pega o dinheiro, os ouro e vai embora. Até nós pegar outro bagulho, nós não saímos da pista não”* (S3). Essa prática pode ser compreendida como confirmação do “sujeito homem”, que além de estar conectado com as questões da masculinidade, também está ligado com o modo de subjetivação do ser criminoso (OLIVEIRA, 2004; ZALUAR, 1994).

Se o criminoso está para a masculinidade, assim como essa também se coloca perante o criminoso, o discurso do S3 vai ao encontro a esta interrelação, quando o menino está descrevendo sua arma para Mv Bill, a prática que objetiva o mesmo confirma as questões da virilidade, do poder que o masculino proporciona. *“Isso aqui é uma pistola 45. Quebra osso, tá ligado? (engatilha) Aqui a bala já tá na agulha. Se soltar aqui, bala na agulha (estala), tá pronta para sair (riso nos lábios)”* (sic).

Os meninos do tráfico do documentário não têm um consenso sobre como aprenderam a usar a arma, *“você vai vendo como se usa, entendeu? Ninguém ensina não. Tipo assim você pegou uma arma, vai atirar, já vai ver como é que atira, como que é a trava, como que é o cão, entendeu?”* (S1); *“É olhando. Não sei mexer, a rapaziada mais experiente ensina atracar, destravar, estratégia de tiro, a maneira de segurar na arma, não deixar a arma disparar”* (S4). Os meninos conhecem diversas armas e tem suas preferências, justamente pela questão da defesa *“eu sou mais a pistola, porque AK, 762, AR é muito pesada pra mim, porque eu sou pequeno, entendeu? Muito pesado pra correr...”* (S1).

As armas que eles se referem, como AK, 762 e AR, são fuzis, e os meninos também usam as pistolas. Santos (2010) afirma que a diferença entre as duas é que a pistola, é uma arma curta, porém com mais potência do que o revólver,

ou seja, é uma arma leve e com grande potencial ofensivo. Na maioria das vezes ela é semi-automática e tem mais poder de fogo do que o revólver, pois tem mais capacidade para munição. Já o fuzil é uma arma longa e com grande potência “de uso de militares” (p. 16). O autor acrescenta que “é uma arma automática, com alma raiada, apresenta cadência de 650 a 750 disparos por minuto” (p. 16).

Pode-se compreender que esses são os verdadeiros instrumentos do poder e da masculinidade, pois eles utilizam armas de maior alcance e maior potência, logo estes meninos portam essas armas como formas de se apresentarem no mundo por seus atos viris. Zaluar (1994) acrescenta que em sua pesquisa os dados referentes ao uso de armas demonstram o *ethos* da masculinidade, pois eles tem diversos benefícios, além da defesa, eles ganham mulheres e seguidores, “torna mais valorizado o homem que tem muitas mulheres ou que se torna atraente a seus olhos porque é poderoso, porque pode defender a mulher por andar armado” (p.103).

Outro dado importante é o fator de que a maioria já deu tiro em alguém, e as justificativas é de elencar um motivo para isto ter acontecido. *“Já, um montão (tiro). Porque essa pessoa errou para receber isso. Não atirei nela à toa”* (S4). Os meninos do documentário dizem que quando atiram são em pessoas que não teriam valor, ou porque mereciam morrer, como se fossem justiceiros eliminando outros criminosos, em suas palavras: *“Crime, né, irmão? Pra tu não morrer, tem que matar. Eu nunca tirei a vida de ninguém que tivesse rezando, trabalhando, que nunca me fez mal, que eu não conhecesse. Você tem que se defender, porque se não é foda. Pra chorar a tua mãe, melhor chorar a dele, né?”* (S6).

“Não...mas já feri [...] eu dei um tiro nele e pegou no braço dele, ele caiu, eu não voltei para conferir não” (S3), essa fala demonstra o simbolismo, o ideal do masculino, o menino toma a atitude esperada de um bandido, um sujeito homem, porém quando a realidade é ativada, ele não vai conferir se o outro está ou não morto, nesse relato pode-se perceber que não é uma resistência, mas uma objetivação do lugar em que o menino está se subjetivando. Entretanto esta atitude o deixará mais reconhecido dentro do tráfico de drogas, mesmo nesse contexto é necessário pontuar, que estes meninos não foram treinados para a guerra, logo nos duelos, são as principais vítimas.

Nessa perspectiva os meninos elegem e decidem quem matar, pontuando que só matam aqueles que merecem morrer, quando o S6 relata “nunca fiz judiaria” (S6), ele se refere ao fato de que não são todas as pessoas que eles matam, ou atiram, no relato do S3, *“eu dei um tiro nele e pegou no braço dele, ele caiu, eu não voltei para conferir não [...]Quando eu era menor, ele me deu umas porrada. A gente vai aprendendo um pouco da vida do crime. Aí eu fui, dei um tirão nele”* (sic).

A relação do duelo, da morte ao outro, aparece como forma de sobrevivência no crime, pois é uma prática que objetiva a subjetividade do ser bandido, e em seu contexto, matar aparece como forma de defesa, pois a outra facção parte do mesmo princípio, logo eles se jogam no combate em relações com a masculinidade e de sobrevivência.

4.2.4 “Religião: o bom e o mau”

Nessa categoria a análise expõe como acontece a relação com a religião e seus dogmas. Os meninos do tráfico relacionam a Deus a ideia da possibilidade de salvação deles da vida do crime, e obra do Diabo eles estarem nessa posição em suas vidas. Zaluar (1994) afirma que essa dualidade entre bom e mau (Deus e Diabo) é uma herança cristã adaptada ao sistema capitalista.

Quando Foucault (2009) aborda o biopoder, ele diz que é uma ampliação do Poder Pastoral, que o exercício do poder estará tanto no âmbito individual quanto em sua massificação, e é justamente essa junção que faz com que o biopoder tenha uma eficácia maior, ou seja, o mecanismo do poder na sociedade contemporânea é mais evidente do que em outras formas em que o poder se estabeleceu. Isto porque, para o autor, o poder é sempre o mesmo, ele tem o mesmo princípio, o controle, porém em cada sociedade ele estará atuando e sendo exercido de forma ampliada e diferenciada, conforme os costumes de cada cultura.

Foucault (2009) complementa afirmando que a ampliação do Poder Pastoral para o Biopoder, modificou a seguinte questão, a salvação não está mais em outro mundo, ela está no aqui e agora, e cabe ao indivíduo buscar essa “salvação”, e que as figuras do bem e do mau (Deus e Diabo), acabaram sendo interpretado por sujeitos vivos, como confirmação de seus atos, logo aquele que age em conflito com a lei, a norma proposta é visto como delinqüente, e a ele cabe a imagem do mal.

Zaluar (1994) acrescenta que o Brasil não foi um país como a Europa e a Ásia, demarcado pelas guerras civis e santas, que tinham por objetivo as figuras sobrenaturais de Deus e Diabo. Em contrapartida as práticas maléficas advinda com a globalização se pautaram na relação entre polícia x bandido pobre. Com o advento do capitalismo, essas relações de salvação foram modificadas, e acopladas aos ideais de uma sociedade disciplinarizante e excludente, compreendendo a salvação no aqui e agora, na relação de sujeitos reais, e não mais em figuras dogmáticas, como eram pautadas as relações do poder pastoral (FOUCAULT, 2009).

Portanto para a divisão entre bom e mal comportados, a relação à classe criminoso e pauperizada, está relacionada com o mau, logo com o diabo, ou seja, com o modelo não aceitável pelo capitalismo, pois estes não são sujeitos consumidores, conforme os ricos e adultos, logo são subjugados em sua existência e excluídos, pelo ideal ilusório que a eles o nível de periculosidade é maior do que em outras classes, ou em outros sujeitos.

Dessa forma, os meninos do documentário se percebem como obras do diabo, em suas palavras:

“Não sei cara. Tipo assim é o diabo que traz a droga pra favela. Traz tudo, tá ligado? Tudo pra comunidade, tipo assim estuprador...Se eu to traficando agora, é o diabo que tá fazendo isso, entendeu? Tá usando as pessoas. Então, tipo assim, se na igreja eu orar e crer em Deus. Deus mesmo, eu fico na igreja firme, crendo em Deus [...] Eu vou. Mas eu sei...ainda não é a minha hora de eu ficar firme mesmo na igreja” (S1).

Em favor, dessa visibilidade de perceber o crime como o lugar do mau, e a igreja, Deus, o lugar da salvação, logo do bem, faz com que esses meninos se sintam como “os ditos criminosos”. Zaluar (1994) em seu capítulo “a criminalização das drogas e o reencantamento do mal” (p. 235) aborda essa dualidade de forma atualizada no sistema capitalista. A autora pontua que os ideais do mal estavam conectados com a figura sobrenatural, utilizado nas culturas como formas de manter a ordem social pela via do medo.

Entretanto, em sua pesquisa, Zaluar (1994) apresenta que o sobrenatural sai de cena e adentra as relações humanas. Foucault (1997, 2009, 2011) complementa que são essas as novas formas de poder da modernidade e da contemporaneidade, pois para manter a ordem social, é necessário estratégias de

controle, e nesse sentido a religião, pode ser interpretada, como uma dessas formas, como um dispositivo do controle.

Isto revela um processo de desencantamento do mal, em que os planos infra ou super-humano perdem lugar para o entendimento das fraquezas ou razões humanas subjacentes ao ato criminoso. Trata-se, pois, da concepção de um mal humanizado porque fruto de condições ou de motivações humanamente absoluto (evil) atribuído às bruxas e demais parceiro do diabo dentro da tradição cristã, seja por causa das crenças em moralidades absolutas, seja por uma concepção do mal desinteressado ou desumano (ZALUAR, 1994, p. 236).

Essa ambigüidade do bem e do mal vem com a centralidade da sociedade capitalista, e na sua total dependência no dinheiro, pois nesse sistema não importa o sujeito em si, mais o que esse sujeito apresenta no seu contexto, como ele contribui nessa economia, qual sua produtividade frente ao mundo. Nesse sentido, aquele que não está apto a se desenvolver como um sujeito produtor e consumista no mundo, não tem um lugar abençoado, um lugar bom, mas um lugar maléfico (FOUCAULT, 2009, ZALUAR, 1994).

Zaluar (1994) recorre como a população também já reproduz essa realidade, pois muitos são a favor da pena de morte, reduções da maioria penal. A autora pontua porque os considerados criminosos são alvos insistentes do ódio social? Justamente pela configuração simbólica herdada da religião. Portanto seres pobres não são seres ativos do sistema, e a esses meninos do documentário aparece uma nova submissão a norma, onde eles se reconhecem no lugar do mal, e esperam a benção divina para a sua saída dessa posição.

Essa realidade pode ser vista também em Foucault (2011) quando ele aborda a realidade do suplício, e “seu estilo penal” (p. 13) que foi muito questionado e virou numa era de grande escândalo do seio social, proporcionando novas formas de conceber leis que punissem os crimes.

Na época do suplício, a monstruosidade, a crueldade, a tortura das penas era o sentido da sociedade, hoje as ações continuam a agir no mesmo propósito o de punir aquele que cometeu algo errado, nesse caso aos criminosos pobres, sob novas formas, conforme Foucault (2011) preservando o homem que há no criminoso. “Punições menos diretamente físicas, uma certa discricção na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimento mais sutis, mais velados e despojados de ostentação” (p. 13) é a nova forma de punir os ditos fora da norma.

É importante salientar que eles não elegem as suas saídas do tráfico pela via única do ideal do bem, mas é um fator real em seus relatos. Em suas falas, eles recorrem ao amor divino, *“amar Jesus Cristo acima de tudo e honrar nossas famílias”* (S2), sendo o lema que rege esses meninos na caminhada do dia a dia do tráfico de drogas, além de *“Pô, eu creio em Deus, tenho fé em Deus. Só ele pode me salvar”* (S4), utilizando que só Deus o salvaria do mal em que se encontra. O S2 afirma como ele faz suas práticas objetivas frente à religião, *“sempre quando eu saio de casa, antes de pisar na rua, eu sempre rezo para que nada de mau me aconteça, que Deus ilumine sempre meu caminho, que nada dê errado na minha vida”* (sic).

Em contra partida, mesmo que esses meninos estejam no local do mau, eles não apresentam a maldade em si, como o desejo, o prazer em fazer o mal. Esta realidade pode ser compreendida quando os meninos são abordados pelos entrevistadores, sobre seus sonhos. A maioria relata diversos sonhos como ser médico, cantor, desenhista, jogador de futebol, ou seja, aparecem sonhos como em qualquer outro adolescente, de qualquer classe social. Em suas palavras:

“Meu sonho é, se eu te falar, vai ser até um conto de fadas...Meu sonho é ter uma moto importada, meu sonho é ter uma casa [...] Eu quero ter apenas um meio de vida melhor, só pra minha mãe chegar em casa, e aí filho? Pô, a geladeira tá lá, mãe, tá cheia, a feira tá aí. Pô, às vezes eu chego em casa, abro a geladeira e só tem água (voz embargada). Assim não dá, assim não dá. Aí eu tenho que correr atrás mesmo [...] a fazer um bagulho que eu não quero. Não tá vendo aí nós assim? Isso aí não é vida pra ninguém não” (S5).

Os objetivos desses meninos em sua maioria são em sair da vida do crime, pois não conseguem ver vantagens, só sofrimento, *“As vantagens? Pô eu não vejo vantagem nenhuma, porque até então a gente só ganha mesmo o que pode ganhar nessa vida: cadeia e morte. Ou então uma cadeira de roda”* [...] *É revolta mesmo. É ódio. Tristeza. Mágoa. Guardo tudo isso no peito. Sofrimento. Várias coisas”* (S2).

Esses meninos, já exercem suas funções no crime, com mais tempo, do que os considerados aprendizes, os fortalecedores como foram identificados na categoria “Ser bandido”.

Contudo esses meninos considerados os fortalecedores, e que não exercem suas vidas diretamente no tráfico, apresentaram desejo em adentrar e fazer carreira dentro do crime. Isso pode ser compreendido, pelo fato de não estarem

vivendo o dia a dia do mundo do comércio de drogas, e não conseguirem avaliar quais são os ganhos e perdas, a partir do momento que são delegados em suas funções, com metas e responsabilidades, e qualquer erro pode ser fatal.

No caso dos que já estão envolvidos, como o endolador, falcão e vapor, nenhum demonstrou desejo e projeto de vida na carreira criminosa. Pode-se compreender que a avaliação do que vale ou não a pena no crime, acaba sendo reforçado, pois a partir do momento que entram no tráfico de drogas, abrem mão de diversas coisas, para manter suas responsabilidades no comércio de drogas, e para se manter vivo.

Nessa perspectiva, o fortalecedor relata: *“Ah, quero ser bandido. Porque sim. De ser bandido? Traficar, ganhar dinheiro. Comprar sua roupa você mesmo, não depender da sua mãe, nem do seu pai, nem da sua família”* (S3), ele elenca a vontade de ser bandido pela via da sua subjetivação no modo consumista, porém não vê as desvantagens, como não ter lugar para dormir e viver sobre lajes e com medo do que possa acontecer, como acontece com o S2 que relata as dificuldades encontradas a partir do momento que está no tráfico, *“saio raramente. Mas com medo. Saio olhando pros lados, com medo dos home, com medo dos alemão, com medo de tudo [...] Medo de ganhar tiro, medo de ser morto, de ser aleijado, medo de tudo”* (S2).

Os relatos dos meninos do tráfico apresentam a realidade de sua objetivação na atividade do tráfico, como se relacionam com a morte, e como assumem o local da maldade, sem aparecer tal teor em suas falas. Eles demonstram desejos semelhantes a qualquer adolescente, a vontade de ser independente, de conseguir obter aquilo que não tem, aquilo que deseja, e quando adentram ao crime, e se posicionam como bandidos, diversas atividades são deixadas de lado para cumprirem o papel destinado ao jovem que participa do comércio de drogas, e faz com que a sujeição a norma apareça em suas práticas objetivas.

4.3 ANÁLISE DO TERCEIRO OBJETIVO

4.3.1 “Bandido versus Polícia”

Em todos os relatos ficou em evidência a relação dos meninos com a polícia como forma de relações de poder e práticas de resistências frente à norma

social. Os policiais aparecem com adjetivos de vermes, gambás, homes e em um duelo constante, compreendido também com a prática que objetivam os meninos do tráfico na categoria “Palco da masculinidade”, acrescidas das práticas de resistências que aparecem nos duelos entre policiais *versus* bandidos.

A polícia é compreendida como um dispositivo de controle social que está autorizada a higienizar a população suspeita, em prol da manutenção da ordem social (FOUCAULT, 2011). Zaluar (1994) aborda a relação do estigma entre pobreza-criminalidade como a norma social (FOUCAULT, 2009) que além de estar incorporada na população, também está na polícia, e eles tem função de eliminar os ditos criminosos. Aqui cabe uma ressalva, o ser criminoso pode ser relativizado, e aquele que é alvo dos excessos da polícia, ou de sua perseguição permanente também a reconhece como criminosa.

Os relatos de *Falcão: os meninos do tráfico*, expressa essa relação, os meninos compreendem os policiais como criminosos, em suas palavras: “*Como eu vejo polícia? Eu vejo eles também, uns vermes também. É uns verme que só vem pra esculachar, só vem pra matar e tirar o que nós temos (helicóptero sobrevoando). Olhas eles aí, tão atrás das árvores, são tudo safado. Tudo safado!*” (S2), “*Ah, tudo safado. Não podia existir polícia não*” (S3).

Os meninos expressam essa relação polícia e bandido como não confiável ou segura, por isso são chamados de safados, o que pode ser entendido como criminosos, inconfiáveis, pois de seis relatos, quatro apontam que já fizeram acordo com os policiais. A esses acordos eles denominam de arregos. “*Aí deu pra conversar. Teve uma conversa. Perguntamo quanto que ele queria. Porque ele me pegou sem nada. Da vez que ele me pegou com farinha³³, foi um dinheiro, das outras vezes que eles me pegaram sem nada, não foi nada. Eu negava que era bandido*” (S4). Esses acordos e tréguas podem ser compreendidos como práticas de resistir à norma.

“Depende do teu papo. Se você falar, tipo assim, pô, meu senhor, é um papo, ele vai falar, é um papo de quanto? Eu vou falar, é um papo de cem, duzentos, entendeu? Depende do papo deles, se eles falar que é duzentos, trezentos, quinhentos... Depende do papo dos amigo, tá ligado?” (S1).

³³ Farinha é usada para se referir à droga cocaína.

Zaluar (1994) afirma que essa relação policial com o criminoso, é entendida nestes acordos, fazendo da polícia um aliado no mundo do crime. “Ora é neste capítulo da corrupção policial que a função inibidora do crime cai por terra, pois é dito que bandido com muito dinheiro no bolso consegue escapar de um modo ou de outro das malhas da lei” (p. 94). E neste sentido, os questionamentos sob o crime acontecem, por exemplo, vale ou não vale à pena estar no crime? Há uma dualidade nessa relação, como já menciona Foucault (2011) em “Vigiar e punir”, o crime é tanto punido quanto glorificado, então porque existe uma única classe responsável pelos crimes, no caso dessa pesquisa, jovens, negros e pobres, se todos gozam com a exposição do sofrimento alheio?

Essa relação polícia x ladrão como meramente é conhecida, é uma relação de poder, ambos ocupam lugares de poder e disputam espaços e reconhecimentos. O abuso da autoridade do policial frente ao bandido é visto quando eles forjam³⁴ em suspeitos, objetos para incriminá-los. Essa relação é pontuada como uma prática de resistência desses meninos, pois a norma social frente aos policias, está disseminada no senso comum, que aos policiais deve-se o respeito, a obediência, e estes meninos resistem e os enfrentam.

Os jovens estão preparados para o combate. Essas relações de poder e resistência, e objetividade de seus modos de subjetivação, são os ditames das normas sociais, “na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campo de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2011, p. 185).

A norma social comporta o ideal de que a polícia deve passar segurança à população, reconhecidamente das classes dominantes na perspectiva do capital, pois ela é a parte ativa que mantém o sistema capitalista, então os policiais tem que deter os pobres, que se encontram na marginalidade da sociedade, favelas e periferias. É compreendido como prática resistente, também pelo viés da defesa, pois se são o grupo suspeito, eles resistem ao poder para não serem mortos e, dessa forma estão prontos para o combate, o duelo, como forma de manter suas próprias vidas e apresentarem suas inquietações aos estigmas que são associados. Pode-se perceber essa realidade, a partir dos relatos dos meninos do tráfico, pois todos eles falam sobre o preconceito que sofrem.

³⁴ Forjam – É quando o policial abusa de seu poder e coloca no suspeito drogas, armas para incriminá-lo.

Por outro lado, Zaluar (1994) descreve que para a população pauperizada há uma negação de direitos, pois quando esta classe se junta para buscar seus direitos, principalmente da violência policial, há “gravíssimas conseqüência, pois desmantela aquilo que vem a ser a saída para o binômio pobreza-violência: a reivindicação de seus direitos políticos, sociais e civis como parte dessa nação, como seus cidadãos” (p. 95). Isto fica nítido em seus relatos, quando são abordados por policiais, *“Com dez anos, eu tomei foi um tapa na cara dum polícia. Isso até hoje eu guardo no peito, no coração. Criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei a entrar nessa vida que eu tô agora, a vida do crime, do lado certo na vida errada”* (S2).

A polícia como dispositivo da sociedade disciplinar aparece como a extensão da disciplina, da vigilância, como “uma olhar sem rosto, que transforma todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenção móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada” (FOUCAULT, 2011, p. 202). A sociedade disciplinar para conseguir se efetivar necessita de aparatos, dispositivos e a polícia é o principal entre eles. Bayley (2001) acrescenta que “as atividades policiais também determinam os limites da liberdade numa sociedade organizada, algo essencial para se determinar a reputação de um governo” (p. 17).

Outro dado relevante é o fato que mesmo fazendo os acordos, os meninos desta pesquisa não ficam tranquilos, *“Porque eles quebram o arrego também [...] É a gente dar dinheiro pra eles e eles entrar na favela [...] Pô, a bala come, maluco!”* (S1). Nesse sentido este é um fator que faz com que a guerra se materialize. E esta guerra acaba sendo o palco do duelo da masculinidade e da resistência. De um lado os criminosos, do outro a polícia, relação que objetiva as práticas e as relações de poder no contexto do tráfico de drogas.

Oliveira (2004) descreve que as resoluções dos conflitos da época do medieval, estavam pautadas nos duelos dos cavaleiros, e a eles estavam conectados a espada como instrumento do poder para alcançar seus objetivos. Para o autor, isto confirma o ideal da masculinidade, pois neste duelo eram dois integrantes que estavam ali para defender sua honra, seu status social. Essa relação se expressa no encontro destes meninos com a polícia, e aqueles que também são considerados seus inimigos, as outras facções. Os duelos da modernidade foram se

transformando, mas podem ser visto na relação polícia *versus* bandido uma reativação deste modelo para a constituição da masculinidade, porém a espada não é mais o símbolo do poder, mas sim, o revólver.

A relação dos meninos do tráfico frente os policiais, é uma relação de poder, que confronta sempre dois participantes, um querendo sobrepor ao outro o seu poder, em uma resolução que atinge a ação sobre outra ação, dessa forma, quando o bandido resiste o poder policial e vai para o combate, eles estão querendo obter suas vitórias e expressar suas inquietações, de apresentar seu sofrimento, o seu posicionamento, se fazer sujeito a partir de sua verdade.

Foucault (2009) diz que “o conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder” (p. 16) são características das estratégias de poder. Para o autor, toda relação de luta, de duelo, está pautada em estratégias de confronto dentro de uma relação de poder, a partir do momento, em que a vitória é a finalidade alcançada pelos os participantes do combate, é o que “reduz o outro a impotência total (uma ‘vitória’ sobre o adversário substitui o exercício do poder), seja numa transformação daqueles que são governados em adversários” (p. 15).

A diferença entre o duelo da polícia, com o duelo entre as facções se dá, pelo fato que a norma social está associada a coisas distintas. O duelo do bandido *versus* polícia está sobre uma transgressão à norma, caracterizando uma relação de poder, que busca estratégias (resistência) de enfrentamento frente essa norma, por outro lado a guerra entre as facções podem ser compreendida pelo viés resistente, quando o combate acontece, porém a norma social do ser bandido é que ele mata outros bandidos, ou seja, visa matar outrem, pois são considerados como a expressão popular “farinhas do mesmo saco”.

É nessa perspectiva, que o duelo das facções foi contemplado na categoria da análise de objetivação do ideal masculino, pois a finalidade também está na sobrevivência, mas em outras qualidades do masculino, como a honra. No momento em que há uma estratégia para se defender e buscar a vitória (se manter vivo) é uma prática resistente, quando o duelo se dá por brigas, xingamentos, defesa de território, outros atributos masculinos estão envolvidos, logo aparecem como sujeição à norma. No caso dos *Falcão: meninos do tráfico*, os duelos das outras

facções compreendem outras finalidades, e não a resistência a norma, como no caso dos policiais.

4.3.2 “Drogas”

Essa categoria irá relacionar a droga como uma prática resistente que objetiva os meninos do tráfico frente ao uso e venda de drogas, assim como uma sujeição do sistema capitalista (consumistas), ou seja, a relação estabelecida pelos meninos do tráfico com a droga, apresentam a relação de poder que se sujeita e resiste.

Nos relatos dos meninos do tráfico a evidência se dá em todos os protocolos, quando fica explícito o uso de drogas por esses meninos. Somente um deles, relata “*Não. Não fumo, não cheiro e não bebo. Só bebo guaraná*” (S5), mas ao final da entrevista, o entrevistador relata: “O de verde (S5) tira o baseado³⁵ de cima do isqueiro e joga fumaça na câmera” (BILL, ATHAYDE, 2010, p. 189). Essa realidade aponta que na verdade, todos os jovens do documentário *Falcão: meninos do tráfico* fazem uso da droga, porém nem todos a comercializam, somente os vapores e traficantes.

Contudo essa relação é uma das práticas frente ao modo de subjetivação demarcado pela via do consumo e apresenta as duas práticas, seja de sujeição como resistência. A primeira é compreendida pela sujeição, pois a sociedade consumista atual é divulgada pelo ideal da felicidade, e a este é equiparado à aquisição de mercadorias, como sujeito-mercadoria (COIMBRA, 2002; FEFFERMAN, 2006). A segunda é resistir no ato, pois o consumo e a venda de drogas são proibidos no país (Brasil), logo resistem ao poder da lei que criminaliza as drogas.

Fefferman (2006) descreve que frente a esta realidade aparecem religiões e seitas que possibilitem a reflexão de novas formas de enfrentar o mundo, a autora pontua que com tantos avanços tecnológicos, o sujeito vai sofrendo um desamparo, logo esse desamparo vai ficando insuportável, e as drogas “assumem uma condição estratégica” (p. 26) e “todavia, para os incrédulos, o universo das drogas promete outras possibilidades” (p. 26).

³⁵ Baseado é a forma que eles se referem à maconha.

A maconha aparece como a droga mais utilizada pelos meninos do documentário, e os meninos articulam o uso da droga com suas entradas e manutenções no crime: *“Eu entrei foi com 14 anos nessa vida, com 11 anos comecei a fumar cigarro, com 12 comecei a fumar maconha, com 14 comecei a usar cocaína. Foi aí que eu comecei a entrar na vida do crime, a vida que eu to agora”* (S2).

Outro dado importante é o uso da cocaína, no relato acima se pode perceber que além de usar a maconha, o menino faz uso de cocaína. Nos relatos também pode-se observar que nem todos usam a cocaína em seu estado natural, no caso, pela via nasal, alguns deles usam a cocaína misturada com a maconha, nas palavras do S3: *“Cocaína? Só fumo ´veneno³⁶. É maconha com pó”* (sic), *“Veneno, pô, só o veneno na maconha mermo. Nada de nariz”* (sic).

Em virtude dessas relações pode-se compreender como a droga está estritamente ligada com as funções que cada jovem tem que desempenhar no comércio de drogas, e como ela (a droga) acaba sendo a forma de pagamento (salário) também para esses meninos. *“Uso só maconha, com pó, envenenada [...] Comecei a usar agora [...] Pô, vou pra endola, aí cada um ganha o teu baseado pra trabalhar. Nosso pagamento um galo³⁷ e um baseado”* (S3).

Essa realidade também pode ser interpretada, como sugere Fefferman (2006), “no contexto sociopolítico e econômico atual, o uso de drogas pode ser analisado também como fenômeno da cultura de consumo”, nessa perspectiva, a prática objetiva de usar drogas pode se conectar com o modo de subjetivação do consumismo, trabalhado na categoria “você vale o que tem”. A autora ainda afirma que “o mercado sempre reproduz o capital, mesmo que isso represente o sacrifício dos seres humanos no exercício de sua autopreservação – seja do indivíduo isolado ou da comunidade, cuja subsistência depende da integridade do indivíduo” (p. 27).

Dessa forma, apresenta-se a perversidade do sistema capitalista, pois apesar das drogas ilícitas serem criminalizadas, as pessoas continuam usando e recorrendo aos locais ilegais para a obtenção da mesma, logo o sistema, de certa forma, reproduz o desamparo subjetivo e os sujeitos buscam na droga outras possibilidades de se conectarem consigo mesmos, ou de encontrarem estratégias de fugas da realidade, e o tráfico aparece como uma atividade ilegal que está aliada

³⁶ Veneno é como eles se referem ao cigarro de maconha misturado com o pó.

³⁷ Galo é como eles se referenciam a nota de R\$ 50,00.

ao Estado, aos governantes, ou seja, acabam agindo de forma conivente tráfico-estado (FEFFERMAN, 2006).

A procura e o consumo de drogas geram e asseguram enorme rendimento e altíssimo acúmulo de capitais, convertendo o tráfico de drogas no segundo grande negócio mundial – depois do de armas – capaz de destruir a imagem de países e redefinir mapas políticos. A crise econômica e política geral, que marcou os anos 1980, pode ter sido elemento central de estímulo à organização de atividades produtivas ilegais, associadas a Estados nacionais. Estes últimos, incapazes de sustentar políticas econômicas para enfrentar seus problemas econômicos e sociais, e de empreender, de forma homogênea e adequada, a administração da justiça (FEFFERMAN, 2006, p. 27).

Nos meninos do documentário, esse desamparo pode ser entendido como toda a estrutura do seu desenvolvimento, em locais em que são regidas pela presença materna, com diversas dificuldades financeiras, aos descasos sociais, as faltas de oportunidades em trabalho as falhas no sistema educacional, que começa com a falta de vagas e se objetiva numa escola que exclui. Dentre tantos sofrimentos, buscam com a droga a sensação boa, a felicidade momentânea, característica da sociedade globalizada, da modernidade líquida (CAMINHA, 2009; BAUMAN, 2005).

Vedovatto (2010) problematiza em seu texto como a droga ilícita foi agrupada numa realidade feia, desviante, considerando os usuários meros drogados, porém a esta nomenclatura estavam associados, as pessoas de favelas, jovens e crianças. A autora pontua que a realidade da droga começou a ser melhor enfatizada a partir da compreensão, exposta pelos veículos de comunicação, que as pessoas de classe média e alta também faziam uso da droga, e financiavam o comércio da mesma. Essa realidade problematizada pela autora nos remete a questão do mal, discutida na categoria “Religião: o bom e o mau”, fazendo do sujeito que usa drogas alguém ligado a visão do mal, e criam-se propagandas para alertar os malefícios do uso da droga.

Segundo Vedovatto (2010), a mídia propaga diversas relações sobre as drogas, fazendo diferenciações entre as pessoas que fazem uso da substância psicoativa ilegal, “a mídia, portanto, cria personagens que podem ser negativos, engraçados ou patéticos, dependendo do tom da reportagem” (p. 160/161), e acrescenta “o mesmo não acontece com pessoas comuns: moradores de rua,

crianças e adolescentes que passam a ser figuras invisíveis na sociedade, mesmo que usando drogas” (p. 161).

A autora pontua que foi com a globalização e com os adolescentes e adultos de classe média e alta, começassem a usar a substância ilícita, talvez não virasse um problema de ordem mundial associado ao mal, apoiado pelos órgãos competentes de saúde. Vedovatto (2010) completa afirmando que é necessária a desmistificação do usuário de drogas acoplada a visão maléfica, mas de compreendê-lo como sujeito. “Precisamos acabar com esta fantasia que pessoas que usam drogas são pessoas ruins, dar um fim para o estilo ‘demonizador’ usado normalmente contra o usuário na guerra ao consumo e tráfico de substâncias consideradas ilícitas nas campanhas midiáticas” (p. 165).

Essa distância em associar os usos de drogas como o mal faz com que nos relato, a valorização da droga apareça, “*sou usuário de maconha. Pô, me faz bem. A gente sente uma sensação boa, a gente fica alegre [...] Cada um tem a sua reação depois que usa droga*” (S3). Nos relatos a droga é apresentada como algo bom, logo a informação de que causa problemas e é ilegal, e que não pode ser consumida, é ignorada por aqueles que usam, numa expressão de resistência a norma. Na fala do S3 “*Pô, porque tipo assim, os pais não dá uma explicação maneira do que é o bagulho*” (sic).

Os relatos expõem a dimensão subjetiva do uso de drogas, faz com que a compreensão sobre drogas e jovens, apareça numa ambivalência, uns podem gostar mais, outros menos, mas o fato é que cada sujeito terá uma reação diferenciada depois que usar a droga, e é isto que os instiga, assim como a droga também é uma prática de um sujeito considerado homem, corajoso, que nada o abate e que ele detém o controle sobre o considerado proibido perante a sociedade.

Segundo Foucault (2009) a resistência aparece como forma de objetivação dos sujeitos frente às normas. Portanto, toda relação requer uma resistência e um assujeitamento, se por um lado eles se submetem a norma do consumo, do imediatismo, da felicidade instantânea, por outro eles resistem e transgridem a norma da criminalização das drogas. Fazem do uso da mesma como uma forma de resistir o poder que advém das instituições do governo, e de expressar a sua própria vontade e verdade.

Isto pode ser compreendido na fala do S6, que diz não ser mais um usuário de cocaína e é contrário a ideia da legalidade da maconha, justamente porque sabe que é proibida, e que só faz sentido o seu uso por este fator, em suas palavras: *“Eu não cheiro mais, graças a Deus, mas fumo meu baseadinho. Ia ficar sem graça. Já pensou tu comprar um baseado no mercado? Na padaria? O gostoso é o proibido, né, cara?”* (S6).

Nessa perspectiva, pode-se compreender que quando o sujeito é contra a legalização, demonstra a vontade de continuar resistindo à norma, e que é justamente essa proibição que dá sentido ao uso da maconha. Em contrapartida, quando o sistema aborda a realidade das drogas e problematiza as questões das mesmas para a sua descriminalização, a resistência passa a virar uma norma social. No momento em que a instituição do governo proíbe o uso de drogas, mas que ainda permite a comercialização pelo mercado do tráfico de drogas, o sistema captura essa resistência e acopla ao sistema de disciplinarização.

O Fernando Henrique Cardoso (2011), em seu documentário “Quebrando Tabu”³⁸, fala sobre o projeto de descriminalização das drogas, primeiramente advertindo o fato de que a droga é uma questão de saúde e não de criminoso, ou seja, usar drogas não pode estar associado a criminalidade. A proibição, a ilegalidade de algumas drogas, foram repressões políticas-sociais-econômicas, provinda dos Estados Unidos, e que durante a sociedade mundial, nunca houve um momento, período, em que a sociedade viveu sem drogas.

Com todas essas discussões nas instituições de governo, podem provocar nas questões das drogas, uma nova possibilidade de acoplar a droga a uma norma, e assim seu caráter de resistência deixará de existir. Isto só acontecerá a partir do momento que esse projeto de lei é aprovado pelos membros do legislativo. Conforme Foucault (2009) as relações de poder vão se estabelecendo

³⁸ Este documentário aborda como “Há 40 anos os EUA levaram o mundo a declarar guerra às drogas, numa cruzada por um mundo livre de drogas. Mas os danos causados por elas nas pessoas e na sociedade só cresceram. Abusos, informações equivocadas, epidemias, violência e fortalecimento de redes criminosas são os resultados da guerra perdida numa escala global. Num mosaico costurado por Fernando Henrique Cardoso, “Quebrando o Tabu” escuta vozes das realidades mais diversas do mundo em busca de soluções, princípios e conclusões. Bill Clinton, Jimmy Carter e ex-chefes de Estado, como da Colômbia, do México e da Suíça, revelam porque mudaram de opinião sobre um assunto que precisa ser discutido e esclarecido. Do aprendizado de pessoas comuns, que tiveram suas vidas marcadas pela Guerra às Drogas, até experiências de Drauzio Varella, Paulo Coelho e Gael Garcia Bernal, “Quebrando o Tabu” é um convite a discutir o problema com todas as famílias”. Disponível em: <<http://www.quebrandootabu.com.br>>. Acesso em 16/11/2012.

dessa forma, ou seja, toda resistência pode vir a ser uma norma, e a partir do momento que vira norma, o controle dos corpos, da sociedade disciplinarizante acaba sendo reforçado.

Nesse sentido, todos os movimentos contra culturais, quando lutam para defender um propósito, podem ser capturados pelo sistema e virar uma norma. Outro exemplo dessa realidade está nos movimentos dos homossexuais pelos seus direitos, a partir do momento que o Brasil, colocou em leis os seus direitos, esses movimentos perdem seu status resistente.

A droga também vira instrumento de trabalho na vida dos meninos do tráfico, pois acabam utilizando a droga pela demanda de seus trabalhos, que são de plantões de virar a noite, e para se manterem acordados, acabam recorrendo às drogas, como a cocaína e o veneno, para ficarem acordados e não “dormir no ponto”, como eles se referem, pois se errar, e não avisar que os inimigos estão entrando pode ocasionar a sua morte, e a de seus companheiros, ou suas demissões, acompanhado de agressões e humilhações verbais.

No relato do S3 essa relação do menino que entra no tráfico e que usa a própria mercadoria, apresenta que, *“Os viciado, nós mermo. De dentro da comunidade. Também tem gente de fora também” (sic)*. Nessa perspectiva os meninos do documentário atuam no comércio e também são os principais consumidores da substância. Oliveira (2009) problematiza que com a chegada do cristianismo no cenário mundial, as drogas começaram a ganhar conotações negativas e começaram a serem proibidas e associadas ao diabo, e com o capitalismo essas repressões se dá em nome de políticas repressivas de cunho sócio-econômico-políticos.

Nunes et al (2006) acrescenta que a droga no capitalismo focou numa forma de vivenciar a felicidade momentânea, em busca de prazer, que a realidade jovem e pobre, não terá na aquisição de objetos e produtos (consumo), mas na droga uma reativação dessa felicidade no mundo atual.

Dessa forma, as práticas de resistências encontradas nesses meninos, vão ao encontro com a realidade a que se subjetivam, mesmo resistindo o poder, apresentam na resistência, seu combate aquilo que são expostos, a sua exclusão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não desejo suscitar convicções, o que desejo é estimular o pensamento e derrubar o preconceito”
(Sigmund Freud).*

A realidade dos jovens que atuam no tráfico de drogas é bastante difundida nos meios de comunicação. Enquanto esses adolescentes estão nas pautas diárias de jornais e nas falas da população como os criminosos perigosos, essa pesquisa se propôs a compreender o contexto em que esses meninos se constituem como sujeitos. Para tal finalidade, os dados da pesquisa demonstraram o dia a dia de adolescentes que atuam no tráfico de drogas, e pode-se compreender que nesse meio existem meninos, que por uma trama de relações se posicionam no mundo como homens adultos, com responsabilidades demarcadas, e uma vida repleta de ameaças e violências.

O primeiro objetivo específico desta pesquisa era identificar os modos de subjetivação desses meninos frente ao poder da norma instituído pela cultura capitalista. Os resultados apontaram assujeitamento frente à norma, identificado nas relações que mantém com as instituições familiares, trabalho, escola, e crime. A pesquisa nos permite concluir que esses meninos se subjetivam principalmente a partir dos ideais presentes na sociedade capitalista. Foi possível perceber a sujeição à subjetividade proposta pela produção e pelo consumo e, pelos ideais da masculinidade globalizada.

Quando ingressam no mundo do tráfico, outra realidade os captura, as leis e normativas referente à instituição proveniente do crime. No caso, o comércio de drogas tem estrutura própria e estabelece suas formas de resolução de conflito. Os adolescentes ingressantes no crime ocupam os cargos mais baixos e expostos à morte a qualquer momento, porém os dados nos indicam que essa foi a via identificada por eles, para se incluírem na sociedade. Isso porque a maioria dos adolescentes não estudam, e o trabalho aparece para eles como uma possibilidade, porém desqualificada, pois nos relatos deles, trabalhar muito e receber pouco, é o que desmotiva a sua inserção, pois o dinheiro que vem do tráfico é o que mantém eles neste ciclo.

Insta ressaltar que o dinheiro, é o que move esses jovens, para conseguirem suas roupas, suas comidas e ajudar financeiramente em casa. Por outro lado esta é a lógica disseminada pela era do consumo, onde a ideia dos direitos do cidadão, são difundidos pelos direitos do consumidor. Os assujeitamentos nas instituições familiares, que pela via da masculinidade se tornam homens, invés de meninos, e se constituem no crime como possibilidade de inserção. Conforme Foucault (2009) os processos que os conduziram a assumirem esses locais no crime, “constitui um modo de sujeição” as normas.

O segundo objetivo buscou identificar as práticas que objetivam esses adolescentes nos modos de subjetivação reservados a eles. Os resultados da análise indicam que ser violento, usar armas, confrontar-se com seus inimigos, relações ambivalentes com os membros da comunidade, são as práticas que possibilitam se reconhecer nesse lugar. As práticas revelam assujeitamento ao poder da norma. A religião aparece como práticas que reafirmam os princípios da sociedade globalizada e excludente, pois se a felicidade está no aqui e agora, em um campo individual, o comércio de droga aparece como possibilidade de reativar este ciclo.

A religião reforça o ideal do que é considerado aceitável e inaceitável, logo bons e maus, resgatando a figura simbólica do diabo, e fazendo com que jovens, negros e pobres sejam os monstros do século XXI, a extensão do diabo no mundo, e os principais bodes expiatórios da sociedade. São práticas que objetivam a submissão à norma social vigente.

O terceiro objetivo pretendeu identificar as práticas de resistência e linhas de fuga desses meninos, a resistência nesta pesquisa foi reconhecida e vinculada aos combates e as guerras que esses jovens travam com a polícia, e apresentam toda sua indignação pela posição social que se encontram de meros criminosos que necessitam de vigilância constante. Os meninos compreendem todas as consequências possíveis ao entrar no crime, identificam os pontos positivos, como manter a família, obter dinheiro para consumir, e encontrar as mulheres, e assinalam seus pontos negativos, a morte, a cadeia ou cadeira de rodas.

Esse duelo entre polícia e bandido objetiva as práticas de resistência ao poder da norma. A guerra é uma revolta da população contra a opressão e dominação de outro, e seus atos violentos, apresentam uma estratégia de defesa e

ataque para terceiros que querem invadir o seu espaço, ocupar seu território e usurpar seu meio de vida. Nessa perspectiva, a polícia age sobre esses sujeitos, com violência como agentes responsáveis por manter a ordem social para o bem-comum, nesse sentido, os meninos pobres e negros do tráfico são os principais suspeitos da desordem.

Esta realidade além de resistente, também é uma forma de se objetivar no mundo pelo ideal da masculinidade. Nesse sentido, quando Foucault (2009) afirma que toda relação tem sujeição e resistência ao poder, os meninos do documentário confirmam essa relação nos seus atos, porém ele é tanto resistente, quanto uma objetivação da sujeição à norma de masculinidade. Essa prática resistente também aparece nas drogas, quando eles fazem uso e comércio da mesma, pois se há leis de criminalização das drogas, eles resistem como forma de apresentarem suas verdades, seus desejos.

Quanto ao objetivo geral que busca compreender se o processo de estética de si ocorre nesses meninos, merece algumas reflexões. A partir dos dados apresentados, pode-se compreender que o processo não ocorre. Primeiro porque a estética de si prevê uma atitude, resposta diferente da habitual frente aquilo que está posto, logo o "*Falcão: meninos do tráfico*", não optaram e nem se reinventaram, mas assumiram seus locais no crime como lhes fora destinado, ou seja, responderam conforme a norma social.

Segundo, mesmo havendo práticas de resistência, eles não são guiados por uma verdade, uma ética. Para Foucault (1997), o sujeito ético é livre em suas escolhas e formas de vivências. Portanto, esses meninos apresentam-se cientes de suas realidades, colocam as dificuldades a que são submetidos, aos preconceitos que sofrem, porém acabam exercendo seu papel no social, a partir daquilo que o sistema espera dos mesmos. Isto ocorre a partir da verdade exposta a eles, que sejam trabalhadores operários ou criminosos. Nessa perspectiva, não há um movimento de nenhum deles em dar uma resposta diferente, de se reinventarem.

A diferença está no que Foucault (2009) refere ao sujeito, para ele há duas conotações para essa palavra, a primeira está num sujeito dependente e alienado do sistema (análise econômica), e o segundo é o sujeito de si mesmo, aquele que decide o que fazer da sua vida, em busca da sua verdade, da sua ética,

a partir de um processo de liberdade, que são materializados em técnicas de si para si.

Entretanto, evidencia o fato de que esses meninos são sujeitos sim, mas produtos, objetos do sistema, logo sujeito à. Dantas (2010) e Murad (2010) pontuam que a diferença está nessa intersecção, ser sujeito estético em Foucault, está em ser sujeito de si mesmo, e não a alguém ou alguma coisa. Resistir à norma é a possibilidade diferenciada de fazer uma direção, autogerência da própria vida, em buscar alternativas além daquela que está prevista pelas relações de poder, atualmente fincadas no sistema capitalista.

Nessa perspectiva, os meninos do tráfico, são incluídos na ordem capitalista, pela vertente da criminalidade, pois as possibilidades de inserção são poucas, para não dizer quase nulas e, portanto, encontram dificuldades em se reinventar e de se posicionarem. Nesse sentido, esses meninos se submetem mais a norma do que resistem.

Este dado propõe a reflexão, quem são esses criminosos? Será que eles são esses verdadeiros monstros cruéis que a população propaga? Ou está é uma forma de se inserir num mundo capitalista, que visa o consumo como base de valor social? Quais seriam as outras possibilidades de inserção desses meninos? Entrar pela via do trabalho subalterno? Qual a dignidade que eles poderiam desfrutar em suas vidas?

Essas perguntas levam a realidade apresentada nessa pesquisa, pois se os meninos do tráfico demonstram a consciência das consequências dos seus atos, eles o adentram para fazer de suas vidas, vidas reconhecidas perante a sociedade. A forma de inclusão dentro do sistema se dá por essas vias de inclusão perversa, que os coloca na marginalidade e os apresentam como o mal da sociedade. Esse é o lugar no mundo quem lhes está reservado.

Os dados apontaram para uma realidade muitas vezes esquecida, que são os contextos de privação a que os adolescentes e suas famílias estão inseridos, além do desamparo social, na dificuldade de se encontrar uma escola inclusiva e possibilidades profissionais que assegurem existência digna no mercado trabalho. Outro aspecto que merece destaque é a precocidade com que estes meninos viram homens, com grandes responsabilidades e expostos ao sofrimento, pois qualquer

erro cometido pode colocar suas vidas em risco, e a morte ser uma realidade constante.

Portanto, esta pesquisa contribui para a compreensão de que efeitos de subjetividade estão sendo produzidos nas relações de poder do sistema capitalista. Partindo desta reflexão, cabe aos psicólogos, a percepção desta realidade, para que se possa trabalhar com essa demanda no viés da escuta e acolhimento, e na emancipação e autonomia do sujeito, pois as técnicas de si, propostas pelo processo de estética de si, podem ser uma forma de trabalho neste contexto, criando possibilidades de linhas de fuga, para que possamos contribuir com outros modos de subjetivação, mais éticos, livres e estéticos (DANTAS, 2010; COIMBRA, 2002).

É importante salientar que a maior dificuldade encontrada na elaboração desta pesquisa, foi o fato de identificar na literatura o tráfico de drogas como um fenômeno social, assim como, suas práticas de resistências, ou seja, suas transgressões, pois o assujeitamento a norma produz a reflexão de que criminalidade não é um grupo com características maléficas, mas uma reprodução do sistema. Nessa lógica a facilidade se deu por ser uma pesquisa documental, adequando e facilitando o horário para a organização da coleta de dados, visto que a obra esteve em todos os momentos em minhas próprias mãos.

Para melhor compreensão sobre essa temática, outras pesquisas científicas podem ser realizadas, por exemplo, quais as possibilidades de inserção de adolescentes pobres no sistema capitalista? Assim como compreender a relação de práticas resistentes perante os adolescentes que aderem o tráfico de drogas. Outra percepção para futuras pesquisas se dá na relação da ausência paterna e religião, onde o dado coletado demonstrou que mais de 60% dos participantes do documentário não tem pai, e colocam na figura de Deus, sua fonte de salvação e saída do crime.

Na busca literária para realizar esta pesquisa, foi evidente a relação de meninas que atuam no tráfico, nos dados estatísticos, as meninas aparecem em maior número no delito de comércio de drogas do que os meninos. Os autores do documentário também publicaram um livro "*Falcão: mulheres e o tráfico*", nesse sentido pode-se pesquisar o processo de estética de si no gênero feminino, e assim comparar os resultados desta pesquisa, que elegeu o masculino como o sujeito em

questão. Outra possibilidade é pesquisar esse tema pelo conceito de vida nua de Giorgio Agamben, que trabalha numa perspectiva ampliada do biopoder, assim como de uma sociedade de controle, proposto por Deleuze.

Como nesta pesquisa foi abordado um grupo semelhante, de cor, idade e classe social, é interessante compreender outras parcelas que constituem a criminalidade, por exemplo, como os adolescentes de classes médias e altas se constituem no tráfico de drogas? Para que se possam comparar as duas realidades e compreender os modos de subjetivação frente às normas sociais, identificar suas linhas de fuga e resistência, assim como suas semelhanças e diferenças.

Chamamos atenção com esta pesquisa para a vida de meninos que ficam expostos a violência diária, ao sofrimento e ao medo constante de que algo ruim possa acontecer, e entram na vida do crime, como fator de reconhecimento social e individual, e se constituem sujeitos e objetos da lógica capitalista.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos Avançados. 2007. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a02v2161.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2012.
- ALCÂNTARA, Jesseir Coelho de. **Tráfico de drogas no Brasil mata mais do que a guerra**. 2012. Disponível em:<
http://icecentral.com.br/jesseir_artigos/trafico_guerra.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2012.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Verso e Reverso do controle penal: (des) aprisionado a sociedade da cultura punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
- AZEVEDO, Carolina Gomma de. **O Brasil no relatório anual da JIFE - 2007**. Assessora de comunicação. Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes. UNODC Brasil e Cone Sul. 2007. Disponível em:<
<http://www.unodc.org/pdf/brazil/JIFE/OBrasilnoRelatorioJIFE.pdf>>. Acesso em: 5 de maio de 2012.
- ARRUDA, Maria Da Conceição Calmon. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 143, Aug. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso 29 Oct. 2012.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do direito penal**. Tradução, Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BARBETTA, Alfredo; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; RUDGE, Maria Ângela Leal; NUNES, Maria Irineide da Costa Silva; BECKER, Maria Josefina; LACERDA, Maria Luiza Machado. VOLPI, Mário; NETO, Olímpio de Sá Sotto Maior; NETO, Wanderlino Nogueira. **A implementação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: O Adolescente e o Ato Infracional. VOLPI, Mário. (org). – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: J. ZAHAR, 2005.
- BILL, Mv; ATHAYDE, Celso. **Falcão: Meninos do tráfico**. Rio de Janeiro. Ed: Objetiva, 2010.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; Gonçalves, Maria da Graça Marchina. **A Dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. Prefácio Fernando González Rey. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990/ atual. com a Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010, de 03.08.2009)**. – [Equipe RT] – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19/10/2012.

BRASILIENSE, Danielle. **As marcas de criminalização do menor nas narrativas da imprensa**. 2007. Disponível em: < z >. Acesso em 12 de maio de 2012.

BUCHER, Richard. **Drogas e sociedade nos tempos da AIDS**. Brasília: Editora: Universidade de Brasília, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Quebrando Tabu**. 2011. Disponível em: <<http://www.quebrandootabu.com.br>>. Acesso em 16/11/2012.

CARONE, Iray. **Procura-se uma sociedade justa**. In: Vidas Arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. FEFFERMAN, Marisa. Petrópolis: RJ: Vozes, 2006.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Subvertendo o conceito de adolescência**. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19/05/2012.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de segurança nacional e produção de subjetividades**. 2002. Disponível em: < <http://www.slab.uff.br/textos/texto55.pdf>>. Acesso em: 14/10/2012.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. **Psicologia, saúde e adolescência: um desafio para a atuação do psicólogo**. In: Adolescência e Psicologia. KOLLER, Helena. (org). Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia. 2002.

CONAD. **Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas**. 2007. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/CONAD/index.php>>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

DANTAS, Lêda. **Foucault e o sujeito ético-estético**. Professora do Centro de Educação/UFPE, doutoranda em Educação Brasileira, 2010.

ELUF, Luiza Nagib. **As drogas e a legislação brasileira**. In: Adolescência e drogas. PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antônio (orgs). – São Paulo: Contexto, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (orgs). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, Ana Amélia Cypreste. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH - [Dissertação de mestrado]. 2009.

FEFFERMAN, Marisa. **Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FILHO, Alípio de Sousa. **Foucault: o cuidado de si e a liberdade ou a liberdade é uma agonística**. Cartografias de Foucault / Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho, (organizadores). -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Estudos Foucaultianos).

FILHO, Kleber Prado. **Considerações acerca do cuidado de si mesmo contemporâneo**. In: Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo. Silvia Tedesco e Maria Livia Nascimento. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de pesquisa, n. 114, p. 197-223. Nov/2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 03/06/2012.

FONSECA, Márcio Alves da. **Entre a vida governada e o governo de si**. Cartografias de Foucault / Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho, (organizadores). -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Estudos Foucaultianos).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. Impressão: 2011.

_____. **Ética, sexualidade e política**. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Tradução: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

_____. **Estratégia, poder-saber**. RIBEIRO, Vera Lúcia Avellar (tradução). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **O sujeito e o poder**. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. MICHEL FOUCAULT. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª. Edição Revista. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: Traduzida por Antonio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. Coleção Biblioteca de Filosofia. Coordenação editorial: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **História da Sexualidade - Volume 1: A Vontade de Saber**. Tradutor: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Editora Graal. 2009.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. **Crime organizado: Enfoques criminológico, jurídico (lei 9.034/95) e político criminal**. 2 ed. rev. . atual e ampliada – São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1997.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. **O crime não compensa, mas não admite falhas: Padrões morais dos jovens autores de infração**. 2000. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1291/1/tese.pdf>>. Acesso em 2 de maio de 2012.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização**. Em B. B. Sawaia. In: As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Ed. Vozes. 1999.

JEFFREY, Maria de Lurdes; KOLLER, Sílvia Helena. **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

KAHHALE, Edna P.; ROSA, Elisa Z. **A construção de um saber crítico em Psicologia. Cap. I**. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Renato Sérgio; PAULA, Liana de. **Juventude, temor e insegurança no país**. In: Adolescência e drogas. PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antônio (orgs). – São Paulo: Contexto, 2004.

MADRID, Daniela Martins. **O crime organizado como precursor do Estado paralelo e o seu confronto perante o Estado democrático de Direito**. 2004. São Paulo. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/o%20crime%20organizado%20como%20precursor%20do%20estado%20paralelo.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2012.

MAGALHÃES, Mário. **O narcotráfico**. São Paulo: Publifolha, 2000. – (Folha Explica)

MANSANO, Sonia Regina Vagas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Revista de psicologia da Unesp, 8(2). 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MISSE, Michel. **O movimento: A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência**. 2003. Disponível em: <<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/4O%20Movimento.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2012.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo e discurso**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Marginalização filosófica do cuidado de si: o momento cartesiano**. Cartografias de Foucault / Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho, (organizadores). -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Estudos Foucaultianos).

MURAD, Maria Fernanda Guita. **O sujeito em Foucault**. 2010. Disponível em: <<http://www.spid.com.br/pdfs/2010-2/Atividades-Jornadas-Interna-2010.1-O-SUJEITO-EM-FOUCAULT-Maria-Fernanda-Guita-Muradoc.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2012.

NASCIMENTO, Deise Maria. **Política de Segurança Pública: Punição e Técnicas de governo – Um estudo arqueológico**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. [Tese]. 2011.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves da. **Ética e Subjetivação: As técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos**. In: Guareschi, Neuza M. F.; HUNING, Simone Maria [et al.]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

NARVAZ, Marthe Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Universidade do Rio Grande do Sul. Psicologia & Sociedade. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>>. Acesso em: 19/10/2012.

NICODEMOS, Carlos. **Juventude e outras minorias no debate de Segurança Pública** (p. 32 – 38). Segurança Pública e Construção de Subjetividades. Cadernos temáticos da Conseg. Ministério da Justiça, 2009.

NUNES, Deise Cardoso; SANTOS, Loiva Maria de Boni; FISCHER, Maria de Fátima Bueno; GÜNTZEL, Paulo. “...**outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas...**”. Cap. I. Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre: Ideograf/ Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

OBID. **Observatório Brasileiro de Informações sobre Droga**. 2007. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>>. Acesso em: 22 de abril de 2012.

OLIVEIRA, Adriano. **Crime organizado: É possível definir?** *Revista espaço acadêmico* – n. 34. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>>. Acesso em 6 de maio de 2012.

OLIVEIRA, Anderson Lodetti de. **Redução da idade penal: um velho sonho para os jovens sonhadores**. In: Verso e Reverso do controle penal: (des) aprisionado a sociedade da cultura punitiva. ANDRADE, Vera Regina Pereira de. (org) Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

OLIVEIRA, Débora de; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. **Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: Uma revisão da produção científica.** Interação em Psicologia. p. 87 – 98. 2008.

OLIVEIRA, Douglas C.; DIAS, Mariana Hollweg. **Os jovens usuários de crack e a rede de cuidados: problematizações a partir de uma experiência.** Cap. II. Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre: Ideograf/ Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Juliana e Silva de. **Novas fronteiras do trabalho: Vivências 'à margem' dos trabalhadores do tráfico de drogas.** Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades – Departamento de Psicologia. Programa de pós-graduação em Psicologia. [Dissertação de mestrado]. 2009.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte. Editora UFMG. 2004. Disponível em:<<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=t2gZbqOyP20C&oi=fnd&pg=PA19&dq=ethos+da+masculinidade&ots=L67Z3w74sy&sig=tIBf2Do6vm1Cf0vtxn0ik0jRoyU#v=onepage&q=ethos%20da%20masculinidade&f=false>>. Acesso em 15/10/2012.

ONU DC. **United Nations Office on Drugs and Crime.** ONU DC Brasil. Disponível em:<<http://www.unodc.org/southerncone/pt/index.html>>. Acesso em 22 de abril de 2012.

OZELLA, Sérgio. **Adolescência: Uma perspectiva crítica.** In: Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas, cap. I. Rio de Janeiro, 2002.

PASSOS, Eduardo. **Pensar diferentemente o tema das drogas e o campo da saúde mental.** In: Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre: Ideograf/ Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: Ensaios de biopolítica.** São Paulo: Editora Iluminuras. 2003.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. **O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência.** 2008. Disponível em:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST66/Leonardo_Jose_Cavalcanti_Pinheiro_66.pdf>. Acesso em 19/10/2012.

PIMENTEL, Maria Elisa da Silva. **O lado certo da vida errada: um estudo sobre o tráfico de drogas sob o comando do império.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social. [Tese de Doutorado], 2007.

PORTOCARRERO, Vera. **Os limites da vida: Da biopolítica aos cuidados de si.** Cartografias de Foucault / Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto,

Alípio de Souza Filho, (organizadores). -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Estudos Foucaultianos).

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do Crime**. Tradução, Luis Alberto Salton Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROCHA, Marisa Lopes. **Contexto do adolescente**. Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas, cap. II. Rio de Janeiro, 2002.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. ALEA VOLUME 7 NÚMERO 2 JULHO – DEZEMBRO 2005 p. 305-322. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2012.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. In: **Revista do Instituto Brasileiro dos Direitos Humanos**. Ano 2. Vol. 2, Número 2. 2001. Disponível em: <http://www.ibdh.org.br/ibdh/revistas/revista_do_IBDH_numero_02.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2012.

SANTOS, Pedro Corrêa dos. **A utilização da balística na prática da medicina forense**. 2010. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27175/000764114.pdf?sequence=1>>. Acesso em 2/11/2012.

SADER, Emir. **Os nossos guris**. 2005. In: **Adolescência-Violência: desperdício de vidas**. TRASSI, Maria de Lourdes. (org). São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Loiva Maria de Boni. **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**. Porto Alegre: Ideograf/ Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

SANTOS, Marcelos Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. **Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: Evidências e controvérsias**. 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2012.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **O modelo predominante de masculinidade em questão**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista Políticas Públicas São Luís, v. 14, n. 1, p. 59-65. 2010. Disponível em: <www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/>. Acesso em: 09/10/2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira

de História e Ciências Sociais. 2009. Disponível em:<http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

SEGALIN, Andreia; TRZCINSKI, Clarete. **Ato infracional na adolescência: problematização do acesso ao sistema de justiça.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1038/817>>. Acesso em 05 de maio de 2012.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. **Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas.** In: Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TERRA, Livia Maria. Identidade bandida: **A construção social do estereótipo marginal e criminoso.** Revista de laboratório de Estudos da Violência UNES-Marília. 2010. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1136>>. Acesso em

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-Violência: desperdício de vidas.** São Paulo: Cortez, 2006.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades/** Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

VEDOVATTO, Semirames Maria Amorim. **Contraoando o discurso midiático sobre drogas – Nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvados: pessoas de bem também usam drogas!** In: Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre. Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. 2010.

VEZZULLA, Juan Carlos. **A mediação de conflitos com adolescentes autores de atos infracionais.** Florianópolis: Habitus, 2006.

VOLPI, Mario. **O Adolescente e o Ato Infracional.** (org). – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Tradução, André Telles. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.

WANZELER, Murilo Cunha. **O cuidado de si em Michel Foucault.** 2011. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Disponível em:<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/10/TDE-2011-06-02T180046Z-1064/Publico/arquivototal.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

YUNES, Maria Angela Mattar; MENDES, Narjara Fernandes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. **Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde**

sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14nspe/a02v14nspe.pdf>>. Acesso em 18/10/2012.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004. Disponível em:<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nIH34JXjXzEC&oi=fnd&pg=PA7&dq=sufrimento+etico+politico+antropologico+tráfico+de+drogas&ots=ViZcTOwWAI&sig=201zY_jRtl_LKkk1wh8X_a71CRs#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 03 de maio de 2012.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro: Revan. Ed: UFRJ, 1994. Disponível em:< <http://www.ims.uerj.br/nupevi/condominio.pdf>>. Acesso em 20/10/2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – PROTOCOLO DE REGISTRO

PROTOCOLO DE REGISTRO					
PROCESSO DE ESTÉTICA DE SI DO JOVEM QUE TRABALHA NO TRÁFICO DE DROGAS					
Identificar como os jovens se subjetivam diante da norma;	Família	Trabalho	Escola	Crime	Bandido
	Identificar a relação dos meninos com suas relações familiares;	Identificar a relação dos indivíduos com o trabalho;	Identificar a relação dos indivíduos com a escola;	Identificar a relação dos indivíduos com o crime;	Identificar como esses meninos se percebem pelo viés de bandido;
	Juventude/ Lazer	Função no Tráfico			
	Identificar a realidade desses meninos em seus momentos de juventude e lazer;	Identificar a função que cada um exerce no tráfico de drogas;			
Identificar as práticas que apontam para o processo de	Amigo/Inimigo	Comunidade	Armas	Morte	Religião
	Identificar quem são eleitos os amigos e inimigos;	Identificar a relação dos sujeitos com as pessoas que moram na comunidade;	Identificar a partir do discurso a relação desses sujeitos com	Identificar como eles se posicionam em frente à morte, seja	Identificar a relação dos meninos com a religião;

objetivação do sujeito perante a norma;			a arma;	em matar ou morrer;	
	Futuro/Sonhos Identificar quais são os seus sonhos e seus projetos de vida para o futuro;				
Identificar as práticas de resistência e linhas de fuga frente à norma;	Polícia/Juiz A partir das falas dos sujeitos identificar sua relação com a polícia;	Drogas Identificar a relação dos sujeitos com a droga;			

Fonte: Elaboração da pesquisadora.